



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 0438/14	DATA: 24/04/2014	
LOCAL: Externa	INÍCIO: 09h48min	TÉRMINO: 19h19min	PÁGINAS: 158

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

THOMAS MITSCHERIN - Docente do Núcleo de Meio Ambiente, representante do Prof. Dr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy, da Universidade Federal do Pará — UFPA.  
JOSÉ COLARES - Secretário de Estado do Meio Ambiente do Pará.  
NEY MARANHÃO - Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente.  
PAULO DE JESUS SANTOS - Vice-Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA, representante do Reitor da instituição, Prof. Sueo Numazawa.  
JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA - Reitor da Universidade do Estado do Pará — UEPA.  
GUSTAVO PINHEIRO - Coordenador de Infraestrutura Inteligente da TNC — The Nature Conservancy.  
EDIR SANTANA PEREIRA DE QUEIROZ FILHO - Doutor em Economia e Política e engenheiro florestal da Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA.  
ROBERTO SMERALDI - Diretor da OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Amigos da Terra.  
ADALBERTO VERÍSSIMO - Pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.  
SABRINA GIMENES DE ANDRADE - Gerente de Projetos de Resíduos Perigosos, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente.  
MARIA LUDETANA ARAÚJO - Professora Doutora da UFPA — Universidade Federal do Pará.  
ANA LÚCIA PINTO MORAES - Presidente da Associação dos Catadores do Aurá — ASCA.  
OLINDA PORTAL CARDIAS - Associação para Combate dos Maus Tratos de Animais.  
ROBERTO CABRAL BORGES - Representante da Divisão de Fiscalização da Fauna do IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.  
DJACY BARBOSA RIBEIRO - Coordenador do Projeto Carroceiro da Universidade Federal Rural da Amazônia.  
MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO - Chefe de Operações Especiais do Comando do Policiamento Ambiental do Estado de São Paulo.

SUMÁRIO

*Seminário sobre o Meio Ambiente - Reflexões sobre a Amazônia.*

OBSERVAÇÕES

Evento realizado no Auditório do Centro de Ciências Naturais e Tecnologia da Universidade do Estado do Pará, em Belém.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há falha na gravação.  
Houve exibição de imagens.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

A reunião foi suspensa e reaberta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todas e a todos.

Inicialmente, agradecendo a presença a todos, nós vamos declarar aberto o presente Seminário, destinado a debater aspectos relacionados aos instrumentos legais de proteção e promoção da vida animal, à gestão de recursos hídricos, aos indicadores de desmatamento do Brasil, em especial da Amazônia, e à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Este é um Seminário promovido pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e é o primeiro de cinco seminários que a Comissão pretende realizar no Brasil inteiro, nas cinco Regiões do Brasil, para tentar compreender um pouco e talvez instigar eixos temáticos que tenham a ver com a agenda nacional e também com as agendas regionais. Sem dúvida alguma, esses temas propostos aqui têm tudo a ver com a agenda global, com a agenda nacional e, particularmente, com a agenda da nossa região e do nosso Estado do Pará.

Nós vamos ter aqui, durante o dia inteiro, especialistas, representantes do poder público, dos Ministérios, dos Governos, da sociedade civil, dos segmentos acadêmicos, da iniciação científica nos diversos temas, com o objetivo de, primeiro, sensibilizar a opinião pública, as instituições e a sociedade de uma maneira geral e, também, construir cenários de superação desses problemas, que não são tão simples assim. São temas complexos, particularmente para nós aqui da Amazônia, do Estado do Pará, onde grande parte das políticas públicas ainda está no conceito meramente formal do ordenamento jurídico da legislação e muito poucas estão sendo praticadas, sendo executadas de fato.

Se formos olhar para os indicadores, por exemplo, de desmatamento — e sabemos que o Brasil ainda está entre as cinco nações no mundo que mais contribuem para a produção de gases que agredem a camada de ozônio, produzindo, portanto, o aquecimento global —, as queimadas na Amazônia talvez ainda sejam um fator predominante.

Lamentavelmente, apesar dos avanços alcançados, os indicadores medidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, pelo IMAZON e por outros instrumentos, institutos e organizações que medem isso... E muitas vezes até festejam a redução, mas ela ainda é um festejo meio envergonhado, que deveria



nos entristecer, porque, há 7, 8 anos, só para se ter uma ideia, a quantidade de área desmatada por ano na Amazônia equivalia a quase trinta cidades de Belém. Hoje, isso está reduzido a mais ou menos umas cinco ou seis cidades da dimensão de Belém, incluindo as ilhas, o território do Município de Belém. E, quando reduzimos de 28 vezes para 5 ou 6, ainda festejamos pela comparação. Mas é evidente que ainda é muito. Em se tratando do patrimônio, da biodiversidade, das riquezas e dos ativos que têm as nossas florestas, isso ainda é uma ação predatória, ainda é muito irracional.

Quanto aos recursos hídricos, igualmente, ao que nós estamos assistindo há quase duas décadas da legislação dos Comitês de Bacias Hidrográficas é muito pouca execução ainda disso. Aqui no Polo Industrial de Barcarena, a Bacia do Tapajós está sendo visivelmente agredida, inclusive com metais pesados.

Só as empresas do Pólo de Barcarena já têm 6 ou 7 Termos de Ajuste de Conduta — TACs, num valor de quase 30 milhões de pagamento de indenização por passivos poluentes. E nenhum centavo foi recolhido nem sequer para repor o efeito deletério provocado nas populações ribeirinhas, na cadeia do açaí, na cadeia do pescado, na cadeia do camarão. Isso além da água contaminada, que produz efeitos deletérios na saúde humana.

Isso mostra o quanto nós estamos ainda atrasados nessa relação um pouco mais civilizada do ponto de vista do que já se tem alcançado no planeta, no equilíbrio entre o desenvolvimento humano e os nossos ativos ambientais.

Então, para questões como essas da defesa e da promoção da vida animal não há nenhuma política pública consistente.

Há o problema dos resíduos sólidos, que também é um desafio, é uma cadeia produtiva que pode hoje, por algumas experiências, gerar muita coisa. E nós estamos ainda com dificuldade de superar, ainda esteja previsto em lei, os lixões a céu aberto. Esse é um desafio. O marco é 2014, e creio que será frustrado, pelos indicadores e informações que já temos. Não teremos muitos êxitos nessa superação dos lixões a céu aberto. Por falar em lixão, os catadores do Aurá estão chegando. Sejam bem-vindos!

Sem mais delongas, feitas essas considerações a fim de informá-los sobre o sentido geral desta iniciativa, renovo o agradecimento pela presença a todos e a



todas, e quero convidar para integrar a nossa Mesa o Dr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e que nos honra com a sua presença. *(Palmas.)* Desde o ano passado, ainda fora dessa agenda, já tínhamos instigado o Dr. Maranhão a vir aqui para refletir conosco sobre algumas questões dessa natureza.

Quero convidar a compor a Mesa também o nosso amigo Dr. José Colares, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Pará *(palmas.)*; o Dr. Thomas Mitschein, Docente do Núcleo de Meio Ambiente, que representa neste ato o Magnífico Reitor Carlos Edilson Maneschy, da Universidade Federal do Pará *(palmas)* — o Dr. Thomas coordena o Poema, que é uma organização conhecida de muitos aqui; o Prof. Dr. Juarez Quaresma, Reitor da UEPA — Universidade do Estado do Pará, nosso anfitrião hoje *(palmas)*, a quem eu agradeço a disponibilidade de nos receber aqui neste auditório. Por fim, convido o meu amigo Prof. Dr. Paulo Santos, Vice-Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia e representante do Prof. Sueo Numazawa, Reitor da mesma Universidade e que muito nos honra com a sua participação. *(Palmas.)*

Quebrando um pouco o protocolo e a formalidade, nós vamos facultar a todos os nossos convidados, nesta Mesa de abertura, uma breve fala em saudação ao Seminário e, em seguida, nós vamos passar para as Mesas que darão início propriamente ao debate.

Eu faculto a palavra ao Prof. Thomas.

**O SR. THOMAS MITSCHHEIN** - Bom dia.

É uma honra para mim representar aqui o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará — UFPA, Prof. Carlos Maneschy, que me pediu para parabenizar o Deputado Federal Arnaldo Jordy pela sua iniciativa. Ele insistiu: *“Diga ao nosso Deputado que precisamos desta discussão aqui na Amazônia, no Brasil inteiro, porque o Brasil tem que se responsabilizar pela Amazônia, não pode ficar de costas pela Amazônia”*. Ao mesmo tempo, ele me pediu para transmitir para as senhoras e para os senhores que a UFPA está comprometida em seus esforços na Amazônia, especificamente no Estado do Pará, para estabelecermos condições mínimas satisfatórias em termos de sustentabilidade, a fim de poder criar perspectivas. Ele inclusive usou esse termo do velho mestre Ignacy Sachs: *“Uma civilização a partir da*



*biomassa terrestre, aquática desta região*”. Uma perspectiva nesse sentido. A universidade está comprometida com isso.

Mais uma vez, parabéns ao Deputado! E desejo a todos um debate com muitos insumos que vão poder iluminar o nosso caminho no futuro.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Prof. Mitschein.  
Prof. Colares.

**O SR. JOSÉ COLARES** - Bom dia a todos. Vou aproveitar esses 5 minutos, porque não vai ser possível eu me estender mais, já que é apenas uma abertura, para fazer uma reflexão, mas também para desabafar para os senhores o que é ser um Secretário de Meio Ambiente na Amazônia, num Estado com uma fronteira de 1.247.000 quilômetros quadrados. Eu acho que são duas Alemanhas, mais de duas aliás. Duas França. Um milhão, duzentos e quarenta e sete mil quilômetros quadrados, com uma população de 7.500.000 habitantes, com uma receita líquida por habitante que não chega a 150 reais. É a expressão da exclusão social, é a expressão, não digo de um fracasso, mas o que eu digo é que nós não encontramos o equilíbrio da justiça social.

Eu sou Secretário de Meio Ambiente deste Estado. Eu queria ser secretário de meio ambiente da China, porque lá o cara manda passar o trator e ninguém reclama. Mas estou num Estado democrático. Eu queria ser secretário de meio ambiente da Alemanha, porque lá uma empresa, para funcionar... Eu visitei uma empresa de processamento de cobre, e o cara teve que gastar 570 milhões de euros para controle de contaminantes, controle de qualidade de água e controle de qualidade do ar. Há quantos anos nós queremos encontrar um modelo de equilíbrio e de sustentação do Distrito Industrial de Barcarena? Há quantos anos? E nós não chegamos lá.

A questão é que eu recebo uma pressão enorme de movimentos em torno da justiça social e em torno da geração de riqueza a qualquer preço. A questão é que a discussão sobre a justiça social não se faz sem criação de riqueza, senão fica algo falacioso, senão fica algo proselitista. Mas não há possibilidade de gerar riqueza sem justiça social. Não há nenhuma possibilidade! E temos que encontrar esse equilíbrio. Desde que estudei com Thomas — ele foi meu professor —, há quase 40



anos, falamos em desenvolvimento sustentável, e a pobreza só aumentando, e a cultura perdulária e predatória continuando.

O nosso desafio é que nós somos o Estado cuja riqueza está baseada no recurso natural. Nós não temos como fugir disso. Toda base da economia do Estado está nos recursos naturais. Eu, como Secretário de Meio Ambiente, não posso fugir disso. Por isso que meu cargo é por excelência o exercício da política, o exercício de equilibrar as diferenças. A diferença é que, às vezes, a exclusão social simplesmente é o lucro a qualquer preço, ou é o encontro de um equilíbrio de sustentabilidade. E aí o princípio da sustentabilidade não é simplesmente o cumprimento de regras com relação ao licenciamento ambiental. Não se trata de cumprir simplesmente a regra com a legitimidade fundiária ou as normas da exigência da proteção biótica, ou física. Trata-se da sustentabilidade assentada na acuidade social, na internalização do benefício. Aí é que está a chave.

Como princípio de sustentabilidade, eu, como Secretário de Meio Ambiente, é como ver um projeto além do cumprimento das normas, como um projeto de transformação dos indicadores sociais. E esse é um desafio. Esse é um desafio que passa pelo órgão de governo, como política pública, pelas universidades e por quem produz conhecimento.

Eu não posso deixar de ser o Secretário de Meio Ambiente da maior riqueza mineral do Brasil. Não tem jeito. Nós temos a bauxita, temos o ferro. Nós estamos produzindo alumínio à carga de preços da energia extraordinária, mas não temos como abrir mão dos recursos minerais. Só que nós temos 60 anos de garimpo no Tapajós! Sessenta anos, e temos mais de 40 mil garimpeiros, e até hoje nós não encontramos uma solução de sustentabilidade daquela atividade, e eu não posso simplesmente fechar o garimpo, porque no dia que eu disse isso eu quase não entro na cidade. E qual é a equação para a atividade sustentável do garimpo no Rio Tapajós? Qual é a equação? Ou nas áreas de terra firme? Essa é a equação que precisamos ter, porque senão a exclusão é maior.

O fato é que hoje se produz mais de 7 toneladas de ouro no Tapajós, e a internalização desse benefício não está indo para o Município de Itaituba nem Novo Progresso. Está lá a miséria estarrecedora. Está lá. E o ouro, para onde vai?



Qual é a equação? Nós vamos deixar de produzir ouro? Eu acabei de vir da Austrália, fui para o deserto da Austrália, e lá tem mais de mil projetos de minas! Mais de quinhentos projetos sendo trabalhados lá, e quem vai à Austrália está no Primeiro Mundo. Quem vai a Itaituba vê que não há 2 mil ligações de água potável. E nós vamos ter o maior investimento em infraestrutura de logística no Brasil. E eu estava falando para o reitor que nós temos que mudar também o eixo do conhecimento.

Nós temos a maior província minerária da América, e não temos um centro de excelência de mineração! Está lá Paraopebas! Está lá, como está lá o garimpo do Tapajós! E nós vamos ter o maior centro de logística invertida deste País, com a instalação da logística que está tendo. Lá em Miritituba vai ter dez portos. Só nós estamos licenciando dez portos em Miritituba. São 2.500 comboios/dia rodoviários. E o que vai ser da via no Tapajós, com os comboios de balsa? São 40 milhões de toneladas previstas para o Porto de Barcarena, em 2025. Está invertido. Amanhã inauguraremos o Porto da Bunge, lá em Barcarena. Mas há outro em Miritituba, vai ter outro investimento argelino com o Centro de Processamento de Grãos lá em Prainha. E aonde é que estão o conhecimento e a política pública de coordenação?

Eu não vou falar nem de energia, eu não vou falar nem da pecuária. Nós temos 20 milhões de cabeças na pecuária. Metade das propriedades que tem criatório — metade! — é agricultura familiar. Metade do gado é leiteiro. E aí, como fazer pecuária sustentável na Amazônia sem aumentar o desmatamento? É esta a equação que nós temos que dar, é este o nosso desafio, e o desafio da nossa geração. Eu digo da nossa porque eu já estou em grupo de risco. Não é só porque eu estou na Secretária de Meio Ambiente — SEMA não. Eu digo assim — já disse para o Raimundo e para outros do Ministério Público: *“A possibilidade de eu sair incólume da SEMA é isso aqui”, ainda mais na minha idade, sou diabético*”. O que eu quero dizer é que a nossa geração está passando. Nós estamos falando há 40 anos em sustentabilidade, há 40 anos falando em internalização de benefícios, e nós estamos repisando.

Teria muita coisa para dizer aos senhores, até porque, como desafio nosso, com a estruturação nossa, com o nosso aparelhamento de Estado, nós não estamos preparados para dar conta do desafio que a sociedade nos apresenta hoje. Nós não



estamos preparados, nem Estado, nem em nível de Governo, nem as áreas de conhecimento.

Nós estamos fazendo um esforço de integração, e eu digo isso de público, falo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis — IBAMA aqui: *“Dr. Hugo, nós temos que ser carne e unha e temos que superar todos os limites políticos de estágio”*. É como eu faço e digo para o Ministério Público. O Ministério Público não pode ser somente o sentinela da lei, ele tem que contribuir com o fortalecimento das instituições públicas e democráticas, porque só com a democracia é que vamos encontrar o nosso rumo. E ainda mais: em função de todos os desafios que temos aqui, é básico este Seminário. São da proteção das florestas, são dos nossos recursos hídricos, e até hoje — o Ney sabe — nós não temos um plano de recursos hídricos do Estado do Pará. Nossas bacias não estão prontas. Nós não temos a outorga. Nós não temos sistema de controle eletrônico até hoje.

Diria outras coisas, mas elas não cabem na abertura de um seminário em que vamos ter toda a tarde para discutir a questão do desmatamento, as soluções relacionadas à internalização dos benefícios dos projetos minerários, dos planos de manejo e as soluções definitivas para o setor florestal que não seja a área pública, ou o açambarcamento de áreas das populações tradicionais, com fraudes no sistema de controle.

Eu quero dizer que este Secretário de Meio Ambiente dorme tranquilo. Quando cheguei à Secretário do Meio Ambiente, havia uma ilustração do Goya chamada *“O Sonho da Razão”*, com um monte de monstros. Foram assim os meus primeiros dias na SEMA, mas eu sei que se perseguirmos uma discussão efetivamente democrática, se convergirmos forças da sociedade... Porque nada se faz por decreto, nada. Trata-se de um pacto da sociedade. O problema da SEMA e da questão ambiental também é um problema de cultura da sociedade, e nós temos uma cultura perdulária, nós temos uma cultura predatória. Essa que é a verdade. É muito fácil ficar de fora falando, mas na hora da convergência de interesses quem vê o coletivo é muito pouca gente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Prof. Colares.

Nós fomos tolerantes porque era um desabafo. Ele avisou. *(Riso.)*



Vou passar a palavra agora a palavra para o Dr. Ney Maranhão, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

**O SR. NEY MARANHÃO** - Bom dia a todos e a todas.

Eu queria, inicialmente, congratular-me com o Deputado Arnaldo Jordy pela sua iniciativa. Eu acho que é uma iniciativa da maior importância não só para o Estado do Pará, mas para o nosso País, o Brasil inteiro, levando em consideração o potencial de problemas, de desafios, de soluções que nós temos aqui no Pará.

Eu escutei com muita atenção o meu colega Colares falar das suas angústias existenciais à frente da Secretaria de Meio Ambiente do Pará. Eu acho que isso não acontece só no Pará; esse é o sentimento de todos os Secretários da Amazônia, porque a Amazônia sempre foi uma terra aberta à aventura, à exploração; achava-se que os recursos eram inesgotáveis; que tudo que se tirasse seria repostado naturalmente. E hoje nós vemos que não é assim. Nós vemos que a Amazônia é um bioma cheio de ecossistemas com missões, com processos bem definidos e que se integram como não se integra a nossa administração.

Nós temos muito que aprender com os ecossistemas amazônicos que operam em cadeia, operam sistemicamente e conseguem produzir benefícios tão espantosos que quando eles deixam de funcionar, uma cidade como São Paulo entra em risco de abastecimento de água. Porque, por um momento, parou a circulação atmosférica que descia para o sul trazendo a chuva, São Paulo está sem chuva desde dezembro, com o mínimo de chuva possível. O reservatório do Sistema Cantareira, que abastece São Paulo, está com menos 11,9% de capacidade. O Governo se prepara para extrair o volume morto do reservatório, e volume morto é exatamente aquele volume de água que fica lá no fundo e no qual ninguém mexia. Portanto, vamos sacar do cheque especial, na expectativa de que em dezembro o 13º salário cubra. Está certo? Ou seja, esperemos que chova em outubro, chova em dezembro e se reponha esse estoque que foi sacado do cheque especial.

Vejam a nossa Amazônia afetando São Paulo! E não é só São Paulo; afeta o mundo inteiro. O mundo deve muito aos serviços ambientais que esses pequenos e grandes ecossistemas espalhados pela Amazônia, cada um cumprindo sua tarefa especializada, vão produzindo.



Eu também sofro, de vez em quando, dessas crises existenciais, por não entender por que não somos capazes de funcionar sistemicamente dentro da administração pública brasileira. Eu acho que o grande desafio nosso é essa capacidade de gerenciar, coordenar e integrar esforços e, principalmente, agir sem uma visão egoísta, sem uma visão predadora, sem achar que cabe aos outros a responsabilidade e a mim cabe apenas usufruir.

A minha Secretaria também tem responsabilidades sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e nós vemos uma sociedade que foi criada, orientada para consumir e descartar, sem qualquer outra consideração. O próprio consumo é um pressuposto do modelo de desenvolvimento adotado: se não houver consumo, não há produção; a produção vai estagnar, e não haverá capacidade de continuar produzindo.

Acompanho o Estado do Pará há muito tempo, desde 1986, quando vim aqui pela primeira vez, exatamente para trabalhar na Bacia do Tapajós, e fiquei surpreso quando vi o número de garimpeiros que existem hoje. Àquela época eram quase 1 milhão de pessoas atuando na Bacia do Tapajós, prestadores de serviço de infraestrutura para o garimpo e para os próprios garimpeiros à época. Eram os Rios Crepori, Novo, Tapajós, das Tropas e Teles Pires cheios de garimpo, além do Rio Paranaíta e do Rio Apiacás. Era uma cornucópia de riqueza que fluía naquela Bacia, naquela época. Hoje, 28 anos depois, estamos vendo que não mudou absolutamente nada. Agora só tem uma perspectiva de novos aproveitamentos hidrelétricos, a continuação do garimpo e uma agricultura que se estabeleceu no alto da Bacia e que vai atravessar a BR-163 até chegar a Miritituba, como disse o senhor, para exportar essa produção.

É claro que tudo isso pode ser bom, mas também pode ser ruim, se nós não tivermos cuidados.

O que eu acho notável no Estado do Pará é que ele tem uma capacidade técnica instalada muito grande. Eu convivi nesses tempos com a Universidade Federal do Pará, com a Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, onde eu mantive excelentes relações e contatos nos últimos anos, quando eu estava trabalhando na Agência Nacional de Águas fazendo o Plano Estratégico de



Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, e acho que nós temos uma capacidade fantástica de produzir conhecimento, de estudar.

Temos aqui, no Pará, o Museu Goeldi, um centro de excelência mundial. O que nos falta então? Falta-nos a capacidade de articular todos esses esforços, alocar recursos humanos, físicos, financeiros para então entendermos como conviver, como extrair riquezas, sem destruir, como promover um desenvolvimento que nós possamos chamar de efetivamente sustentável.

Gostaria de falar da minha satisfação de estar aqui hoje. Sempre que venho a eventos como este na condição de convidado saio mais rico pelo muito que se ouve, pelo muito que se aprende. Então, eu estou hoje muito esperançoso de ouvir muitas coisas interessantes que eu possa incorporar ao pequeno patrimônio de conhecimentos, de contatos e de convívios que a vida vem me dando.

Agradeço muito o seu convite, Deputado. V.Exa. tem em nós, lá na Secretaria, pessoas prontas não apenas a servir a este País, mas também a discuti-lo em todos os fóruns a que formos chamados.

Muito obrigado e um bom dia a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Professor Ney, pelas considerações.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Paulo, da Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA, para suas considerações.

**O SR. PAULO DE JESUS SANTOS** - Bom dia.

Nesta oportunidade eu gostaria de saudar a Mesa, na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy, e parabenizar a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, também na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy, por esta iniciativa.

Eu não vou tomar muito tempo dos senhores porque, diante de tudo que já foi exposto aqui, eu imagino a ansiedade dos senhores para discutir os temas propostos, como, por exemplo, o tema que vem logo a seguir — e que foi muito bem enfatizado por aqueles que me antecederam na fala: *Os Desafios da Gestão dos Recursos Hídricos*, que será o tema do primeiro painel, a ser realizado logo após esta abertura.

Eu quero desejar aos senhores todo o sucesso do mundo neste evento. Nós fazemos parte de uma universidade que vem lutando ao longo de todos esses anos,



desde 1951, quando então foi criada e implementada a Escola de Agronomia da Amazônia, que veio, na sua sucessão, a partir de 2002, caracterizar a nossa Universidade Federal Rural da Amazônia, onde temos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Engenharia Ambiental, todos eles vinculados ao desenvolvimento sustentável da nossa região, a Amazônia.

Muita luta nós temos pela frente, como já foi enfatizado aqui. Quero, então, desejar aos senhores todo o sucesso do mundo e dizer que, lamentavelmente, hoje estou representando o nosso Reitor — digo lamentavelmente porque tenho a convicção de que o nosso Reitor, que é da área de engenharia florestal, gostaria muito de estar aqui, neste Seminário, talvez até participando de um desses painéis, para expor os seus pensamentos.

Muito obrigado e sucesso neste Seminário. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Paulo, pelas palavras.

Eu passo a palavra ao Reitor da Universidade do Estado do Pará — UEPA, nosso anfitrião, Professor Juarez.

**O SR. JUAREZ ANTÔNIO SIMÕES QUARESMA** - Bom dia.

Antes de mais nada, gostaria de dar boas-vindas aos senhores e às senhoras e cumprimentar a nossa Mesa, na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy, que sempre tem sido um grande parceiro da Universidade do Estado do Pará e tem sempre se preocupado com as nossas demandas. Quero parabenizá-lo, Deputado, pela iniciativa de promover este Seminário, tão importante para a nossa região, a Amazônia, e para o Brasil.

Quero chamar a atenção para a importância de seminários como este para a nossa universidade e para a academia, pois, quando se fala em desenvolvimento sustentável, quando se fala em meio ambiente, sem a colaboração da academia, isso se torna um pouco mais difícil de alcançar.

Eu tenho certeza de que o Prof. Paulo e o Prof. Thomas, que está aqui representando o nosso Reitor Maneschy, concordam comigo em que a articulação das nossas instituições pode colaborar e muito para o desenvolvimento de um projeto sustentável para a nossa região.



Antes desta abertura, eu estava conversando com o Secretário José Colares e chamando a atenção para a importância da articulação dos nossos cursos do Centro de Ciências Naturais e Tecnologia — CCNT, como Engenharia Florestal, Ciências Ambientais, do mestrado em Ciências Ambientais, e também da nossa universidade num projeto de meio ambiente em nosso Estado. Eu tenho certeza de que isso também é extensivo as nossas outras instituições.

Peço também a colaboração do nosso Secretário Ney Maranhão, que está lá na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, com a nossa universidade — ouviu, Secretário? Nós temos projetos importantes para a nossa região; temos professores que trabalham com recursos hídricos e meio ambiente e que, com certeza, poderiam colaborar em muito com um projeto de desenvolvimento sustentável para a Região Amazônica.

Por fim, quero cumprimentar os nossos professores do CCNT, na pessoa da nossa Vice-Diretora, a Profa. Eliane Coutinho, e de outros professores do CCNT que estão aqui, como o Prof. Hélio e a Profa. Norma, que trabalha já há muito tempo com o meio ambiente. Quero desejar aos senhores um seminário profícuo e de muito sucesso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado a todos os nossos convidados pelas palavras.

Quero registrar aqui a presença do representante da Associação dos Catadores do Lixão do Aurá e de todos os demais membros que estão aqui; da Ramira Bentes, que é da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa; da Argemira Araújo, Diretora de Áreas Protegidas da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará; da Patrícia Gonçalves, Coordenadora da ONG No Olhar; e do Procurador Dr. Raimundo Moraes, que representa aqui o Procurador-Geral do Ministério Público e, além de Procurador, é militante da causa ambiental. Quero registrar também a presença do Prof. André Nunes, que mora lá no Uriboca, que é também uma pessoa que tem refletido e militado muito nessa área.

Depois, ao longo do nosso Seminário, nós vamos registrando mais presenças — há também Secretários Municipais aqui. Eu queria agradecer a presença de todos.



Vamos iniciar o nosso primeiro painel, *Os Desafios da Gestão dos Recursos Hídricos*, do qual todos estão convidados a participar.

Eu convido para compor a Mesa o Prof. Ney, como um dos debatedores; o Prof. Edir Queiroz Neto, da UFRA; e também o Sr. Gustavo Pinheiro, Coordenador de Infraestrutura Inteligente da The Nature Conservancy. (*Palmas.*)

Este painel trata do tema *Os Desafios da gestão dos Recursos Hídricos*.

Nós vamos iniciá-lo ouvindo a exposição do Dr. Ney Maranhão, que é Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.

**O SR. NEY MARANHÃO** - Novamente, eu quero cumprimentar a todos: bom dia!

Eu fui convidado para fazer uma rápida exposição sobre as questões que envolvem a gestão de recursos hídricos, o desenvolvimento sustentável e a nossa Amazônia.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu procurei organizar a minha palestra em quatro blocos: primeiro, uma introdução sobre a problemática, a importância e os problemas envolvidos com a gestão de recursos hídricos; uma visão de conjunto do estado dos recursos hídricos no Brasil, trabalhando um pouco as noções de disponibilidade, demanda e como ela se distribui no território e a questão da qualidade da água; a gestão em si mesma dos recursos hídricos: os princípios, os instrumentos que devem ser observados e as instituições; finalmente, uma análise das peculiaridades, das particularidades da gestão dos recursos hídricos na Amazônia.

Se formos olhar para 12 anos atrás, veremos que a lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos era uma lei jovem, com 5 anos de idade apenas; a Agência Nacional de Águas tinha sido criada havia 2 anos; nós não tínhamos nenhum plano de bacia, em nenhum rio de domínio da União, e sequer eles estavam em elaboração; não havia cobrança em nenhuma bacia; não havia nenhum enquadramento de bacia; e a gestão dava os seus primeiros passos.

Ao longo desses 12 anos, nós avançamos muito na gestão de recursos hídricos e nos colocamos olhando o amanhã, como será esse amanhã num mundo



que vai passar de 7,1 bilhão de habitantes — já passou dos 6,3 bilhões — para 9 bilhões de habitantes, com um conjunto de questões que precisarão ser resolvidas.

Primeiro, será necessário assegurar água para todos, em quantidade e em qualidade. Nem todos os países serão capazes de responder a esse desafio; muitos países terão grandes crises relativas ao suprimento de água para as suas populações e poderão até ter conflitos de fronteira, conflitos de acesso a recursos hídricos.

Outra grande questão é a produção de alimentos, que certamente depende de água para aumentar, sem aumentar a área plantada. Nós precisamos ter água, assegurar água, assegurar tecnologia para produzir os alimentos para essa população de 9 bilhões que vai estar presente no mundo.

Nós vamos precisar de energia para mover máquinas, para iluminar nossas casas, enfim para atender todas as nossas demandas de indústria, de comércio, de atividade econômica.

Nós vamos precisar também de muita educação. Talvez seja essa a pedra angular que nos vai permitir superar uma série de deficiências, de modo que possamos, então, alcançar a energia, os alimentos.

Nós precisamos resolver problemas graves de saúde pública, e novamente a questão dos recursos hídricos está por trás. A maior parte dos problemas que acomete populações está ligada à veiculação hídrica. Metade da despesa que ocorre nos prontos-socorros nos fins de semana está ligada a problemas de distúrbios gastrointestinais, está ligada a verminoses, e tudo isso envolve saúde pública e recursos hídricos.

Nós temos que combater a pobreza e promover a justiça social, como bem disse aqui o Secretário Colares, um pouco antes de mim, e isso também envolve dar a todos acesso a água, em condições de igualdade.

E, por último, nós precisamos cuidar do nosso ambiente.

Desse conjunto imenso de problemas que nós temos que resolver simultaneamente, nós encontramos a questão da água e a questão das cidades como pedras angulares do desafio do desenvolvimento sustentável do Brasil.

O Brasil terá uma população superior a 230 milhões de habitantes em 2030, e teremos uma população mais idosa, porque estamos vivendo mais e porque



deixamos de ter tantos filhos como tínhamos — a taxa de natalidade por família diminuiu, então nós vamos mudar a nossa pirâmide etária. Isso oferece oportunidades, porque dependeremos menos de infraestrutura, mas traz exigências, como a de aproveitarmos esse *gap* para podermos desenvolver educacionalmente a nossa sociedade, produzir mais, para atender à futura demanda de pensões e aposentadorias com que vamos ter que lidar, porque teremos mais pessoas vivendo mais.

Temos a questão da área irrigada no Brasil, o consumo da água e a produção dos alimentos. Hoje a irrigação consome 69% dos recursos hídricos no Brasil, quer dizer, de tudo que nós temos de uso construtivo para a água no Brasil, 69% são consumidos em agricultura irrigada.

E nós também temos que pensar nos nossos modelos de agricultura. Podem coexistir o agronegócio com a agricultura familiar, mas ambos precisam de acesso à tecnologia, precisam de apoio e extensão rural. Nós precisamos fazer crescer nossa produção, seja ela produção agrícola, seja produção pecuária, sem aumentar a área plantada. Esse é um grande desafio que nós temos.

Além disso, precisamos saber resolver os problemas de qualidade da água no meio urbano. A maior parte das cidades brasileiras não tem esgotamento sanitário adequado, tem taxas baixas de tratamento de esgoto, e isso é outro vetor de problemas de saúde pública. Sabemos bem que há uma relação entre saúde pública e cobertura de esgotamento e tratamento de esgotos nas cidades.

Por fim, temos bacias que serão sempre bacias críticas, seja pela sobrecarga populacional, seja pela capacidade de suporte — elas não são capazes de cumprir com o que se espera, porque têm vulnerabilidade, têm fragilidades. E temos que considerar as demandas, tanto em quantidade como em qualidade, que se instalam nessas bacias.

Como estamos hoje? Estamos com 190 milhões de habitantes e vamos caminhar para 230 milhões de habitantes. Temos a seguinte distribuição do território brasileiro, que tem 851 milhões de hectares: 357 milhões de hectares são ocupados pela nossa Floresta Amazônica — vejam a importância da Floresta Amazônica no contexto brasileiro; 115 milhões de hectares correspondem a áreas protegidas; temos 172 milhões de hectares de pastagens; temos 72 milhões de hectares em



culturas; temos 5 milhões de hectares em florestas cultivadas; temos 71 milhões de hectares de terras ainda agricultáveis sem exploração. Então, a nossa capacidade de fazer crescer as áreas agricultadas está limitada a 71 milhões de hectares. Nós precisamos desenvolver mais a produtividade nessas áreas, sem ampliar as áreas plantadas.

Ao mesmo tempo, o Brasil, hoje, é o primeiro produtor mundial de açúcar — ele toma 41% do mercado para si —, é o primeiro produtor mundial de suco de laranja, é o segundo produtor mundial de soja e de carne. Isso não só alimenta o povo brasileiro, mas rende divisas que nos permitem tocar o nosso desenvolvimento e atende também as demandas mundiais. Vejam que nós temos uma responsabilidade nesse sentido.

Tudo isso envolve administrar recursos hídricos. E como se distribuem os recursos hídricos no País? Esse é um quadro do que nós temos disponível no Brasil. Nós vemos que a Região Nordeste é o nosso grande problema de disponibilidade hídrica; é onde temos menos água; é onde temos os grandes problemas de secas periódicas. O restante do Brasil tem uma distribuição boa de água. A questão é que a distribuição da população é diferenciada e, em alguns lugares, se tem água, também tem um grande contingente populacional, tem uma grande demanda, o que gera desequilíbrio.

Olhando, também, o País, nós vemos que a Amazônia... Nós temos hoje 180 mil metros cúbicos por segundo de água sendo gerados em todo o País. A Amazônia responde por 75 mil metros cúbicos por segundo. Ela garante quase 50% da nossa disponibilidade hídrica. As outras duas grandes bacias do Brasil em termos de quantidade de água são a Bacia do Tocantins-Araguaia, que também chega à nossa Amazônia, e a Bacia do Paraná. Depois disso vem a Bacia do São Francisco, com 1.886 metros cúbicos por segundo, e as outras são muito pequenas em importância.

Isso destaca novamente o papel da Amazônia como a grande caixa d'água deste nosso País.

Ainda temos reservas de água subterrâneas. Essas águas subterrâneas não são dissociadas do ciclo da água; elas estão vinculadas às águas superficiais.



Portanto, elas são uma reserva adicional, mas estão integradas ao sistema como um todo.

Aí se destacam o Aquífero Guarani, no sul do País; aquela mancha cor de rosa, que é o Aquífero Urucuia, na fronteira da Bahia com o Tocantins, que tem uma grande capacidade de armazenamento e de produção de água; e a formação Alter do Chão, familiar a todos nós aqui, na Amazônia, porque vai de Belém até Manaus e é fonte de abastecimento de água de muitos poços perfurados aqui em Belém, além de ser uma fonte importante para Santarém e também para Manaus — o Distrito Industrial de Manaus se aproveita muito da formação Alter do Chão para abastecer suas indústrias.

Mas essa formação Alter do Chão é muito vulnerável em termos de área de recarga e em termos de contaminação por esgotos a céu aberto. Então, ela é um tesouro, mas um tesouro em risco, que precisa ser acompanhado com atenção.

Olhando as demandas, nós vemos que, no Brasil, elas se distribuem... Quanto mais marrom escuro, mais importante é o nível de demanda ali e, portanto, mais água se usa daquela região. Então, nós vemos, por exemplo, que uma mancha notável na Amazônia é Manaus. Manaus, hoje, tem um grande consumo de água, por força do uso industrial da água, por força da população grande que ali se instalou.

Outro grande ponto consumidor de água, diferenciadamente, é a região da Bacia do Tocantins, no Pará, na região de Redenção do Pará, onde o grande consumo vem da dessedentação de animais, por força do grande rebanho bovino que existe na região.

Temos também outro ponto, abaixo de Redenção, no Pará, que é o Projeto Formoso, no Tocantins, um grande projeto de irrigação para a cultura de arroz, principalmente, assim como a Bacia do São Francisco — pena que eu não tenha aqui uma ponteira de laser —, que é outro ponto notável, pelos grandes projetos, esses, sim, de perímetros irrigados, públicos, que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF construiu ao longo desses últimos tempos.

O restante dos grandes pontos de consumo são as grandes metrópoles, as grandes regiões metropolitanas do leste, sudeste e sul do Brasil. Bem no extremo



sul, o Rio Grande do Sul é um grande consumidor de água por conta do arroz irrigado por inundação. Quer dizer, são necessários grandes volumes de água, que fica evaporando, para o Rio Grande do Sul produzir arroz.

Então, nós temos uma distribuição por bacias bastante diferenciada em termos de demandas, e as bacias, elas mesmas, não têm a mesma disponibilidade todo o tempo. Elas são diferentes nas disponibilidades. Daí surgem as áreas mais críticas, onde a relação entre disponibilidade e demanda é afetada.

Só para poder recuperar, o São Francisco... Aqui é o Polo de Petrolina-Juazeiro, que é um grande produtor de frutas e também de grãos. Toda essa região do São Francisco também tem grandes projetos de irrigação.

Aqui são as nossas metrópoles — Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, nesse triângulo, mais Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, e aqui, o sul do Rio Grande do Sul.

O Projeto Formoso é aqui.

Aqui é Redenção do Pará e aqui é Manaus.

Também temos alguns pontos de consumo aqui nas grandes metrópoles do Nordeste: Recife, eu acho que Maceió, enfim, alguns pontos importantes.

Eu falei de quantidade, mas posso ter água e não poder usá-la, porque ela não reúne a qualidade necessária para consumo. E essa qualidade pode ser ruim de origem, como, por exemplo, ocorre com a água salobra. Muitas vezes, a gente cava um poço, encontra água, mas ela é salobra, e não podemos usá-la — não serve nem para tomar banho, porque não faz espuma com o sabão —, mas ela também pode ser deteriorada pela atividade humana. Nesse caso, o lançamento de esgotos é o principal elemento que deteriora a qualidade das águas. Não existe nada comparável ao lançamento de efluentes nos corpos hídricos, em matéria de deterioração de água.

Portanto, saneamento básico é algo absolutamente imprescindível, é um grande desafio dos grandes centros urbanos, porque, além de acarretarem problemas de saúde, os efluentes deterioram a água e a tornam imprópria para consumo e para vários outros usos.



Aqui nós temos as principais regiões — essas regiões marrons — de pior qualidade da água, e novamente nós vemos grandes centros urbanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e todas as capitais do Nordeste.

O Nordeste ainda tem o problema dos rios intermitentes. Quando o rio não tem água, o esgoto chega *in natura*; o líquido que corre na carga do rio é o esgoto. Depois, quando chega de novo a água da chuva, ele carrega essa primeira enxurrada, que é terrível e geralmente vai se acumular nos açudes do Nordeste. Portanto, é uma água eutrofizada, de má qualidade, que vai gerar doença nas pessoas que a consomem, e é a água que o rebanho vai buscar também, com todos os cuidados que têm para beber água. Então, todo o Nordeste tem esse problema.

Aqui fica mais clara ainda a questão do problema dos açudes do Nordeste. Esse é o índice de estado trófico, exatamente aquele indicador que fala da eutrofização, da presença de nitrogênio, de fósforo e de potássio na água. Quanto mais próximos os valores do vermelho, mais essas águas estão hipereutróficas, ou seja, não podem ser usadas para consumo humano. E são os reservatórios do Nordeste, hoje, que apresentam esse problema, que temos que administrar com cautela, principalmente quando as águas estão baixando, não está chovendo mais. A quantidade de dejetos que o gado leva para a água continua crescendo, mas o volume de água que vai diluir vai diminuindo. Então, essa situação vai-se agravando cada vez mais. Quando está no fim daquela cacimba ou daquele açude, esse é o momento crucial para as pessoas que vão precisar dessa água, porque tem um restinho de água, mas impossível de ser consumida e cheia de microalgas e cianobactérias que podem desenvolver cepas e trazer problemas de saúde pública também.

Essa é outra figura que eu considerarei mais interessante para mostrar onde estão os problemas de qualidade de água do Brasil. Ela permite uma visualização melhor.

Então, quando nós analisamos o nosso País, com todas essas informações que nós rapidamente esboçamos, vemos que o Brasil pode ser olhado sob três ângulos distintos. Nós temos o Sul e o Sudeste com um modelo de desenvolvimento que já alcançou seus limites: população muito grande, grande atividade industrial, grande concentração de indústrias, portanto, poluição dos corpos hídricos e grande



demanda por essa água, sendo disputada, agora, pelos diferentes usuários. Isso é o Sul e o Sudeste.

Quanto ao Nordeste, nós acabamos de mostrar os seus problemas, com o Semiárido e com os rios intermitentes. É uma região onde se tem que conviver com a escassez de água permanentemente. Então, tem-se que promover uma convivência com o Semiárido.

Nós estamos fazendo uma experiência muito bem-sucedida de aproveitamento dos poços cuja água é salobra. Estamos dessalinizando essa água, encontrando plantas que aproveitam o concentrado salinizado que passa pelos filtros de osmose. Existe uma planta australiana, que entrou no Brasil, chamada erva-sal — nome popular —, que é irrigada com esse concentrado extraído do poço que passa pela dessalinização. A água doce ficou para cá. Esse concentrado será usado para criar tilápia e para irrigar essa planta, que serve de forrageira para o gado caprino na região.

Portanto, isto é convivência com o Semiárido: encontrar soluções que permitam um convívio com a água que nunca será com a abundância do Sul e Sudeste, mas pode ser mantido em condições sustentáveis.

Por último, as Regiões Centro-Oeste e Norte do País buscam, ainda hoje, um modelo próprio que concilie a sustentabilidade ambiental, pois têm um ambiente muito frágil, muito especializado, com o desenvolvimento, com a justiça social, com a oportunidade para todos que ali vivem num mundo moderno.

Como estamos falando da Amazônia, eu vou me deter um pouco mais na pauta do Norte e do Centro-Oeste. Aqui o grande desafio é criar um modelo de desenvolvimento sustentável que tenha como fio condutor o recurso hídrico, a água. A água aqui é o veículo de penetração no território, pela navegação. A água aqui deveria ser amplamente acessível a toda a população, no entanto nós vemos que o saneamento e a urbanização sem regras muito claras levaram a problemas de habitação e de saneamento.

Há um uso forte de água e irrigação na parte mato-grossense da Amazônia, lá no limite da Bacia do Tapajós, no limite da Bacia do Xingu, onde se instalaram grandes unidades de agronegócios, que plantam soja, milho e algodão, irrigam e exportam essa produção.



Nós temos também um grande potencial de geração hidrelétrica. Só na Bacia do Tapajós foram inventariados, analisando apenas a vazão disponível nos corpos hídricos e a queda, 35 mil megawatts. Evidentemente, quando esses 35 mil megawatts passarem por estudos mais específicos, mais aprofundados, muitas dessas oportunidades se mostrarão inviáveis, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista ambiental, e nós não teremos os 35 mil megawatts, mas teremos uma grande possibilidade de gerar energia na Bacia do Tapajós, na Bacia do Rio Xingu, onde está em construção Belo Monte — Tucuruí já está construída há muito tempo no Pará, e nós temos também Marabá, ainda no Sul do Pará, para ser construída pelo Ministério de Minas e Energia.

Ocorre que muitas dessas barragens mais modernas...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. NEY MARANHÃO** - Na Bacia do Tapajós, pegando Juruena, Teles Pires e afluentes, foram identificados 35 mil megawatts. Entretanto, nós sabemos que nem todas poderão ser construídos; muitas deles se encontram em parques nacionais, e essa possibilidade é muito remota nessas condições. Mas, de qualquer modo, fez-se um estudo inicial, e agora sendo feita uma triagem até chegar à construção de algumas delas. Por exemplo, Belo Monte, desde 1985 era estudada e agora está em construção. No Tapajós mesmo já se fala abertamente numa usina, São Luiz de Tapajós, que teria qualquer coisa próxima de 8 mil megawatts — Belo Monte tem 11.300 megawatts.

Então, isso é uma riqueza energética que existe no Estado, mas é preciso tomar cuidado para que se possa ter também uma visão de futuro, porque mudanças climáticas podem alterar essa disponibilidade hídrica. E algumas dessas usinas estão sendo imaginadas a fio d'água, sem capacidade de armazenar água.

Portanto, em algum momento decisões vão ter que ser tomadas à luz das informações que nós tivermos sobre como, quando e com que intensidade se darão as mudanças climáticas.

Além disso, nós temos, dentro dessas bacias, o problema de aquicultura, de pecuária, que são uso de água no Norte do País também, além do saneamento das comunidades rurais. Esse é um problema sério, porque muitas vezes o ribeirão está próximo do leito do rio, mas na casa dele não há água encanada; ele tem essa



limitação. Então, aqui a estratégia seria identificar os problemas antecipadamente e buscar e encaminhar soluções inovadoras nessa área.

Vou falar um pouco sobre a gestão dos recursos hídricos no Brasil. Como eu disse, a ANA foi criada no ano 2000 e se dedicou a elaborar planos de recursos hídricos no território nacional.

Em azul está todo o território nacional, estão todas as bacias para as quais foram elaborados planos de recursos hídricos. Nós vimos que, na Amazônia, todos os afluentes da margem direita do Amazonas foram cobertos por um plano que corresponde a 2,54 milhões de quilômetros quadrados, além da Bacia do Tocantins-Araguaia, que ainda pegou o Rio Pará e o Rio Guamá e tem 914 mil quilômetros.

Portanto, a ANA já trabalhou . E, quando eu falo em fazer planos, isso significa investir em conhecimento, tentar ordenar, organizar ações para poder compatibilizar essa necessidade de desenvolvimento com a sustentabilidade e a conservação ambiental.

No campo dos planos estaduais de recursos hídricos, que são as leituras que os Estados fazem de como vão lidar com seus recursos hídricos, nós vemos que a Amazônia ficou um pouco para trás, em relação ao País, na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Eu posso agora dizer que esse quadro vai mudar nos próximos anos com velocidade, porque Rondônia e Maranhão já estão contratando planos de recursos hídricos, valendo-se do Fundo Nacional do Meio Ambiente. O Estado do Amazonas também está elaborando agora o seu termo de referência para contratar isso, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Quanto ao Estado do Pará, fui procurado pelo Secretário Colares, que me falou do desejo de fazer o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará.

Já houve várias tentativas — estou vendo aqui o Imbiriba, que foi uma das pessoas que puxou também essa iniciativa no passado —, e agora nós temos oportunidade muito boa de fazer isso acontecer, porque a Secretaria tem acesso a uma linha de crédito do Banco Mundial. Eu vou combinar com o Secretário Colares de reunirmos os recursos para fazer o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Pará.



Dessa maneira, esperamos que todos os Estados hoje assinalados em amarelo ou vermelho sejam, em 2 anos, representados em azul; esperamos que o Brasil tenha todos os seus Estados com planos estaduais de recursos hídricos, primeiro passo para a implantação dos demais instrumentos de gestão.

Há um importante instrumento que vou apresentar rapidamente agora — não sei se o Gustavo vai aprofundá-lo um pouco. É o enquadramento, um dos instrumentos de gestão de recursos hídricos mais misteriosos e menos desenvolvidos até hoje, porque trabalha com a qualidade da água. Leva em consideração os usos preponderantes que a água tem na bacia; leva em consideração parâmetros (pode-se fazer um enquadramento em relação a um ou dois parâmetros ou a vários parâmetros); leva em consideração vazões de referência. No caso de rios do Nordeste, eu não posso fazer um enquadramento para zero de vazão, porque ele deixa de ser um rio, é uma calha. É preciso, então, ter-se uma vazão de referência com que se abarca isso tudo.

Depois é necessário que haja os investimentos requeridos para se conseguir fazer com que essa vazão de referência e esses parâmetros estejam dentro dos limites de classe. Têm que ser compatibilizados com o crescimento econômico, e, com isso, permitem-se algumas inconformidades, alguns valores fora dessas metas, mas isso acaba restringindo atividades econômicas na bacia.

As outorgas vêm crescendo ao longo do tempo. A outorga é um direito de uso da água, que é associado também onde há cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Por último, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão máximo do sistema, e os comitês de bacia, órgãos consultivos das bacias hidrográficas. Os comitês de bacia já vêm crescendo ao longo do tempo no País. Hoje, nós já estamos com mais de 160 comitês, concentrados principalmente na Região Sul.

O Deputado Arnaldo Jordy estava falando comigo sobre as preocupações que ele tem sobre a *performance* dos comitês, as tarefas que devem cumprir, a área de abrangência, a competência territorial que podem ter. Realmente, depois de 15 anos de exercício da Política Nacional de Recursos Hídricos, até podemos fazer uma reflexão sobre esse assunto, mais especificamente sobre os custos do sistema. Podemos considerar o que vem funcionando bem depois de 15 anos de *performance*, aquilo que pode ser ajustado.



Eu gostaria de dizer que o nosso sistema de gestão de recursos hídricos é um sistema que se autorregula, tem a capacidade, por meio do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, de ir detalhando as suas necessidades de gestão.

Nós temos uma lei que estabelece grandes diretrizes. Ela é maravilhosa no que se refere a princípios, fundamentos, diretrizes. À medida que ela caminha para as instituições, vai começando a se tornar mais difusa. Quando chega à operacionalização, torna-se absolutamente difusa, porque isso é para ser regulado pelos Conselhos Estaduais e pelo Conselho Nacional. Ou seja, é uma lei que tem a capacidade de sofrer metamorfoses ao longo do tempo para se ajustar às novas realidades e às necessidades de cada local.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Parece-me que houve aqui interrupção de energia, mas o som está funcionando bem.

Tente continuar, por favor, sem a apresentação das transparências.

**O SR. NEY MARANHÃO** - Bom, eu não preciso das transparências para comentar que, na Amazônia, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos tem a capacidade de se metamorfosear na medida de suas necessidades. Aqui, na Região Amazônica, depois que fizemos estes dois planos, o Tocantins-Araguaia e o da Margem Direita, verificamos que existe um grande potencial de aprimoramento, de aperfeiçoamento e de adaptação.

Nesse conjunto todo, o que mais chama a minha atenção é exatamente a necessidade de se conhecer mais, e com a capacidade instalada da região. Eu destacaria, para discussões futuras, a necessidade de que se entendam melhor os ciclos biogeoquímicos que têm lugar nos ambientes aquáticos; o funcionamento dos ecossistemas e o seu papel na conservação da biodiversidade; a possibilidade de transformamos os recursos pesqueiros existentes na Amazônia em uma riqueza explorada cientificamente por meio de grandes projetos, grandes na sua complexidade, grandes na sua rede de operadores.

Isso certamente exigiria a instituição de pesquisa na retaguarda, mas essa instituição de pesquisa deveria gerar, digamos, esse conhecimento para a piscicultura amazônica. *(Falha na gravação)* ...um grande banco de proteínas piscícolas existente nos rios da Amazônia precisa de um aproveitamento adequado, e não se poderia perder a oportunidade de trazer os nossos cientistas para organizar



esse grande projeto de piscicultura, que seria uma grande fonte de riqueza para as populações ribeirinhas que se agregassem a ele.

Temos, portanto, uma pauta muito interessante: explorar o potencial biogeoquímico, o potencial da biodiversidade e o próprio funcionamento desses ecossistemas, que prestariam serviços ambientais. Deveríamos pensar numa remuneração pela prestação desses serviços ambientais, desde que adequadamente quantificados e transformados numa métrica econômica.

Essas são as minhas considerações e sugestões para um debate no futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Prof. Ney.

O pessoal da assessoria da UEPA me informou que esses equipamentos aqui só estão funcionando por causa do *nobreak*, mas o sistema vai cair daqui a pouco. Houve algum problema. Eles estão providenciando a restauração da energia. Nós vamos ter que improvisar um pouco. O áudio ainda está funcionando perfeitamente.

O Prof. Edir tem uma contribuição a dar ao debate, mas ele depende da exibição de transparências. Gustavo, o outro palestrante, não depende de transparências. Se tivermos um pouco de concentração e os senhores concordarem, nós podemos continuar, com a fala do Gustavo...

Bom, esqueçam tudo! (*Risos.*)

Mesmo assim, vou passar a palavra ao Gustavo, para que faça as suas considerações.

**O SR. GUSTAVO PINHEIRO** - Obrigado, Deputado.

Bom dia a todos. Para mim, é um prazer estar aqui hoje em companhia de pessoas tão relevantes, como o Deputado Jordy, o Dr. Edir e o Dr. Ney. Eu não preparei uma apresentação no Power Point, mas trouxe algumas questões para reflexão, pensando até que esse é o mote do seminário.

A primeira pergunta que fiz quando li a programação e tomei conhecimento da ideia proposta foi esta: *“O que um paulista como eu poderia falar aqui, em Belém, sobre gestão de recursos naturais?”* Eu me recordo de que, no começo dos anos 2000, eu me mudei para a Amazônia e fiquei quase durante todo o primeiro ano sem retornar a São Paulo. No final do ano, voltei para a minha cidade natal, Piracicaba. Eu pousei em São Paulo, aluguei um carro e dirigi até Piracicaba — 150



quilômetros. Pela primeira vez eu me choquei, porque eu me havia desacostumado com aquele ambiente, um ambiente em que há ausência de paisagens. Eu mesmo não me havia dado conta ainda de que vivia num ambiente onde não existia paisagem. A pessoa dirige de São Paulo a Piracicaba e só vê asfalto, residências, indústrias e canaviais ou florestas plantadas de eucalipto na serra, na saída de São Paulo. Eu já estava há quase 1 ano na Amazônia, sem voltar a São Paulo, e me havia desacostumado com essa ausência de paisagem, porque, na Amazônia, o que há são muitas paisagens. Vê-se uma sequência delas quando se viaja ao longo dos rios.

Então, eu acho que esta foi a primeira coisa que a Amazônia me ensinou: o planeta é feito de paisagens, e nós é que temos cuidado mal delas.

Eu continuei trabalhando na Amazônia por diversos anos. Hoje, estou na TNC, em Brasília, trabalhando com infraestrutura inteligente. E o que infraestrutura tem a ver com recursos naturais? Eu vou chegar lá.

O segundo ponto que eu queria trazer para pensarmos juntos foi outra experiência que também aconteceu comigo aqui na Amazônia. Cerca de 8 anos atrás, participei de um encontro de especialistas, que se reuniram para discutir o ciclo da água e debater como as pesquisas de um grande projeto chamado LBA — Large Scale Biosphere-Atmosphere, que é um experimento de grande escala sobre as interações entre a biosfera e a atmosfera terrestres, estavam demonstrando as contribuições efetivas da Floresta Amazônica para o provimento de serviços ambientais para todo o Brasil, especialmente por conta da questão da água do oceano que é puxada pela floresta. Eu acho que o Ney comentou essa questão.

Essa água vai por um ciclo de bombeamento floresta acima. Isso vai desde a foz do Rio Amazonas até o litoral, até o Oceano Atlântico. Ela é puxada, bombeada pela floresta, até que se espalha para cima, promovendo chuva na Cordilheira dos Andes, nas cabeceiras dos rios formadores do Amazonas e também no centro-oeste e no sudeste do Brasil.

Neste ano, houve esse evento climático extremo, que já ocorreu antes, em 2001, 13 anos atrás. Então, pela segunda vez é registrado na história. Por conta do processo de mudança de clima, de aquecimento global, de aquecimento das águas do Oceano Atlântico, é formada uma zona de alta pressão no centro do Brasil, que



impede que essa água bombeada pela floresta caia na forma de chuva no Centro-Oeste e no Sudeste. Conseqüentemente, essas regiões sofrem grandes secas, e a Amazônia sofre grandes cheias. A situação em Rondônia e no Acre estava crítica até poucos dias atrás. Em Porto Velho, vários bairros ainda continuam embaixo d'água.

Mas algumas coisas mudaram nesse período. Se não mudou muito a nossa relação com os nossos recursos naturais, se ela não mudou como gostaríamos ou como precisamos que mude para enfrentarmos o desafio das mudanças climáticas, outras coisas mudaram. O Brasil é a sexta economia do mundo. Não estamos mais naquela situação de passar o chapéu mundo afora e pedir aos países desenvolvidos que contribuam conosco para que façamos, então, algo pelo meio ambiente. Ao contrário, a sexta maior economia do mundo tem responsabilidades a assumir.

Nós somos o quinto maior emissor de gases de efeito estufa. Nós estamos contribuindo muito para esses efeitos que agora se abatem sobre o Brasil. Esse evento climático extremo paralisou todo o sistema de circulação hídrica do País. E temos visto outros desastres. Têm ocorrido mortes no Sul, mortes no Sudeste, na região de serra do Rio de Janeiro.

É uma pena que o Secretário Colares tenha ido embora. Ele apresentou uma questão muito importante: a maior parte desses problemas é causada por nós, pela ganância humana, pela falta de consideração com os recursos. Em Economia, chamamos isso de "a tragédia dos comuns". Os recursos naturais são de todos, e, por serem de todos, não são de ninguém. Sendo assim, as pessoas fazem uso deles de forma degradante, porque não têm incentivo para conservar esses recursos de maneira a beneficiar a coletividade. Cada um tenta se apropriar do seu pedaço, e, quanto mais conseguir, melhor. Enquanto isso, todos nós, comuns, vivemos sob tragédia, porque assumimos esse prejuízo. Não conservarmos os recursos, que são apropriados por poucos, e repartimos o ônus dos efeitos desse uso predatório dos recursos, seja na forma de mudança climática, que vai se abater sobre todas as regiões, de diferentes maneiras, seja na forma de escassez de recursos.

Escassez de recursos hídricos não é ainda o caso na Amazônia, mas é na minha terra natal. Menciono o Rio Piracicaba. O nível dos reservatórios da Cantareira está a 11%. Eu não estive lá recentemente, mas minha família me dá



informações. Meu pai, meu avô dizem que nunca viram o rio nesse nível. Naquela região, as cidades estão sob racionamento de água.

Então, eu acho que essa é uma das grandes questões que a sociedade tem que abordar. Como vamos resolver o problema da gestão de recursos naturais, de forma a considerar que os recursos são escassos, sim, ainda que em alguns lugares pareçam não ser. Temos muita água aqui, mas, se a poluirmos e fizermos mau uso dela, vamos ter problemas, mesmo na escala amazônica.

Abordo agora o terceiro ponto. Há desafios em escala planetária. Eu trabalho numa organização não governamental, a TNC. É a maior organização não governamental ambientalista do mundo. Ainda assim, nós somos muito pequenos. Em geral, as ONGs são muito pequenas para endereçar a escala dos problemas que enfrentamos hoje em termos de gestão de recursos naturais, recursos hídricos, conservação, meio ambiente em geral.

Nos últimos anos, dentro da TNC, temos feito reflexões também. Estamos construindo uma abordagem para a conservação que tenta fugir da antiga escala tradicional de trabalho das organizações não governamentais, a de trabalhar em pilotos. *“Ah, faça um piloto, depois tente apresentar esse piloto como um modelo para tentar replicá-lo, transformá-lo em política pública.”* Temos refletido internamente e avaliado que isso não é mais suficiente, dada a dimensão dos desafios que se apresentam à humanidade.

Então, estamos construindo abordagem que considera desafios globais, soluções globais. Precisamos construir soluções que consigam endereçar esses desafios em âmbito global, engajando desde o início os governos e o setor privado. Esse engajamento tem que ocorrer na forma do processo de tomada de decisão. Entendemos que a única forma de realmente promover transformação em escala global é a internalização, tanto pelos governos quanto pelo setor privado, no processo de tomada de decisão, das variáveis relacionadas ao meio ambiente.

No Brasil, definimos três temas que consideramos prioritários e que são absolutamente entrelaçados. De certa forma, todos já foram mencionados por esta Mesa. Um deles, por razões óbvias, é a produção sustentável de alimentos. Não é de hoje que o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de alimentos. Os últimos relatórios da FAO, organização mundial para a agricultura, atribuem ao Brasil o



papel de continuar a ser um dos maiores produtores de alimentos no futuro, o celeiro do mundo — é um dos poucos países que ainda têm grande potencial quanto ao crescimento da produção de alimentos —, de forma a garantir que 9 bilhões de pessoas tenham o que comer nos próximos 30 ou 50 anos. Agora, como fazemos crescer a produção de alimentos sem termos que desmatar mais áreas neste País, sem termos que converter mais áreas naturais em extensas áreas de produção?

Temos trabalhado em duas linhas, que são fruto do nosso aprendizado de trabalho em projetos piloto. Um deles acontece aqui, no Pará, no Município de Paragominas, que já foi conhecido como “Paragobalas” e hoje é um dos modelos de desenvolvimento sustentável. Ele foi modelo inclusive para o Municípios Verdes, deste Estado, com que temos trabalhado há quase 10 anos para implementação do Código Florestal. Isso ocorre desde o começo do processo. Refiro-me a elaboração do Cadastro Ambiental Rural das propriedades, identificação dos passivos, desenvolvimento dos planos de regularização ambiental, construção de grandes arranjos entre produtores, governos, instituições financeiras, para financiar a restauração dessas áreas. Consideramos isso primordial, porque contribui para a conservação não só das áreas agrícolas, dos solos, mas também dos recursos hídricos, e tem efeitos multiplicadores, em termos de polinização das próprias lavouras, prevenção de pragas. Enfim, o Código Florestal é bom para o meio ambiental, mas também para a agricultura.

A outra questão é a intensificação da pecuária. O Pará, como um dos maiores produtores de gado do País, é um exemplo disso. A nossa pecuária é de baixa produtividade — por volta de uma cabeça por hectare. A nossa área de pecuária é enorme, e o nosso rebanho, ainda que grande, é muito pequeno relativamente à área ocupada. Ele poderia ser muito maior, e ocupando área muito menor. Liberaria grande parte da área hoje da pecuária para que fosse utilizada pela atividade agrícola, que é muito mais intensiva e tem aporte tecnológico muito maior.

A intensificação da pecuária, portanto, é nossa outra política, que vimos defendendo, tentando construir diversos arranjos em parceria com o setor privado, em parceria com os Governos Municipais, Estaduais e Federal.

A segunda prioridade que colocamos para o Brasil é trabalhar a questão da segurança de recursos hídricos. Aqui, em Belém, pode parecer que isso não é uma



grande questão, mas, se forem a São Paulo agora, vão ver o tamanho da questão que está colocada para o Governo e para os cidadãos. As pessoas estão tendo que aprender a economizar água, para que tenham água até outubro. Correm o risco de ficar sem água em agosto ou setembro.

Temos trabalhado em relação à segurança hídrica, na disseminação de arranjos que permitam a conservação das bacias hidrográficas, o que está relacionado com o primeiro item, inclusive com a implementação do Código Florestal; em parcerias para implementar programas federais, como o Produtor de Água, que a ANA desenvolve, muito interessante; e principalmente na ampliação da governança dos recursos hídricos, no caso da Amazônia, eu acho.

O Ney mostrou os comitês de bacia. Não há comitê de bacia na Amazônia. *(Pausa.)* Estou sendo informado de que existe um no Tarumã, pequenininho, em torno de Manaus, no Igarapé do Tarumã. Eu não sabia que já estava funcionando. Então, temos um comitê de bacia num igarapé, que não é tão pequeno assim, é um igarapé grande, muito aprazível, inclusive. Temos apenas um, e nenhum de um grande rio, nenhum de um rio que tenha múltiplos usos, nenhum de um rio que esteja realmente sob grande risco ou seja um grande tributário do Amazonas. Então, precisamos avançar nessa temática de ampliação da governança, constituir comitês de bacia, discutir os usos múltiplos de água na Amazônia e ordenar esses usos, para que eles, perpetuamente, estejam disponíveis de forma abundante, como estão hoje.

O terceiro tema, que eu coordeno efetivamente, é a infraestrutura, a infraestrutura inteligente. Todo o mundo quer infraestrutura, mas não de qualquer jeito. Precisamos qualificar a infraestrutura brasileira; precisamos melhorar a qualidade dos projetos; precisamos nos libertar dos esqueletos de projetos que não conseguimos construir ao longo das décadas de 60 e 70 e que continuam assombrando a sociedade brasileira; e precisamos partir para a elaboração de projetos que sejam efetivamente do século XXI, projetos logísticos, projetos elétricos, projetos minerários, projetos sim que são importantes para o desenvolvimento do País, para acabar com gargalos econômicos que observamos em diversas áreas, para gerar divisas, para gerar riquezas, para gerar empregos,



mas que, ao mesmo tempo, possam conciliar o desenvolvimento com a conservação dos recursos naturais.

Quanto a isso, temos algumas linhas de atuação, que eu queria destacar aqui. A primeira delas, que passa até por uma questão que foi abordada pelo Secretário Colares, é a necessidade de fortalecermos os órgãos ambientais que são responsáveis pelo licenciamento. Vira e mexe, ouve-se um governante ou um empresário reclamando que não consegue licenciar um empreendimento. Alega que demora muito a licença, que são muitas as exigências. Mas isso não acontece porque a área ambiental dos governos não quer que os empreendimentos ocorram. Isso acontece porque é responsabilidade dos governos zelar pelo meio ambiente. Eles têm que exigir que os projetos sejam bem feitos, sejam criteriosos.

Muitas vezes, o que vemos é que o estudo de impacto ambiental é malfeito, é que o relatório de impacto ambiental omite impactos que vão ocorrer. Conseqüentemente, aqueles impactos que deveriam ser de responsabilidade do empreendedor acabam sobrando para a sociedade.

Agora, como conciliar as duas coisas? Como lidar com os impactos dos empreendimentos, tratá-los no processo de licenciamento e garantir que o empreendedor assuma a responsabilidade por eles, e ainda fazer isso com celeridade? Só com investimento. Precisamos ampliar os orçamentos das áreas de meio ambiente. O IBAMA, no âmbito federal, e as Secretarias de Meio Ambiente, nos âmbitos estaduais e municipais, precisam receber mais recursos para poderem capacitar seus servidores, ampliar seu quadro de funcionários, fortalecer o processo de licenciamento e garantir que os projetos de infraestrutura não vão degradar o meio ambiente; vão, isto sim, trazer benefícios econômicos, sociais e até ambientais, porque em muitos lugares pode haver parcerias que permitam que os empreendedores sejam os grandes financiadores da conservação em escala regional.

Além do fortalecimento dos órgãos ambientais, trabalhamos com o que chamamos de hierarquia de mitigação, uma metodologia que prevê que, em cada fase do empreendimento — planejamento, construção e operação —, tomem-se medidas que busquem evitar impactos, mitigar impactos e compensar impactos.



Isso, atrelado ao licenciamento, é o que há de mais avançado na ciência para que se consiga conciliar desenvolvimento e meio ambiente.

Por fim, estamos aqui na UEPA — universidade, casa do saber. Nós precisamos de mais ciência! Precisamos de muita ciência na Amazônia. Ainda conhecemos muito pouco a Amazônia.

Imagino que o Ney enfrente isto todos os dias no Ministério, e todos os Ministérios e Secretarias de Meio Ambiente também: como fazer o licenciamento de um empreendimento de infraestrutura se não se tem ciência sobre o ecossistema que vai ser impactado? É muito difícil.

Eu visitei a obra da Hidrelétrica Teles Pires, praticamente na fronteira de Mato Grosso com o Pará, quase no Pontal. Conversando com o engenheiro responsável pela obra, perguntei a ele como estavam lidando com a questão dos peixes migratórios e dos não migratórios, já que estavam construindo uma usina onde já havia as Sete Quedas, portanto uma barreira geográfica. Em tudo o que pesquisei, não encontrei nada conclusivo em relação a quais espécies conseguiam e quais não conseguiam cruzar Sete Quedas. Com certeza algumas conseguiam, e outras não. Ele me confessou que eles mesmos estavam apenas fazendo o monitoramento. Estão monitorando a migração dos peixes com sistemas de radiofrequência agora, quando a obra já está em andamento, quando o empreendimento já está em construção. Assim, provavelmente vamos saber daqui a alguns anos quais peixes cruzam ou não a hidrelétrica, mas nunca vamos saber quais espécies eram ou não capazes de cruzá-la antes. Não tínhamos uma linha de base estabelecida antes do empreendimento para que pudéssemos adotar medidas mitigadoras ou compensatórias que viabilizassem menores impactos às espécies de peixes da região.

A mesma coisa vai se repetir em toda a Amazônia, porque temos muito pouca ciência, muito pouca pesquisa aplicada — não por demérito dos pesquisadores amazônicos, que a Amazônia dispõe de grandes pesquisadores, mas principalmente pela pequena quantidade de pesquisadores. Ainda temos na Amazônia um contingente de pesquisadores muito pequeno, até em comparação com os contingentes que temos nas outras regiões do Brasil. Então, atrair cérebros para a Amazônia, formar e reter cérebros na Amazônia e ampliar os investimentos em



ciência na Amazônia são medidas primordiais para que consigamos construir infraestrutura de qualidade que concilie desenvolvimento com conservação ambiental e com desenvolvimento social, e não empreendimentos que são socialmente excludentes e ambientalmente impactantes.

São essas as minhas reflexões.

Agradeço mais uma vez o convite. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, caríssimo Gustavo, pelas contribuições.

Registro a presença aqui do Deputado Zé Francisco, que é Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Obrigado pela presença.

Também registro a presença da Prof. Dra. Marilena, que é Coordenadora do Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente — GEAM da Universidade Federal do Pará, grande amiga.

Registro ainda a presença do Dr. Hugo Américo, Superintendente do IBAMA no Pará, bem como a do Prefeito de Portel, meu amigo Paulo Ferreira, que também participa do nosso seminário. Depois faço outros registros, pois já estamos correndo contra o tempo.

Vou passar a palavra agora ao Prof. Edir, para que faça as suas considerações. Depois nós vamos abrir a palavra aos demais participantes deste evento. As pessoas que quiserem fazer as suas formulações por escrito podem entregá-las ao pessoal do apoio aqui na frente ou lá atrás. Nós infelizmente não temos microfone sem fio, mas vamos oferecer um dos microfones daqui para quem quiser fazer, de forma muito objetiva, as suas considerações.

Com a palavra o Prof. Edir.

**O SR. EDIR SANTANA PEREIRA DE QUEIROZ FILHO** - Bom dia a todos. Senhoras e senhores, é um grande prazer estar num seminário em que se faz uma reflexão sobre a Amazônia. A Universidade Federal Rural da Amazônia completou 63 anos semana passada. A Escola de Agronomia da Amazônia, a agora Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, antes já discutia o desenvolvimento sustentável da Amazônia, tema para o qual nós estamos aqui contribuindo novamente.



Nesse sentido, a respeito dos recursos hídricos, nós da UFRA tínhamos uma informação agora, um esclarecimento de cunho social, que poderia propiciar a compreensão das principais diretrizes do desenvolvimento hídrico, dos princípios dos direitos humanos, visando garantir ao ser humano acesso a boa qualidade de vida. Nós escutamos os expositores que nos antecederam, que são ótimos, mas falta alguma coisa, que vamos apresentar aqui.

Muito se fala sobre a questão da política de desenvolvimento, como fizeram os Secretários que aqui nos antecederam. Na realidade, todos nós misturamos a palavra “política” com “legislação”. Agora mesmo eu poderia dizer que o nosso Estado do Pará tem uma legislação desde 1997, o que chamamos de política de recursos hídricos.

Eu sou professor de Política de Desenvolvimento Rural e sempre digo aos meus estudantes — estão aqui os da Agronomia, e há também veterinários, zootecnistas e engenheiros florestais — que, na realidade, nós, como cidadãos, misturamos muito a palavra “política”, que nada mais é do que o conjunto de ideias da sociedade. Digo isso aqui, na presença do nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Digo também aos nossos representantes, e está aqui o nosso Deputado, que façam aquilo que nós chamamos de legislação.

Já há muita legislação sobre recursos hídricos. Estou aqui com toda a do Estado do Pará. Toda a nossa legislação começa na Constituição Federal de 1988. No Título III, há quatro capítulos que tratam de recursos hídricos. Se eu estivesse agora segurando a Constituição, eu perguntaria a todo cidadão que está aqui se já pegou nela ou se já a leu. Muitas vezes, não é isso o que temos, porque ali é que estão os nossos direitos e os nossos deveres, o nosso respeito e a nossa responsabilidade.

Temos que começar olhando para nós mesmos. O que nós temos no corpo? Água. E como se cuida do corpo? Da mesma forma que cuidamos da água. O Maranhão — posso chamá-lo assim, companheiro? — apresentou a quantidade de água que temos no Brasil. Nós não podíamos deixar de apresentar a Amazônia. Nós ainda estamos dentro d’água.

Por isso, o título aqui passa a ser uma política. Eu chamo de floresta, mas é a Amazônia. No seminário há uma reflexão sobre o que cada um de nós, daqui para



frente, apresentará como ideia a fim de que possamos trabalhar na elaboração de políticas de desenvolvimento hídrico, sustentável, municipal, estadual e federal.

O nosso Secretário apresentou umas unidades já de planos de desenvolvimento. Mas eu pergunto: cadê a política nacional? Vamos sempre olhar isso. Eu também estou com a lei nacional, é a política de recursos hídricos. Lei não é isso. Lei não é política. Está certo? Essa reflexão é a UFRA — Universidade Federal Rural da Amazônia que está trazendo a este seminário, para que possamos sair daqui olhando a cidadania, a fim de que possamos avançar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Isto todos nós conhecemos, é a Amazônia. Essa Amazônia toda que nós temos é conhecida e amada. Temos perdido muito dela. Não é preciso ir longe. Nossos Secretários, Presidente da Comissão, saiam aqui pelas ruas e verão quantos igarapés de Belém já perdemos.

Então, cadê a sociedade amazônida, sabendo da quantidade de água que nós temos? Nós estamos mostrando isso rapidamente para não nos esquecermos de fazer uma reflexão sobre ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Quanto ao som aqui, é o seguinte: ou há pouco cabo, ou há muito som. É preciso juntar as duas coisas numa só.

**O SR. EDIR SANTANA PEREIRA DE QUEIROZ FILHO** - Desculpem-me. A gente fala alto e pensa que todos estão escutando.

Nós temos como destaque da Amazônia a questão da água. Foi apresentada pelo nosso Secretário Federal a quantidade de água na Amazônia. Mas olhem a quantidade de água que nós tínhamos! Um quinto da água doce do mundo estava aqui! E quanto nós já perdemos? Quanto está faltando para nós na nossa casa? Dessa maneira, vemos que vai faltar água?

Mas começa aqui a haver essa reflexão, essa discussão sobre a Amazônia. Há cidadão que não tem água em casa. Não tem, apesar de perto de sua casa passar um rio, um igarapé, um olho d'água. E cadê também a capacitação quanto ao nosso direito, ao nosso dever?

Eu destaco trecho de praticamente 19 quilômetros que nós usamos para transporte. A Amazônia precisa disso, para transporte relacionado não só a lazer,



mas também a produção, a saúde, a tudo o que precisamos. Menciono Belém — estou olhando os belenenses aqui —, Portel, onde trabalhamos e estamos com o Prefeito. O Vice é um ex-florestal nosso aqui. Quanto de água nós temos lá? E quanto de água está faltando para todos nós também? Essa é uma questão muito séria. Há os valores da floresta. Hoje à tarde vamos ouvir alguma coisa sobre isso.

A universidade não podia vir aqui e deixar de criar uma discussão em favor da cidadania, tão necessária para a construção de um mundo melhor. Este mundo não se pôde conhecer antes da existência da água. Não é só respiração, é água também. E digo isso com todos nós aqui, os trabalhadores rurais a quem estou olhando aqui. Nós, da área rural, estamos andando por essa Amazônia, trabalhando e nos colocando sempre à disposição para questionamentos. E questionar o quê? Cada cidadão tem o direito de perguntar sobre o quê? Estamos aqui falando sobre recursos hídricos. E por que está faltando, então, água para a gente? Esta reflexão é por quê? Por aquilo que nós ouvimos dos Secretários. Nós temos Secretarias Municipais de Meio Ambiente, temos a Secretaria Estadual de Meio Ambiente... E cadê a gestão de recursos hídricos? Mas tem lei! Abram a lei — o Raimundo saiu daqui agora há pouco, e eu estava querendo falar com ele, que é do Ministério Público. Cadê essas leis sendo executadas na produção, na administração, na gestão de recursos hídricos do Estado do Pará, por exemplo, citada aqui pelo nosso Secretário?

É uma questão de mudar atitudes. Que mudança de atitudes sobre rios que nós teríamos, além de nós gostarmos de praia, de rio? Mas vai chegar um momento, daqui a 3 meses, que nós vamos ter na Amazônia, nas nossas praias, placas dizendo que ninguém use porque elas não estão prontas para receber o cidadão. E de que maneira, então? Somos nós que jogamos lixo nela? Sim. Todos nós aqui, como cidadãos, temos que refletir um pouco sobre isso.

E, nessa mudança, que tipo de postura crítica nós temos? É por isto que neste momento estou aqui, como crítico propositivo, para que, através do nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, se leve isso para lá, daqui da Câmara Federal, e os nossos secretários de governo estarão recebendo nossas ideias para a contribuição do desenvolvimento sustentável.



Nesse sentido é que se apresentariam as alternativas para cada cidadão, seja trabalhador rural, seja empresa privada, seja governo ou setor público. Cadê as alternativas de que nós podemos participar? Esta sala aqui está cheia, graças a Deus, por aqueles que querem contribuir. Nós estamos aqui fazendo isso na Amazônia há anos. E, agora, eu olho para os jovens que estão aqui, os cidadãos da minha idade que também estão aqui. Já vimos lutando há muito, e, muitas vezes, vemos que a universidade está distante da sociedade. Por quê? Porque a Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA, com 63 anos, mais antiga do que a Universidade Federal do Pará, não é procurada pela sociedade. A sociedade tem medo de entrar naquela universidade. Isto é verdade. Os reitores que estavam aqui já se foram, porque têm outros compromissos. Mas as professoras iguais a mim sabem disso. Muitas vezes, eles não sabem nem que uma universidade é pública, é nossa, é para resolver problemas.

Secretários de Meio Ambiente Municipais que estão aqui, cadê nosso licenciamento ambiental, levando em consideração, por exemplo, a questão do desenvolvimento hídrico? Cadê o pessoal do Ministério de Minas e Energia, por exemplo? Cadê o pessoal dos minérios? Nos nossos Estados, em se tratando de produção de minério, deixam tudo para depois, para resolver. Como é que podemos evitar os impactos ambientais? Eles querem fazer produção de peixe de algo que não vai ter nunca peixe. Cadê nós?

Então, precisamos de alternativas, para que nós tenhamos a proteção do meio ambiente.

Nesse sentido, doutora, está aqui a base legal para nós, como cidadãos. A base técnica aqui está não na universidade sozinha; ela, a sociedade, é que tem de dizer o que deseja. A sociedade precisa dizer o que quer, o de que precisa. E, muitas vezes, a universidade recebe, faz a proposta, e a proposta fica parada ali no Desenvolvimento. Por quê? Porque, muitas vezes, não sabemos que, depois de elaborar uma proposta de política, temos que criar os planos, programas, projetos. E quem tem que elaborar projetos é a sociedade. Sem projeto não se faz desenvolvimento hídrico na Amazônia. Dinheiro existe demais no Governo. O mundo está colocando dinheiro para que todos melhorem a sua qualidade de vida. E... cadê? onde estamos?



A questão econômica que chega ao final... Todo mundo ganhando o seu dinheiro. Porque nós também estamos tratando de capital. E, se aqui é a administração, cadê as nossas secretarias municipais hídricas? Cadê? Tem?! Não, não tem. É do Meio Ambiente. E o Meio Ambiente está lá, com tudo dividido. Muitas vezes, só vemos uma salinha lá para se tratar de questão hídrica, que é essa quantidade de água que o colega nos colocou aqui.

Para isso, estão aqui alguns setores com que nós, da universidade, estamos trabalhando; e destacamos bem aqui a parte da hídrica. Então, cadê as políticas todas que nós podemos fazer para o desenvolvimento regional da Amazônia, discutindo os problemas um por um, e com a sociedade toda aqui escutando o Prof. Edir aqui falando? Onde e quando vamos ouvir vocês dizerem o que desejam para a questão hídrica? A cada um desses chama-se de política de desenvolvimento. E o conjunto seria a Política Nacional de Desenvolvimento Hídrico do Brasil. Mas... cadê ela? onde está? É ter apenas a legislação? Não. Nós ouvimos indagarem aqui: cadê os conselhos estaduais? cadê os conselhos municipais? Cadê os comitês da sociedade, onde ali tem uma nascente? Porque ela tem de tomar conta; está na lei isso. E cadê nós, todos organizados?

Isso está faltando, doutor! Nós temos que ser gestores. Eu sou servidor público. Nós temos a liberdade de dizer que nós precisamos de vocês todos, graças a Deus!

Encerrando, doutor, digo que aqui é que começa tudo. É a sociedade que tem que discutir para elaborar uma política de desenvolvimento hídrico. E, a partir dessa política de desenvolvimento hídrico, nós traçaremos os planos de desenvolvimento; e, a partir dos planos de desenvolvimento, chegaremos aos programas de desenvolvimento, porque a sociedade quer resolver os seus problemas. E aí chegaremos aqui em cima, novamente, para tratar do que eu chamo de projetos. Porque os projetos, doutores, devem ser de baixo para cima. Quem elabora projeto é a sociedade. E, se ela conhece a política, o plano, o programa, ela faz o projeto dentro daquilo para o que, seja uma secretaria, seja um Ministério, seja o próprio Governo, nunca vão dizer "não", porque isso tudo estará dentro da ordem do desenvolvimento que a sociedade quer.



Encerrando, para os senhores entenderem, está tudo aqui. Isso é política. É por isso que a UFRA está aqui, para contribuir em qualquer recurso que nós precisemos. Aqui começa a política entre governo e sociedade. Os nossos governantes esperam os desejos da sociedade. E, através dos nossos representantes, sejam Vereadores, sejam Deputados Estaduais, sejam Deputados Federais, sejam Senadores, sejam todos os nossos gestores públicos daqui, porque são todos Governo, é que se cria a política de governo. E a partir dessa política cresce qualquer plano.

Mais uma vez: cadê o plano de ocupação territorial da Amazônia? Ele existe? Existe. Mas será que está levando em consideração a questão hídrica? Vejam quanto há de nascentes de rios na Amazônia que já desapareceram! Vamos daqui até Ananindeua só, e vejamos quantas nascentes já perdemos. E aqui, na nossa Belém, de onde vem a água que tem aqui? Bem aqui perto da gente. Estamos bem perto! É tudo isso aí.

Então, esse plano passa por... Qualquer um deles aqui, e você tem os programas. E chegamos aos programas, para conhecer... Porque, através desses programas, desses planos, é que nós conhecemos os valores que a sociedade coloca como disponíveis para o desenvolvimento sustentável.

Então, Sr. Presidente, eu não posso deixar de entregar aqui uma contribuição. Esta é uma cópia que estou entregando diretamente ao nosso Presidente, para que ele conheça o assunto e o leve adiante; e também ao nosso Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, para que isto chegue também ao conhecimento da Presidenta da República.

Era essas as questões que nós tínhamos a dizer. Estamos à disposição dos senhores.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Prof. Edir.

Nós vamos abrir a palavra para algumas breves intervenções, pelo adiantado da hora. Depois, apesar de o painel sobre resíduos sólidos ser na parte da tarde, o pessoal que representa os catadores ainda quer aproveitar a ocasião, esta Mesa, parece-me, para fazer uma pequena entrega. Então, nós estamos tentando



administrar o tempo, aproveitando ao máximo a participação dos nossos convidados.

Já vejo aqui uma manifestação escrita. Pergunto se alguém gostaria de fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Nós vamos pedir ao pessoal que use o microfone para nossos registros. Peço que alguém leve até lá um microfone, para a gente facilitar a utilização do tempo. *(Pausa.)*

Não chega aí embaixo?! Então vamos pedir ao pessoal que quer falar que se sente logo aqui. Por favor!

E peço às pessoas que se identifiquem.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, não tem nada antecipado aqui. Está tudo dentro do horário. Esse é o pessoal dos catadores do Lixão do Aurá, pelo que a Mesa soube aqui. Como eles estão aí, e como alguns trabalharam à noite, eles têm um documento para entregar. Mas esse é um assunto à parte sobre resíduos sólidos, embora alocado à programação. É, digamos extraprogramação. Eles vão fazer apenas uma entrega. Parece-me que é isso. O pessoal dos catadores quer nos fazer uma entrega.

**(Não identificado)** - Eles estão mantendo a solicitação de se anteciparem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas isso não tem como. A gente vai poder fazer um arranjo ainda pela manhã, está certo? Só isso.

Enquanto a gente passa a abrir as inscrições, a gente vê como é que pode improvisar essa situação aqui.

Quem é o primeiro inscrito, por favor? *(Pausa.)*

Pode usar do microfone, amigo?

**O SR. MAURO FERREIRA** - Bom dia a todos e a todas. Eu me chamo Mauro Ferreira. Sou representante da EMATER-Pará e pedagogo.

Na verdade, o meu questionamento é justamente com relação àquelas centenas de cidadãos que estão invisíveis junto às políticas públicas e aos nossos gestores.

A EMATER-Pará está presente nos 144 Municípios do nosso Estado; inclusive, Belém, trabalha diretamente com a agricultura familiar. O meu



questionamento para as autoridades aqui presentes e à Mesa, aos conhecedores da realidade do interior do nosso Estado, é este: como é que fica a questão dos recursos hídricos com relação aos mais de 200 mil agricultores familiares no nosso Estado? Eles têm na sua base econômica o cultivo, o plantio, por exemplo da mandioca. E, culturalmente, o agricultor familiar paraense coloca essa raiz para amolecer às margens de rios e igarapés próximos a nascentes. Pois bem. Como é que nós vamos chegar até aquelas centenas de milhares de mulheres agricultoras, que também vão lavar a sua roupa na margem de rios e igarapés, utilizando produtos como Qboa e outros? Não basta apenas o poder público dizer que não pode porque isso vai impactar o meio ambiente. Não basta a EMATER, a SEMA, o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente dizer que não pode. Não basta identificarmos apenas os problemas ou punirmos; nós temos que dar as soluções devidas. Como eu vou chegar a uma comunidade quilombola de 200 anos de existência e dizer que isso não pode, que é ilegal, que é proibido pela legislação ambiental brasileira?

Eu tenho que dar condições necessárias para que essas pessoas possam conviver em harmonia com o meio ambiente, principalmente respeitando os recursos hídricos.

Então, esta é a minha reflexão em relação às autoridades da Mesa. Obrigado.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Tem uma pergunta aqui feita ao Prof. Ney Maranhão. É melhor ler... (Pausa.)

**O SR. NEY MARANHÃO** - Desculpem-me. Como eu não sabia o que era, então eu estava me explicando aqui a quem fez a pergunta. Eu vou ler a pergunta, então. Aliás, eu posso responder primeiro?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode.

**O SR. NEY MARANHÃO** - Mauro, a sua pergunta é bastante oportuna e muito interessante, principalmente porque, quando nós fizemos o plano do afluyente da margem direita do Amazonas, vimos que, à medida que você caminhava para o oeste, você aumentava a participação da mandioca e diminuía a participação de culturas que exigem mais tecnologia para poderem progredir. Você, que é da EMATER, deve sentir esse problema muito bem. Quer dizer, isso significa que,



quanto mais para o oeste, você tem menos informação, menos conhecimento, menos acesso à tecnologia, e isso também é algo injusto socialmente.

Agora, nós que trabalhamos com gestão de recursos hídricos, e não apenas nós, como também quem trabalha na extensão rural, temos que ter essa sensibilidade para saber quando é hora de intervir e quando podemos conviver com alguma coisa que não está perfeita. Você falou que 200 mil pessoas lavam mandioca nas margens de rio. Se essas 200 mil pessoas estiverem distribuídas numa área muito grande, isso não significa nada. Agora, se elas estiverem concentradas num trecho de 500 metros de rio, aí é um grande problema, e elas não poderiam continuar a fazer isso. Então, temos que saber as situações, onde é que as pessoas começam a se concentrar; temos que ver como você pode diluir isso no espaço, e até mesmo trabalhar uma nova tecnologia para o futuro, mesmo porque nós não queremos que as pessoas fiquem plantando mandioca a vida inteira, embora ela faça parte do seu cardápio, seja muito boa. Elas têm que ter mais alternativas, outras oportunidades.

Da mesma maneira, quando você fala em bacias que devem ser preservadas, nós sabemos que temos de oferecer às pessoas que lá estão a oportunidade de terem uma vida digna, com acesso à saúde, de poderem ganhar a vida decentemente, para não ficarem isoladas num “paraíso”, entre aspas, porque estão com fome, sem saúde, sem nada.

Então, a questão toda é: quem está nesses lugares está cuidando desses lugares, e, portanto, tem que ser beneficiado pela prestação desse serviço ambiental. E outros lugares terão que ser adaptados para você poder usá-los economicamente, para poder produzir então o benefício para aquele que está zelando em outro lugar.

Ou seja, é uma dinâmica. Você tem que olhar caso a caso. E aí, de novo, não é em Brasília que a gente resolve isso; é lá no campo, no dia a dia, sentindo essa realidade e dialogando com a população.

Essa seria a minha resposta.

Outra pergunta é a seguinte:

*“Como a água pode chegar, ou, se não chega, ou, quando, nos nossos Rios do Pará Água Preta e Bolonha,*



*que, devido à construção das hidrelétricas... Como deve chegar esse afastamento da água nas torneiras das residências, porque, na falta dessa água nos dias de hoje... Como afetaria as condições econômicas sobre essa água?”*

Eu não entendi bem... Acho que a questão é: como a água chega até as casas? É isso? *(Pausa)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. NEY MARANHÃO** - Está bom, é uma questão que envolve abastecimento de água.

Abastecimento de água é serviço municipal. Então, cabe ao Município, através da concessionária do serviço público, providenciar isso. O Ministério das Cidades tem linhas de financiamento, mas é preciso então fazer uma articulação para poder ter acesso a esse financiamento. O que nós sabemos sobre o Brasil, de um modo geral, é que o sistema, as redes de distribuição de água estão velhas, muito velhas, precisando de uma reforma ampla. Aqui em Belém as perdas físicas no sistema de abastecimento de água são grandes, superiores a 50%. Ou seja, a gente gasta dinheiro fazendo a captação da água, tratando essa água, colocando-a na rede de distribuição, mas metade dela é perdida, ou mais da metade é perdida por vazamentos na rede. Vocês todos devem ter visto vazamentos em redes. Aí é que entra a tal infraestrutura inteligente de que o Gustavo estava falando. Nós precisamos dar um salto muito grande, quase de ficção científica, porque temos que trocar essas antigas tubulações por sistemas que tenham detectores de vazamento neles mesmos, para você ser capaz de rastrear isso e saber onde há vazamento, assim que ele começa. E aí você intervém para não perder aquela água, aquele líquido precioso, que, de qualquer forma, vai para o lençol freático, não é totalmente perdido. Mas o que você tratou, o que gastou de dinheiro para colocá-la ali, isso você perde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais alguém? Jorge? *(Pausa.)* As pessoas estão chegando aqui. Venham logo!

Próxima inscrita.



**A SRA. CÍNTIA MONTEIRO** - Bom dia a todos! Bom dia, Deputado Arnaldo Jordy, Sr. Secretário Ney Maranhão, que faz parte dessa luta ao lado da nossa Presidenta; José Colares, aqui presente, Secretário de Meio Ambiente; Dr. Thomas, e Gustavo Pinheiro. Bom dia à Mesa!

A pergunta que há muito tempo eu tenho guardadas dentro de mim podem ser resumidas assim: o que falta para que as leis ambientais entrem em vigor nesta Nação, neste Estado do Pará, e em Município tão rico como é o nosso?

Muito se fala, mas pouco se pratica. Nós mesmos não damos o exemplo. Ainda não existe uma lei que nos obrigue a construir escolas e casas de forma ecológica e sustentavelmente correta, com captação de água de chuva, entre outros fatores.

Precisamos de leis ambientais para a educação ambiental, por nossos filhos, por nossos netos e por nossos bisnetos. Porque tanto se fala aqui *“por nossos filhos, por nossos netos, por nossos bisnetos”*...

Acho que precisamos esquecer de verdade, muitas vezes, os nossos partidos políticos e nos unir, de forma concreta e de coração, pela nossa população. A nossa população, de forma geral, em âmbito nacional, está precisando da nossa união. Eu luto por esta estrela aqui, mas estou aqui pela nossa população, e sempre vou querer que vocês me enxerguem assim. Estou a favor de vocês, mesmo que eu defenda a minha estrela.

Lutem pela sustentabilidade! Vão às ruas, peçam as leis, é necessário. Eu já comecei a fazer isso dentro de casa. Quisera eu ver no supermercado da minha cidade sabão em pó ecologicamente correto, assim como todos os produtos de que a gente precisa como dona de casa; quisera eu ver as escolas do meu Município construídas de forma ecologicamente correta.

Peço aqui a intervenção do nosso Secretário Ney Maranhão, para que faça chegar até a nossa Presidenta esse pedido. É um pedido de socorro à minha sociedade, à nossa sociedade, à nossa Nação. Precisamos nos unir. E estou aqui por isso, por todos nós.

Muito obrigada. O prazer é imenso! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado.



A gente pede às pessoas que se inscrevam e que, ao se manifestarem, se identifiquem, porque tudo está sendo gravado para registro. Enfim, é importante que as pessoas registrem o seu nome.

A pergunta respondida ainda há pouco foi feita pelo Joaquim Tavares, que é estudante da Faculdade de Administração. (*Pausa.*)

Próximo.

**O SR. JORGE HERBERT** - Bom dia à Mesa! Bom dia a todos! Sou Jorge Herbert, jornalista e professor.

Eu queria colocar para reflexão — aproveitando o que foi falado sobre décadas de estudos, conhecimentos, o debate sobre esse problema especificamente e outros da Amazônia — algumas coisas que acho que a gente esqueceu, ou, enfim, porque não houve tempo, mas que estão relacionadas às políticas públicas, à legislação, aos grandes projetos, ao agronegócio, ao desenvolvimento humano e ao desenvolvimento da Amazônia como um todo, desde as cidades ao bem-estar do cidadão. E isso envolve aquela história da paisagem da viagem, um problema que hoje é urbano mas que também é rural, que é o de locomoção — transporte, mobilidade urbana e rural, e que também envolve água.

Quando a gente pensa nos grandes projetos, por mais que haja toda uma legislação, existem muitos problemas, porque eles trazem muitos problemas; e cito os de mineração, de energia, que são licenciados de uma forma ou de outra, mesmo causando grandes impactos. No caso do agronegócio, especificamente de monoculturas que utilizam muito agrotóxico, o que é um problema muito grave para os recursos hídricos, pergunto: de que forma isso está sendo pensado e trabalhado hoje no País? E de que forma a gente pode evitar isso? A gente tem alternativas?

Agora mesmo o cineasta Silvio Tendler acabou de lançar seu segundo documentário sobre agrotóxicos; chama-se *O Veneno Está na Mesa 2*, em que ele coloca exatamente essa questão.

Nós temos a agricultura orgânica, e a agricultura familiar é uma expressão muito representativa disso, pois produz muito, disputa mercado com o agronegócio, tem produção, produtividade, mas que, infelizmente, ainda recebe poucos incentivos.



Eu gostaria de saber de vocês, tanto do ponto vista do Ministério quanto da pesquisa que acompanha tudo isso no País, quais as possibilidades que a gente tem, porque, digamos assim, mitigação, compensação, isto os projetos apresentam; mas as sociedades tradicionais, os agricultores, os ribeirinhos, os pescadores continuam sofrendo com os grandes impactos de todos esses projetos. O meio ambiente, os recursos hídricos, então, nem se fala! Se a gente pensar, o mercúrio dos garimpos e os agrotóxicos são suficientes para acabar com a riqueza que a gente tem, inclusive a da água subterrânea.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem, Jorge!

O Prof. Abreu é o último orador, mas ainda há mais uma pergunta por escrito aqui, e depois a gente encerra.

**O SR. ANTONIO ABREU** - Sr. Presidente, minhas amigas e meus amigos, bom dia! Eu considero este um evento da maior importância. E é por esta razão que eu saí agora do enterro de minha irmã e vim aqui.

Quero fazer aqui uma colocação que me parece pertinente em relação às palestras sobre a questão hídrica, principalmente quanto ao que disse o nosso professor da UFRA — Universidade Federal Rural da Amazônia. A região aqui de Paragominas, aquela área todinha foi desmatada com uma política orientada pelo Governo Federal em busca do desenvolvimento da região. Isso significa que tiraram toda a floresta de cima dos rios, e esses rios secaram. Eles produziam peixes, e outras espécies de caça que alimentavam a população. E a população, em busca de alimentos, se deslocou para Belém, para ocupar a periferia desta cidade, criando essa situação dramática de violência que nós vivemos.

Eu queria dizer às companheiras e aos companheiros, principalmente aos componentes desta Mesa, que estou aqui pedindo socorro. Eu estou aqui pedindo socorro como cidadão. Nós estamos discutindo um programa maior, amplo para o megaproblema ligado à questão ambiental. E o que nós estamos dizendo aqui? Belém é uma cidade cujo símbolo mais importante é a mangueira. Aqui, a mangueira ocupa um espaço fundamental, seja nas obras científicas, nas obras intelectuais, nos prédios, nas ruas, nas áreas comerciais, nos campos de futebol, etc. Em quase tudo está presente a mangueira. Ela é o maior símbolo que nós temos. Entretanto,



essa área que tem esse símbolo tem uma população, na área metropolitana de Belém, de 2 milhões e 360 mil habitantes aproximadamente, pelos dados que obtive ainda há pouco do IBGE.

Pois bem. Nós temos uma lei aqui que tem mais de 20 anos, a Lei nº 7.019, de 16 de dezembro de 1976, que dispõe: *“Fixa a mangueira como árvore ornamental e paisagística da cidade de Belém, e dá outras providências”*.

Eu fiz um trabalho sobre essa questão das mangueiras recentemente, e ao debate desse trabalho me levaram duas pessoas, que são consideradas técnicas, especialistas, mas que prestam serviços à rede CELPA, que destrói insensivelmente as nossas mangueiras. Essa é a grande verdade que eu quero colocar. Debateram comigo. E, desse debate, eles saíram derrotados, porque tudo o que eles colocavam não é certo, como, por exemplo, o prejuízo que as mangueiras provocam à energia elétrica. Hoje a distribuição de energia elétrica mais moderna é subterrânea, e não aérea. Essa é uma questão que eu quero colocar como fundamental aqui.

Quero dizer assim: que nesse meu estudo eu concluí, descobri que a Índia continua sendo o maior produtor de frutos da manga, mas que o México também é um grande produtor. E o Brasil é o terceiro produtor de manga no mundo, produtor e exportador. A região do São Francisco é uma grande produtora de mangas hoje destinadas à exportação.

Então, amigos, eu quero colocar isso aqui, para, ao final, dizer o seguinte: das frutas tropicais mundiais exportadas, 35% são de produtos da mangueira. Ora, gente, eu quero dizer que a mangueira no Pará, principalmente em Belém, não traz somente sombra, traz fruto. Eu vejo inúmeras crianças da periferia tirando frutas para se alimentar, pessoas adultas, inclusive, também tirando esse fruto para se alimentar. Pessoas carentes estão fazendo isso. São crianças que não estão roubando, não estão assaltando; são jovens que não estão assaltando, mas que estão lutando com dificuldade pela sua manutenção.

Gente, amigos, amigas, eu quero dizer o seguinte: que a mangueira é uma espécie...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Conclua, professor.

**O SR. ANTONIO ABREU** - ... de árvore que não destrói as nossas calçadas, porque o seu sistema radicular é perpendicular. Esse era um dos argumentos



colocados, mas que eu desmontei. E o desmontei há 10 anos, aproximadamente. Há 10 anos, meus amigos, as mangueiras de Belém deixaram de ser tratadas. Não há tratamento das mangueiras. Daqui a pouco, mais ou menos 1 ano, nós estaremos completando 400 anos de existência, e comemorando. E esse patrimônio, que eu chamo de histórico, paisagístico e cultural — e ninguém me contestou ao dizer isto, patrimônio — está sendo destruído, está se acabando.

As pessoas passam por debaixo das mangueiras e sequer percebem o dano que isso está causando. Há 10 anos que não se faz um tratamento, nenhuma poda. Existe uma enganação que precisa ser denunciada ao nosso Secretário do Meio Ambiente do Município.

Eu vi recentemente uma reportagem dizendo que quase 500 mil mangueiras teriam sido podadas. Primeiro, isso não é poda o que eles fazem. Eles estão é degradando as nossas mangueiras. Segundo, eu quero dizer também aos senhores que isso não houve. Em alguns pontos está acontecendo isso. Mas se formos à Praça Batista Campos, à Praça Brasil, veremos que não. Eu fiz visitas *in loco* a várias ruas de Belém para contar as árvores e verificar as que estavam destruídas pelas ervas daninhas. Eu quero dizer a vocês que, de cada 100 mangueiras, 96 estavam contaminadas, condenadas a morrer. Daqui a 2 anos, nós teremos mais árvores assim. Lamento profundamente ter que dizer isso. E esse trabalho deveria ser feito e conduzido pela SEMA, órgão que deveria cuidar disso. Infelizmente, não vejo nenhum trabalho nesse sentido.

Então, essa lei que diz que fixa a mangueira como árvore ornamental e paisagística da cidade de Belém é inócua porque não está sendo aplicada.

Muito obrigado por vocês terem me ouvido, e peço desculpas pela minha incidência. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Estão encerradas as inscrições orais.

Há ainda uma pergunta aqui, que vou passar à Mesa de uma maneira geral:

*“Desejo ouvir mais sobre a questão da outorga dos recursos hídricos, os quais são amplamente utilizados pelas grandes empresas. Entretanto, muitas não têm a outorga para explorar esses recursos, nem muito menos*



*pagam por ela. Existe algum plano para que exista uma taxa para a extração da água e, assim, juntar recursos para se tentar futuramente amenizar os impactos causados por essa extração?”*

Esta é uma pergunta, muito pertinente por sinal, de Roberto Miguel, estudante de Engenharia Ambiental da UEPA.

Pegando carona na pergunta do Miguel, eu gostaria de fazer uma brevíssima provocação para ouvir o Ney, o Gustavo e o Prof. Edir. Diante de tudo o que foi colocado aqui, o tamanho da confusão é grande! Não é um problema tão simples e que não se resume também em apenas numa frase, como a gente costumava dizer, e que alguns ainda usam, ou seja, que é apenas uma questão de vontade política. É muito mais do que isso, no meu entendimento. Nós precisamos, primeiro, de compreender que esse modo de produção de bens, que esse modo de consumo nosso, isso precisa ser revisto. Nós estamos discutindo sob uma ótica, sob uma lógica que me parece não ter correção de ajuste. Nós precisamos questionar essa ordem de coisas que é fruto de uma sociedade industrial, desenvolvimentista, de concepção ainda embrionária de que esses bens são infinitos, porque não são. Daí o problema, em outras palavras, o recado que foi dado aqui. Quem for de São Paulo aqui, por favor, tome bastante banho antes de voltar, porque lá o negócio está difícil...

Primeiro, nós precisamos questionar isso. E, dentre os desafios, precisamos racionalizar o uso desse bem finito. Não dá mais! As pessoas sempre acham que o recado é para os outros: o chuveiro, a torneira inteiramente aberta na hora da escovação dos dentes... Essas coisas são de cada um. Não dá para transferir apenas para o Governo ou para o Estado esse tipo de responsabilidade. Isso diz respeito a uma consciência individual.

Segundo, pelo que foi colocado pelo Prof. Ney, está havendo a destruição desses recursos. E aí me parece que a vontade, a mediação e a regulação do Estado ainda são absolutamente inócuas ou embrionárias demais. Se não fosse o Estado, estaria muito pior. Mas, mesmo com o Estado, está ruim. Está muito ruim. Vejo assim por uma situação muito concreta. Nós estamos assentados nas maiores plataformas de recursos hídricos do planeta. E elas estão aqui na Amazônia, no



Estado do Pará. Já foi dito aqui pelo Gustavo e pelo Prof. Ney que tudo isso aqui ajuda a equilibrar um pouco a questão climática do planeta. Refiro-me ao que acontece aqui na Amazônia com os nossos recursos hídricos.

Há, no Pará, 2 milhões de paraenses que não têm água potável em pleno século XX. Não conseguem água compatível ao consumo humano.

Por outro lado, nós temos um conjunto de atividades econômicas, onde poucos se apropriam desse bem comum e sem pagar um centavo por isso. E mais, produzindo um passivo de poluição, contaminando cadeias produtivas ribeirinhas em escala, não conseguindo sequer reparar os prejuízos que causam à saúde humana. Isso já foi medido e comprovado, inclusive por um estudo, dentre outros, da universidade federal e do Instituto Evandro Chagas, no caso do polo industrial de Barcarena. Essas empresas devem algo em torno de 30 milhões de reais por termos de ajustamento de conduta provocados pelo Ministério Público, que até há pouco estava aqui representado pelo Prof. Raimundo, Procurador do Estado. Quando se chega ao final dessa conta, vemos que não existe recurso para resolver o problema dos 2 milhões que não têm água potável, enquanto, por outro lado, meias dúzias de expertos utilizam esse bem coletivo e comum, gerando prejuízo à coletividade do meio ambiente e da saúde pública. E o Estado assiste a isso tudo passivamente. O que poderia exercer um controle social — eu conversava com o Ney sobre isso — são os comitês de bacia, que poderiam exercer algum tipo de controle e uma mediação sobre esse uso indevido e abusivo. Mas isso não existe. Existe um pouquinho em São Paulo, no Vale do São Francisco, mas, na Amazônia, como o mapa mostra, não tem nada. Há um caso apenas para ilustrar de forma figurante o desenho. Mas não há nada. Por quê? Porque as nossas dimensões são escalas absolutamente distintas das que existem no Sudeste. E o poder econômico arbitrário, que muitas vezes corrompe o Estado, prevalece, porque os comitês são facultados. Não há um império legal obrigando a criação desses comitês, ou, pelo menos, condicionando Estados e Municípios a receberem recursos federais mediante a constituição desses comitês de bacia, que têm uma participação da sociedade civil e, portanto, um controle social a ser exercido.

Então, eu acho que nós precisamos sair um pouco desse desenho romântico do debate acadêmico, que, claro, é muito importante. E um dos objetivos deste



seminário é sensibilizar essas discussões acerca de um bem que é muito precioso e que está pautado na Organização Mundial do Comércio e outros institutos. Isso vai ser, dizem alguns, o ouro a partir de meados deste século — o ouro azul. E aqui nós estamos assentados nessa mina de ouro azul e padecemos, dupla ou triplamente, por isso.

Eu estou disposto a recolher contribuições não só hoje. Quem quiser pode mandar para a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, que tenho a honra de presidir neste ano, para que a gente possa alterar essa legislação e modificar esse desenho de superestrutura do ordenamento jurídico, no sentido de dar avanços em favor da cidadania, que está desprezada, na indignância social, em função da volúpia dos interesses econômicos que estão em torno dessa agenda.

Essa a provocação que eu queria fazer aqui, com um pouco de desabafo.

Agora vou passar a palavra aos nossos convidados para que façam suas considerações finais, em resposta às provocações feitas. E vamos correr porque já estamos atrasados.

Com a palavra o Prof. Edir Santana Pereira de Queiroz Filho.

**O SR. EDIR SANTANA PEREIRA DE QUEIROZ FILHO** - Eu acho que a sociedade está fazendo realmente uma reflexão sobre a Amazônia, e eu não poderia deixar de responder às perguntas, começando pela pergunta do companheiro da EMATER. A base — e eu coloquei isso na discussão aqui — de tudo aquilo que nós temos, não só em mandioca, como com relação a outras produções agrônômicas, agrícolas, é uma questão puramente educacional. E as universidades públicas têm obrigação de estar junto com vocês, classificando a educação do trabalhador rural. Isso é necessário.

Uma colega falou sobre a questão das casas e da educação. Foi a senhora que falou? (*Pausa.*) Isso também não é por causa da lei. Todas as leis estão prontas. Agora, perguntem aqui se aqui nós conhecemos todas elas. Não. Mas também os professores têm que passar aos seus estudantes a legislação, para conhecerem isso. Os Secretários de Meio Ambiente e os Prefeitos têm que passar a conhecer a legislação. Nós estamos falando só da questão hídrica. A base dela é puramente educação, e educação é conhecimento de transporte. Está certo?



O jornalista falou que faz algumas coisas nos projetos, mas eu não posso deixar de reconhecer que há uma pesquisa feita mais de 10 anos atrás, em 2000. Eu fiz o levantamento de quantos navios pequenos tínhamos na Amazônia que se transformavam em transporte. No ano 2000, nós tínhamos mais ou menos 12 mil navios, entre pequenos e grandes. Mas, se eu pegar só os grandes que chegam ao Brasil trazendo alguns produtos lá de fora, vou querer saber, como todos estão aqui querendo saber, como é que eles estão voltando para seus países. Eles estão levando o quê? É água. E eles são lavados onde? Eles são lavados na nossa água. Mas essa pesquisa é de 12 anos atrás. Quem é que aqui anda de navio, que usa o naviozinho, o barco, e vê o que ocorre depois? A gente faz a limpeza nos navios, e vai para aonde? Vai para a água. Aqui é impacto ambiental. Eu não posso detalhar isso aqui.

Então, nessa linha, eu acho que, a respeito da limpeza da navegação, quem está trazendo produtos está voltando carregado. Seja europeu, seja norte-americano, seja o que for, já estão voltando cheios de água nossa — nossa, nossa.

Sobre a outra questão, companheiro que falou em Paragominas, daqui a uma hora o senhor vai ter toda a resposta sobre a floresta que foi desmatada na Amazônia. E ali — o senhor conhece Paragominas, eu a conheço muito bem — hoje está-se recuperando um pouquinho aquilo. Nós desmatamos tudo. Há de 10 anos, nós tínhamos mais de 230 serrarias funcionando 24 horas em Paragominas, e não havia, em nenhum momento, nenhuma política de desenvolvimento florestal, não por falta de as universidades colocarem seu conhecimento lá.

O senhor também falou muito na questão da nossa mangueira. Eu não posso deixar de falar aqui da minha universidade, a UFRA, que vai fazer 400 anos daqui a um ano. Agora estivemos com o nosso Prefeito, e nós perguntamos quantas ilhas nós temos no Município de Belém. Nem o Prefeito sabia! Nós temos 39, porque a gente só se lembra de Mosqueiro, Outeiro e de outras pequenas por aqui. E ali a UFRA já implantou cinco projetos envolvendo os trabalhadores rurais dos Municípios para produção daquilo que nós necessitamos.

Então, o socorro que o senhor pediu o senhor vai ouvir aqui, daqui a uma hora, se Deus quiser, dos nossos palestrantes.



Essa questão da arborização de Belém também precisamos desenvolver, para melhorar a qualidade de vida do belenense aqui.

Encerrando, eu me dirijo ao estudante de Engenharia Ambiental que perguntou sobre outorga. Doutor, a lei está aqui para você. Você já deve ter feito a legislação aí. O que nós queremos é que a ideia saia daqui na mão do nosso Presidente, e que daí para a frente venha para os nossos gestores. Que nos 145 Municípios do Estado do Pará, em todas as SEMMAs, com dois emes, não fique sozinha uma pessoa lendo jornal, mas que façamos aquilo para o que já lutamos há mais de 12 anos: descentralizar e desconcentrar a gestão ambiental na Amazônia e no Brasil.

Vejam se querem... Não querem! Vejam se eles conhecem... Não conhecem! Só existe hoje SEMMA com dois emes porque o Ministério Público obrigou, está obrigando a que seja assim. Mas vejam se é o Município que está fazendo o licenciamento ambiental, seja para uso de recurso hídrico, seja para qualquer outro produto que é obrigado a ter licenciamento ambiental.

Como é que agora nós acordamos chamando Jacareacanga? Todo mundo sabe onde fica. Vejam lá quanto impacto ambiental nós estamos tendo lá. E vejam se lá é resolvido pela SEMMA, com dois emes, ou se vem de lá para a SEMA do Estado Pará — e o Colares saiu ainda há pouco.

É isso que nós temos que resolver? Não. O impacto é no local que está sendo ocupado, que está sendo desenvolvido, que está produzindo. É lá que nós criamos impacto ambiental, e é lá que o Município tem de resolver sobre o desenvolvimento da sociedade brasileira, se Deus quiser.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Prof. Edir., da UFRA.

Passo a palavra ao Gustavo para as suas considerações e, depois, ao Prof. Ney.

**O SR. GUSTAVO PINHEIRO** - Quero agradecer a oportunidade. Eu acho que é muito oportuno este debate na Amazônia neste momento. A gente vê o volume, sem precedentes, de investimentos que têm efetivamente a oportunidade de transformar a cara da Amazônia, e a questão que se coloca para a gente é se a



gente vai transformá-la para melhor ou para pior. Então, eu deixo a minha mensagem muito nessa linha de que a gente tem que aproveitar esta oportunidade para transformar a Amazônia para melhor, para garantir a sustentabilidade no longo prazo, a conservação dos recursos naturais de forma conciliada com o desenvolvimento e a inclusão social de tanta gente na Amazônia.

Como o Deputado mesmo mencionou, ainda há, só no Pará, quase 2 milhões de pessoas sem acesso a água tratada. O nosso amigo já mencionou também a dificuldade de muitos produtores que não têm acesso a tecnologia, continuam produzindo apenas mandioca e outros víveres de primeira necessidade.

Só fazendo uma breve consideração, alguém me perguntou sobre os impactos nos povos indígenas e ribeirinhos. Eu acho é muito importante colocar que o primeiro passo para a gente conseguir dar voz às populações, principalmente na questão de desenvolvimento de infraestrutura, é a gente conseguir avançar com a regulamentação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que estabelece a obrigação do signatário, estabelece o direito de consulta livre prévia, informada. É uma matéria que está em discussão em Brasília. Há um grupo de trabalho na Casa Civil que está construindo uma proposta. É muito importante que a gente consiga avançar nessa regulamentação. Sem isso, a gente não vai ter um marco legal que consiga abarcar as demandas de populações tradicionais e povos locais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros povos.

Mais uma vez obrigado. Deputado, eu passo a palavra para o Ney. Eu me despeço e peço desculpa por sair correndo, pelo adiantado da hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Muitíssimo obrigado, Gustavo, pelas suas considerações. O Gustavo tem um compromisso agora, o que já nos tinha informado lá em Barcarena. E eu agradeço imensamente ao Gustavo, porque ele veio colaborar com o nosso debate.

Passo a palavra ao Prof. Ney para suas considerações.

**O SR. NEY MARANHÃO** - Muito obrigado. Eu acho que uma boa parte das perguntas o Prof. Edir já respondeu, e eu estaria repetindo algumas das coisas que ele falou. Então, eu vou me deter principalmente nas considerações do Deputado Jordy, porque eu entendo que o Deputado tem o dom da oratória, tem a indignação do cidadão e, por isso, coloca uma série de questões, situando-as no momento, no



tempo. Mas eu gostaria de olhar também a história disso tudo. Queria também, ao fazer esta apreciação, responder à pergunta que foi feita sobre a outorga, no meu contexto.

Quando eu penso no que este País era e no que este País hoje é, eu vejo que a gente mudou, e mudou para melhor, no geral. Hoje nós somos uma democracia, o que significa portas abertas para todas as reivindicações. Eu estou vendo uma reivindicação, uma reclamação de um TAC cujos deveres não foram cumpridos, e isso hoje é perfeitamente possível. Eu acompanho a luta dos catadores pelo reconhecimento do seu mérito, do seu valor na prestação de serviços ambientais junto à sociedade e no resgate da dívida que esta sociedade tem com eles. E isso também é fruto da nossa democracia.

Antes de 1997 — por isso, eu comecei até falando de 12 anos atrás —, a outorga era um acordo de amigos, era uma troca de protocolos formais entre quem tinha poder e quem orbitava o poder; hoje, não.

A Lei de Recursos Hídricos trouxe um conjunto de diretrizes, um conjunto de princípios e reconheceu, por exemplo, algo que não passava na nossa cabeça, que a água é finita, que não é uma coisa que você pode usar, usar, abusar, jogar fora, desperdiçar e ela está sempre se renovando, sem qualquer perda. Quer dizer, nós podemos, sim, estragar grandes estoques de água com a nossa irresponsabilidade. A lei é muito positiva no sentido de que ela cria cinco instrumentos que se encadeiam e se articulam entre si.

O primeiro dos instrumentos é o Plano de Recursos Hídricos, que nós apresentamos aqui. Já temos um plano nacional, temos planos de várias bacias na Amazônia. E eles têm o mérito de juntar o conhecimento disponível, organizá-los e fazer propostas de intervenções racionais que visem ao desenvolvimento sustentável. Portanto, o plano é um mapa para seguir um caminho. Em seguida, nós temos o instrumento do enquadramento que eu apresentei, que é um instrumento complexo, que equilibra essa trajetória da quantidade e da distribuição entre quantidade e qualidade de água numa região com as quantidades e demandas, oferta e demanda, com a qualidade dessa água que está sendo ofertada ou demandada. A partir desse momento, eu tenho o instrumento da outorga.



O que é a outorga? A outorga é um direito de usar uma água sob determinadas condições. A outorga não é a entrega de um volume de água, indefinidamente, sem quaisquer condições. A outorga é dada com condicionantes, é dada por prazos, exige contraprestações de quem a recebe. Então, a pessoa tem uma garantia de que poderá usar essa água para produzir, para servir uma sociedade, uma coletividade, mas terá deveres, deveres de proteger essa água e até, se já estiver sido instituída a cobrança, de pagar pelo uso dessa água. Ocorre que em lugares onde nós não temos conflitos, não temos problemas, não há por que implantar um sistema de outorga, ou implantar um sistema de cobrança.

Por último, nós temos um Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos que fecha o ciclo e volta à etapa de planejamento, um pouco como o Prof. Edir apresentou aí com a ideia de política. Dentro das intervenções que a gente propõe no plano, estão programas, projetos. Está tudo bem encadeado. Ocorre que a gente tem que mudar, e a mudança é penosa, é feita de marchas e contramarchas, é feita de progressos e também de alguns retrocessos. Por isso, às vezes a gente fica impaciente quando não vê as coisas acontecerem no devido tempo. Mas nós escolhemos o caminho do consenso, das decisões por consenso. Então, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, decisões são tomadas, os temas sobem aos conselhos. O Pará tem, hoje, um Conselho Estadual de Recursos Hídricos que também toma decisões na gestão de recursos hídricos do Estado do Pará. E, dentro dos Comitês de Bacias, ainda não surgiu, digamos, movimentação, não surgiu uma demanda que possa ser trazida ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará, para que possa constituir um comitê. Essa demanda surge exatamente da existência de conflitos, da existência de problemas na gestão dos recursos hídricos. Aí o senhor vai me dizer que estamos cheios de problemas. Então está na hora de começar a trabalhar para isso. Mas é um trabalho longo, demora muito.

Eu estou vendo aqui os colegas do IBAMA. Logo no início, eles falaram também sobre as taxas de desmatamento, que era um grande progresso, mas ainda não era satisfatório.

Gente, esses homens lutam diuturnamente, correm risco de vida. É um combate dia a dia. Só não perder o território conquistado já é um mérito fantástico, e a gente vai conseguir mais no futuro. Temos que valorizar essas conquistas que



temos também, e, a partir dessas conquistas, sonhar, voar mais alto. Por isso eu sou um otimista em relação a nossa gestão. Nós vamos virar esse jogo. Chegamos atrasados, só em 1988 tivemos uma Constituição democrática, que foi lembrada aqui pelo Prof. Edir, que já dava as garantias dos recursos hídricos para a população. Nós construímos a Lei nº 9.433, de 1997, e a Lei nº 9.984, de 2000; temos um sistema de gestão que vai se consolidando e é capaz de cicatrizar as suas feridas sozinho e propor novas investidas e novas conquistas na gestão dos recursos hídricos.

Portanto, eu acho que uma discussão como essa de hoje, quando nós fazemos algumas lamentações sobre o que não conseguimos ainda, é muito estimulante para lutarmos por essas conquistas adicionais.

Como eu disse no início, chego aqui e sempre aprendo alguma coisa, sempre ganho alguma coisa. Hoje, eu ouvi vários comentários de todos aqui. Mais uma vez renovo a minha fé na educação da sociedade, que eu coloquei como ponto essencial para a gente virar esse jogo. E estou convencido de que daqui 1 ano nós vamos ter um novo seminário e vamos apresentar aqui o plano estadual de recursos hídricos do Estado do Pará. (*Palmas.*)

E só espero que o senhor então organize o seminário, porque nós traremos o plano, com a colaboração do Secretário Colares, que é um grande parceiro e também uma pessoa muito interessada em mudar esse jogo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Agradeço ao Prof. Ney.

Antes de solenizar este encerramento, eu queria dizer que lamentavelmente foi esquecida aqui uma pergunta. Mas acho que, no contexto, ela já foi de certa forma abordada.

A Sra. Marivalda Casseb, assistente social, disse: *“Vejo os esgotos a céu aberto, como no canal da Tamandaré, da Doca, do Galo, só para citar alguns exemplos.”* São canais aqui da nossa cidade. *“O que está sendo feito para tratar essa água poluída, antes de ela chegar aos rios da Baía do Guajará?”*

Esse é o grande desafio do saneamento. Lamentavelmente, Belém tem apenas 8% de tratamento de esgoto sanitário; é a Capital com o pior desempenho das 27 capitais dos Estados brasileiros, com relação a tratamento de esgoto. Isso é



uma irresponsabilidade histórica e que, evidentemente, só será no meu entendimento... O Estado não tem uma força motriz endógena; eu tenho muito pouca crença nas instituições do Estado. Em todas elas, isso não é específico a nenhuma. Eu só acho que essas instituições se movem quando a sociedade cobra, quando a sociedade empurra, quando a sociedade se mobiliza no sentido de inverter essas agendas e essas pautas.

Então, acho que esse é um dos desafios. Esse é o retrato da tragédia que nós vivemos, não só em Belém, como também em outras cidades, em que essa questão do saneamento é pouco valorizada. Esse é um problema de saúde pública, antes de mais nada. É um problema afeito a todos nós. Não tem mais o lado de fora do jogo. *“Jogue isso para o lado de fora!”* Não tem mais isso, hoje nós estamos numa aldeia global, e todos os efeitos perversos dessa relação predatória — os efeitos colaterais — atingem todos nós indistintamente.

Com muito atraso, eu agradeço a presença de todos e renovo o convite para que possamos, daqui a pouco, retomar os trabalhos. Às 13h45min, iniciaremos o nosso segundo painel.

Muito obrigado e um bom almoço a todos. *(Palmas.)*

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. COORDENADOR** (Edir Santana Pereira de Queiroz Filho) - Boa tarde, senhoras e senhores. Vamos dar início aos nossos trabalhos da parte da tarde.

Este é um seminário que tem pessoas experientes, porque tem companheiros que vão falar sobre o desmatamento da Amazônia. Que nós tenhamos de todos aqui presentes contribuições para refletir sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Eu convido para estar à mesa o Dr. Roberto Smeraldi, Diretor da OSCIP — Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Amigos da Terra *(palmas)*; o Dr. Adalberto Veríssimo, Pesquisador Sênior do IMAZON — Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia *(palmas)*; e o Prof. Dr. Thomas Mitschein, Docente do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará.

Vamos começar dizendo que nosso objetivo é ouvir dos palestrantes, a partir da ocupação da Amazônia — nós temos uma história, todos os amazônidas que estão aqui —, a atuação fundiária, que nós conhecemos como era e como é,



especialmente no Estado do Pará, baseada nas atividades dos órgãos. Estamos discutindo políticas em níveis municipais, estaduais e federal com vistas a executar o controle do desenvolvimento florestal e de outras atividades, para conhecer o que nós temos hoje, e, daqui, saírem algumas ideias de contribuição.

Cada palestrante terá 15 minutos, no máximo 20, para expor suas reflexões.

Para os colegas que estão chegando, este é um tema que foi apresentado na parte da manhã, Dr. Roberto, esta é uma ideia do nosso trabalho — eu entreguei este, que está projetado aí —, justamente para toda a comunidade da Amazônia sair daqui entendendo os quatro pés que nós temos: política de desenvolvimento, planos de desenvolvimento, programas de desenvolvimento e projetos para que a sociedade saiba dos direitos que tem para melhorar a qualidade de vida.

Vamos dar início à fala do Dr. Roberto Smeraldi. Fique à vontade, se quiser se levantar. O senhor vai apresentar alguma coisa?

**O SR. ROBERTO SMERALDI** - Não.

**O SR. COORDENADOR** (Edir Santana Pereira de Queiroz Filho) - O senhor pode começar.

**O SR. ROBERTO SMERALDI** - Obrigado, Prof. Edir.

Boa tarde a todos. Vamos tentar respeitar o limite de tempo, até porque temos que concluir a tempo. Então, temos que condensar um pouco, e sempre ajuda ser mais objetivo.

Pediram-me para tratar da redução dos índices de desmatamento e das alternativas econômicas. Eu gostaria de comentar que é uma boa associação, saudável. Normalmente, na maioria dos eventos, dos seminários, me chamam para fazer um painel sobre a redução do desmatamento e outro sobre as alternativas econômicas. Tendem a separar os temas, o que já explica um erro de abordagem muito comum e frequente, eu diria quase histórico, que nós carregamos: considerar a redução do desmatamento uma tarefa necessária. Eu costumo dizer que é como ter que ir ao dentista: tem que fazer, mas ninguém está entusiasmado, com vontade de ir ao dentista. Então, é uma obrigação, mas não exatamente aquilo que nos move. Enquanto as alternativas econômicas, em tese, são sim aquilo que nos anima. Nós discutimos os assuntos separadamente, como se fossem outras coisas. Hoje, nós estamos aqui juntando essas duas pautas.



Parabéns aos organizadores, à Comissão de Meio Ambiente, ao Deputado Arnaldo Jordy, seu Presidente, porque captaram o nexo: hoje, é na redução do desmatamento e nos processos em andamento da redução do desmatamento que a sociedade exige que nós temos a oportunidade de resgatar uma agenda de desenvolvimento e de alternativas econômicas que, por outras razões que não têm nada a ver com a redução do desmatamento, ficou, no mínimo, esquecida, senão abertamente congelada muitos anos.

Em 2003, aqui mesmo, fui membro de um grupo que formulou a última tentativa, que eu lembre, de gerar uma agenda de desenvolvimento regional para a Amazônia, o Plano Amazônia Sustentável — PAS. Eu lembro que, nesse grupo, estavam Chiquito, do Pará, um pessoal da antiga SUDAM, da ADA — Agência de Desenvolvimento da Amazônia, a Profa. Bertha Becker, que faleceu no ano passado, e alguns outros. Foi a última vez que me lembro de uma discussão. Teve uma reunião de Governadores sobre o diagnóstico que fizemos. Aliás, o Governador Simão Jatene estava no seu primeiro mandato. Depois, esquecemos essa discussão e o plano ficou, mais uma vez, no papel, até aquele processo de transformação da SUDAM em ADA, da ADA em SUDAM. Então, essa agenda ficou congelada.

Na Amazônia, avançaram apenas em agendas — cujo mérito nem quero discutir agora — de utilização da Amazônia para fins do desenvolvimento fora daqui, seja na área energética, seja na área mineral, seja na área agropecuária. Eram experiências, algumas com seus méritos, outras com problemas, que visavam e visam o desenvolvimento regional, inclusive por meio de um conjunto de ações prioritárias do ponto de vista de infraestrutura, até no âmbito do planejamento federal, mas que não tinham como foco uma lógica para isso.

Ao mesmo tempo, por uma série de razões, nós tínhamos chegado, naquele momento, a números historicamente altos de desmatamento. E, vejam, num belo momento, acontece aquilo que parecia impossível, que parecia um milagre: a inversão da tendência desse desmatamento. E, aqui, a gente tem que começar a olhar alguns números antes e depois.

Antes, diziam para nós: *“É o desmatamento que permite que haja atividade econômica”*. Então, vamos ver: antes ou depois? Quando o desmatamento estava em 27 mil quilômetros quadrados por ano e passou para 6 mil, isso impactou de



alguma maneira, a produção, a atividade? Como? Não. Parece que foi totalmente inócua essa mudança. Não foi percebida pelos atores econômicos até como mudança.

Isso é interessante, porque, antes, a grande preocupação era que o desmatamento era necessário para o desenvolvimento, e se demonstrou que não era necessário, que não era um motor de desenvolvimento. Agora está claro. O que não está ainda claro é que sua redução pode ser um motor de desenvolvimento. Isso sim! E por que a redução do desmatamento pode ser um motor de desenvolvimento? Pela razão de que nós podemos tentar aprender olhando de novo a maneira com que as atividades econômicas são conduzidas na região, em geral, com índices de produtividade abaixo daquilo que a inserção dessas atividades nas suas respectivas cadeias exige.

Vamos falar, só para dar um exemplo, não necessariamente da atividade mais importante, mas daquela que ocupa mais espaço territorialmente: a pecuária. Se todo mundo reconhece que, hoje, para eu ter uma atividade pecuária rentável, preciso sair de determinados índices de produtividade — da taxa de desfrute na faixa de 20% do rebanho ou da taxa de dotação na faixa de 1 ponto alguma coisa cabeças por hectare — para índices mais avançados que permitam agregação de valor, que permitam que o animal chegue ao abate não em 5 anos, mas em 2, 2 anos e meio, 3 anos, se isso é verdade, a redução do desmatamento sim me proporciona um elemento importante. Por quê? Porque ela me obriga a mudar o modelo, ela me obriga a fazer um uso mais intensivo do solo, ela me obriga a investir não em ampliação de área, mas em melhorar a inserção de leguminosa naquela pastagem, ela me obriga a recuperar aquela pastagem degradada, ela me estimula a pôr uma cerca para fazer manejo rotacional.

Então, a redução do desmatamento é a oportunidade para uma transição tecnológica que possa permitir àquelas alternativas econômicas que estão dentro de uma ideia de desenvolvimento regional, não de desenvolvimento genérico, ou seja, desenvolvimento de uma atividade que beneficia, verticaliza e gera renda fora da região, gerar renda na região, com círculo virtuoso de geração de renda, de emprego, de poupança e de consumo na região, que é a característica necessária, porém não suficiente, de uma economia regional, senão, não tem economia



regional, tem filial de economia externa, que é outra coisa. Então, se eu quero uma economia regional, tenho que girar esse círculo virtuoso, e, para isso, eu preciso desses instrumentos.

Dito isso, em que conjuntura do desmatamento estamos? Estamos numa conjuntura em que fizemos a parte até mais visível e impressionante do dever de casa, mas não fizemos aquela mais duradoura, mais sustentável, eu diria, hoje, mais estrutural do negócio. Ou seja, fizemos aquela limpeza rápida da casa, porque está chegando o pároco para a bênção, mas não fizemos aquela reforma de que a casa precisa: fizemos algo que ajudou a descer, em termos de números, imediatamente. Inclusive digo que usamos armas psicológicas para isso. Quando o *Jornal Nacional*, no mês da grande inversão de tendência do desmatamento, em junho de 2005, colocou, um mês seguido, imagens de caminhões de tora etc., fez uma guerra psicológica para literalmente assustar quem estivesse lá com a foto na primeira página: “É você o culpado! Olha, é você o desmatador!”. Isso nunca tinha acontecido no Brasil! O desmatador era anônimo! Não era nem o desmatador, era o desmatamento — algo que acontece —, não tinha nome nem sobrenome.

Daí, os satélites chegaram a monitorar isso não uma vez por ano, mas uma vez por mês. Esses caras, com laboratorizinhos em Belém, fizeram uma revolução, literalmente, porque começaram a fazer com que aquilo que era um dado periódico para fazer debate e seminário científico um ano depois virasse notícia, e todo mês afetava a reputação de um governante dizendo se era bom ou não. Entrava em debate esse tema só pelo olho. Então, guerra psicológica, satélite, essas coisas, e, aí sim, operações de comando e controle, helicóptero etc.

Em que tipo de público isso teve impacto? Naquele que não queria estar com nome e sobrenome no *Jornal Nacional* e ser mostrado como os caras da motosserra. Teve impacto nessas pessoas que têm reputação ou, não necessariamente reputação, mas interesse em ter conta em banco, em não aparecer em cadastro de inadimplentes, porque têm outros negócios, outros interesses etc. Agora, nas outras pessoas que não se preocupam com isso, até porque, às vezes, nem RG, CPF ou conta em banco têm — depois vou voltar —, essa operação de impacto não teve o mesmo resultado. Esse é um dos desafios que nós temos como dever de casa que ainda não foi feito.



Fizemos isso e impactamos o desmatamento de maneira expressiva. Mas, para voltar à pecuária, vejam o que acontece. Hoje, nós temos um Ministério Público que diz para as empresas de frigorífico: *“Você não pode compraraqui do Edir se na fazenda dele tem problemas.”* O Edir arruma a fazenda dele — ele é fornecedor do frigorífico. Mas ele faz a engorda, ele é quem está na relação direta com o frigorífico. O Beto, que cria bezerro para o Edir, que não vende direto para frigorífico, que é pequenininho, tem apenas 10 bezerros, não se preocupa com isso porque não está sendo barrada sua venda ao frigorífico. Então onde hoje está o desmatamento? Não está mais com o Edir, está com o Beto.

O desafio que nós temos hoje é ir à raiz, por exemplo, no caso da pecuária, é ir à cria e à recria, que é onde há o desmatamento. Que significa o quê? Em grande parte dos casos, assentamentos do INCRA, lugares aonde não chegam incentivos, instrumentos econômicos para que haja a transição de alternativas econômicas que querem aqui. Chega um PRONAF lá solto, não chega assistência técnica, não chega um pacote de tecnologia perfeito. Terminarei antes dos 5 minutos.

E aí nós temos hoje o grande desafio, portanto, de fazer com que a conjuntura de redução do desmatamento se transforme numa oportunidade de mudança tecnológica e de investimento para que se concretizem as alternativas econômicas que deveriam ter se concretizado independentemente do desmatamento e há muitos anos, mas estão congeladas porque não há política de desenvolvimento regional. Por que não? Aí cobrem dos políticos, discutam isso nas eleições antes de votar da próxima vez.

Mas o fato é que esse processo de desenvolvimento regional, essa política está parada há muito tempo. Não sei se é culpa de uma parte, de um partido, de um grupo, do conjunto. Não vejo grande preocupação, na realidade, com a retomada da ideia do desenvolvimento regional, por exemplo, no Congresso Nacional em geral. Não vejo ninguém cobrar muito da Presidente da República esse tema. Não vejo preocupação com o tema nem dos membros da base aliada nem dos membros da Oposição.

Os eleitores da Amazônia têm de levar isso em consideração, estamos em ano eleitoral — eu não sou de partido nenhum, mas acho que é um tema bom para debate. E eu acho que são três os desafios estruturais que podem dar continuidade



à redução do desmatamento ou apenas estancá-lo onde está, ou, no pior dos cenários, até retroceder ou reverter em alguns repiques que às vezes vemos acontecendo em alguns lugares.

Há alguns lugares que começaram a fazer um dever de casa desse tipo, integrando inclusive produtores maiores e menores. Eu gostaria de citar o caso de Paragominas, porque Paragominas, com todos os limites, com todas as suas coisas, tentou tornar isso não um plano de governo, mas uma tarefa de sociedade, que é outra coisa, mutirão de sociedade, em que o produtor, o comprador, o pecuarista, o estudante, o prefeito, a assistente de saúde estão, por diferentes razões, dentro de um mutirão. Diz respeito à assistente de saúde porque a fumaça que chega à cidade e as pessoas não respiram, e diz respeito à escola...

É interessante quando isso acontece numa sociedade, como aconteceu em Paragominas. Em alguns outros lugares, a gente vê uma semente disso, mas não vai ter essa sustentabilidade se não houver três coisas: foco, principalmente, no público dos pequenos da agricultura familiar, que são aqueles que ficaram de fora, que não se preocupavam com a foto no *Jornal Nacional*; integração nas cadeias produtivas. Não é uma coisa que só podemos dizer ao Beto para parar de fazer. Ele tem que ter uma razão, ele tem que se sentir inserido num sistema produtivo, em que o comprador tenha o mesmo interesse dele, e os dois interesses passem a depender, que é o que aconteceu com a fazenda do Edir: na hora em que ele passou a ser integrado com o produtor, passou a compartilhar o interesse conjunto com o produtor.

Mas nós costumamos dizer que não é preciso desmatar. Bom, mas há muitas coisas que não são necessárias, mas acontecem. Não é preciso desmatar, fazer várias coisas, mas acontece. Por quê? Porque, para a sociedade como um todo, não é preciso; do ponto de vista do sistema, desmatar não ajuda em nada. Mas do ponto de vista de um indivíduo que está fora desse sistema, na medida em que esse indivíduo não está integrado a esse sistema, para ele pode fazer sentido. Então, nós temos que integrar esse indivíduo dentro das cadeias produtivas se quisermos dar esse passo.

E a última coisa: tem que dar credibilidade, é aquele sistema de comando e controle, que até agora teve impacto forte, psicológico etc., mas está meio capenga



porque se aplica muita multa por aí, mas ninguém as paga. Então eu prefiro que menos multas sejam aplicadas, para que todas sejam pagas. Por quê? Hoje estamos discutindo se há o pagamento de 0,3%, 0,4% ou 0,7% dos valores das multas no ano. Isso significa que o sistema não tem credibilidade, porque, uma vez que eu terminei o efeito psicológico de colocar a foto do indivíduo no *Jornal Nacional*, eu não tenho depois credibilidade para lidar com o instrumento de comando e controle, porque esse instrumento serve para dizer que você está inadimplente, mas não cumpre a sua função. Às vezes também há um exagero de multa, às vezes se dá multa sem embasamento legal, ou os valores extrapolam. Isso fragiliza o instrumento da multa. Então, o que a gente quer é credibilidade no comando e controle, como o Tribunal de Contas da União continua repetindo todo ano nas suas auditorias no IBAMA.

Dois, integração dos diferentes elos da cadeia para fazer parte desse sistema quem não precisa desmatar.

E três, um cuidado maior com a agricultura familiar, o pequeno produtor e aqueles atores que simplesmente não receberam aquele recado, exceto casos específicos, como o de Paragominas, que demonstrou ser possível. É preciso expandir essas experiências para que se possa aprender com aquilo que deu certo.

Obrigado.

(Palmas.)

**O SR. COORDENADOR** (Edir Santana Pereira de Queiroz Filho) - Dr. Roberto, agradecemos a sua contribuição. Estamos esperando as pessoas que vão fazer perguntas pensarem um pouco.

Vamos passar a palavra para o nosso amigo, o Dr. Adalberto, que todos aqui chamam de Beto, porque é nosso amigo. Há a história de que a Amazônia necessita dele e a história dele para nós é para melhorar a nossa qualidade de vida.

**O SR. ADALBERTO VERÍSSIMO** - Boa tarde. Acho que será uma conversa rápida, pelo menos para provocar o debate.

Eu vou dividir a Amazônia em três etapas da sua história para entendermos onde estamos. A maior parte das pessoas aqui presentes, com algumas exceções, pelo meu olhar, nasceu dos anos 60 para cá; algumas, dos anos 80 para cá — há muita gente jovem também. Até os anos 1950 e durante quase 14 mil anos, a



Amazônia foi, com diferentes níveis, uma sociedade tipicamente extrativista: caçador, coletor, agricultor de pequena escala. Antes da chegada dos portugueses, dos europeus, havia 5 milhões de indígenas aqui, uma população grande; depois, com a mistura, havia também caboclos. Durante esse tempo todo, tirando-se o período da borracha, uma fase que nos deu projeção mundial, em que construímos nossos teatros, nossas praças, de que as pessoas que nasceram dos anos 1960 para trás têm muita lembrança como uma fase áurea, a Amazônia foi, em grande parte, aquela massa verde, aquela imensa hileia. São várias metáforas para descrever a Amazônia. Até 1975 tínhamos desmatado menos de 1% da Amazônia; em 14 mil anos de ocupação desmatamos menos de 1%. Então, quem nasceu nos anos 1960 e 1970 percebeu que houve uma mudança naquela época. Passamos da Amazônia 1.0, extrativista, para a Amazônia 2.0, movida pela lógica do desmatamento. Ou seja, para fazer desenvolvimento na Amazônia, para integrar a Amazônia, para melhorar a renda etc., vamos tirar a floresta e botar no lugar boi, cana-de-açúcar... Houve vários projetos nessa época, grandes projetos; um monte de gente já falou sobre isso. O resultado dessa história é que nos últimos 10 anos a conta está chegando. Em três décadas, saímos de menos de 1%, que foi o que desmatamos em 14 mil anos, para 19%.

Quero lembrar que o desmatamento de 19% da Amazônia significa desmatar três áreas do tamanho do Estado de São Paulo. Então, cada 1% de Amazônia desmatada equivale a desmatar uma área do tamanho dos Estados de Alagoas e Sergipe por ano. E aonde nós chegamos nos últimos anos? Continuamos na periferia da economia brasileira e mundial. Qualquer indicador nosso mostra que a renda *per capita* da Amazônia está abaixo da renda nacional. O mesmo se verifica em relação à qualidade de vida nas cidades, à qualidade dos serviços públicos. Nós desmatamos 19% achando que iríamos encontrar o paraíso do desenvolvimento, e nos encontramos encurralados, no século XXI, num modelo com todas as mazelas sociais, com que também não vou gastar muito tempo aqui. Ou seja, o modelo do desmatamento como base da nossa economia, do nosso modelo de desenvolvimento, com dinheiro público subsidiado, com abertura de estrada, com crédito para pecuarista etc. fracassou. Ele não entregou à Amazônia uma sociedade mais desenvolvida, menos desigual e mais feliz. Sobretudo, ele começou a criar



externalidades que começaram a comprometer o planeta e o resto do Brasil. Então, há uns 10 anos estamos querendo sair desse modelo 2.0. Esse não serve. Precisamos ir para um modelo de Amazônia 3.0. Estamos nessa transição meio dolorosa. Talvez estejamos na Amazônia 2.2 — usando a linguagem de programação. Ou seja, nós não saímos totalmente da economia do desmatamento. Ainda há focos na Amazônia de exclusão social, de gente que precisa desmatar para gerar um pouco de renda. Nós reprimimos bastante o desmatamento.

O Roberto falou muito bem aqui sobre os avanços e os desafios. Como é que nós conseguiremos transitar para uma Amazônia 3.0? Eu vou colocar alguns elementos que eu acho que são oportunidades e outros que são desafios. Primeiro, nessa trajetória recente ficou evidente no mundo científico que a Amazônia é fundamental para o planeta. Vou dar alguns números aqui para brincarmos um pouquinho. Na Amazônia, até 1975, existiam 500 bilhões de árvores acima de 10 centímetros — 500 bilhões! A quantidade de carbono armazenada nessas árvores e no subsolo tem um papel no clima do planeta superlativo. Quer dizer, se nós queimarmos e permitirmos que esse carbono que está aprisionado nas árvores e no subsolo vá para a atmosfera, a situação de mudanças climáticas, que já é grave, ficará incontrolável do ponto de vista dos modelos climáticos.

Só para vocês terem ideia, a contribuição do desmatamento — não só na Amazônia, desmatamento que ocorre também na Ásia e na África — representa em torno de 18% das emissões de gases de efeito estufa. O setor de transporte — todos os aviões, todos os carros, todos os navios e todos os trens do mundo — contribui com 17%. O desmatamento contribui mais para as emissões de gases de efeito estufa no mundo do que todo o setor de transporte, com toda a ineficiência que temos no setor de transporte. É muito.

A constatação de que a Amazônia é algo precioso do ponto de vista do clima, regula o clima do planeta... Muita gente afirma isso. Não é consenso na ciência, mas um grupo importante de pesquisadores afirma que boa parte das chuvas que caem no resto do Brasil é — entre aspas — “produzida na Amazônia, exportada”. Portanto, a Amazônia presta importantes serviços ambientais etc.

Então, a Amazônia tem o reconhecimento planetário da sua importância. O que a Amazônia não tem é uma compensação brasileira e planetária para exercer o



seu papel. Se ela é importante para o planeta do ponto de vista de ser depositária de serviços ambientais, de riquezas naturais etc., das águas e, recentemente, nas últimas quatro décadas, dos depósitos minerais e, sobretudo, mais recentemente, a grande provedora de energia hidroelétrica do País — é onde a expansão hidroelétrica está acontecendo —, como é que a Amazônia e o povo da Amazônia se beneficiam dessa importância? Como é que nós traduzimos todos esses superlativos de recursos naturais em algo que impacta a vida das pessoas aqui, em que as universidades têm melhores recursos, em que a qualidade do emprego e da vida na Amazônia está à altura da sua importância global? Esse é o dilema.

Nós não vamos sair da transição da Amazônia do desmatamento, Amazônia 2.2, para a Amazônia 3.0, que seria uma Amazônia sem desmatamento... Como o Roberto disse, não é preciso desmatar mais. Já desmatamos muito mais do que precisamos. Já temos abandonada na Amazônia uma área desmatada equivalente ao Estado do Paraná. São 190 mil quilômetros quadrados de áreas desmatadas abandonadas! Se alguém quiser, faça uma viagem daqui para Dom Eliseu que vai ver na estrada quanto existe de atividade produtiva. É muito pouco, e isso na melhor rodovia que temos no Pará, com energia elétrica, com regularização fundiária e tal. Nós já desmatamos e já abandonamos 190 mil quilômetros quadrados. Temos mais ou menos 250 mil quilômetros quadrados — o tamanho do Estado de São Paulo — subaproveitados. Temos um boi para cada 5 hectares, quando poderíamos ter cinco bois por hectare sem nenhuma revolução tecnológica — nada! Agronomicamente, é supersimples de se fazer. Então, temos muito mais área desmatada e subaproveitada do que na verdade é preciso.

Segundo elemento: precisamos, na verdade, nessa transição para uma Amazônia 3.0, de quatro coisas que não vão ser baratas de se fazer. Eu penso que nós vamos fazer essa transição com poupança própria — nem temos muita poupança — e com investimentos próprios, os Estados da Amazônia, os Governos todos com orçamentos mínimos. Vamos precisar fazer uma transição brutal em ciência e tecnologia — não vamos fazer essa transição sem a tecnologia —, com a qualidade dos investimentos que temos em ciência e tecnologia na Amazônia hoje. Não temos uma geração de ciência e tecnologia à altura do desafio que está sendo posto para nós. Vamos precisar promover uma injeção de valores superlativos — eu



não vou colocar valores aqui —, formação de uma geração de investimento de universidades muito mais capitalizadas e com capacidade de se conectar com o resto do mundo com muito mais capacidade do que temos hoje.

Dois: precisamos fazer um esforço enorme, rápido e, eu diria, do ponto de vista de gestão, revolucionário para a definição da terra na Amazônia — a agenda de regularização fundiária posta hoje vai levar um século para ser resolvida, e a Amazônia não dispõe desse tempo.

Três: precisamos melhorar fundamentalmente a qualidade dos serviços públicos na Amazônia, reinventar o governo. O governo como pensamos no século XX não é capaz de entregar os serviços públicos numa região continental como a Amazônia.

Altamira, com 170 mil quilômetros quadrados — eu estou usando o Paraná várias vezes —, é quase do tamanho do Paraná. Como é que seu Prefeito entrega serviço público ao Distrito de Castelo dos Sonhos, que fica a 1.400 quilômetros da sede? Uma coisa é sairmos picotando a Amazônia, enchendo-a de Municípios, de Vereadores, aumentando os custos, outra coisa é pensarmos em novas formas, inclusive em formas modernas para melhorar os serviços de extensão rural e de educação, usando tecnologia. É isso que o mundo está fazendo.

A África, que é mais pobre do que nós, está fazendo uma revolução na área de serviço, de assistência técnica. Não há um agrônomo para cada proprietário, são centros de agrônomos que trabalham com iPhone, com *smartphone*, fornecendo informação para o agricultor que está lá na ponta. O agricultor passa as informações do que ele tem: “*No meu feijão estão aparecendo umas manchas.*” Ele descreve e o agrônomo, lá na ponta, identifica o que pode ser aquela doença, manda uma foto de volta para o produtor rural, que olha e diz: “*É isso mesmo.*” E o agrônomo diz: “*A solução é essa.*” As estradas rurais, na África, são tão precárias quanto as nossas, mas eles colocaram antena de Internet de alta resolução. Então, as soluções serão outras no século XXI, não são as mesmas do século XX.

Quatro: precisamos melhorar as cidades da Amazônia, porque 80% das pessoas moram em cidades e ninguém é feliz nas cidades da Amazônia. Na Região Metropolitana tem gente que veio lá de Ananindeua e está asfixiada.



Essa agenda de uma Amazônia 3.0 pressupõe a melhoria da renda, um a melhor distribuição de renda, o aumento da produção — temos que produzir melhor, sem desmatamento, agregando valor com tecnologia.

Fiquei impressionado com a Costa Rica. Fui lá algumas vezes. Na última vez vi que eles têm todos os produtos que nós temos aqui nas prateleiras. Na Costa Rica, nos supermercados, tem pupunha de todo tipo: desidratada, orgânica, misturada com farinha. Eles não produzem pupunha, importam quase tudo daqui. Tem chá verde com açaí. Todos os tipos de produtos que podem agregar valor ao açaí estão lá. A carne tem todo tipo de agregação de valor.

A Costa Rica é menor do que a Ilha de Marajó. O povo da Costa Rica não é mais inteligente do que o nosso povo. Não foi a inteligência que definiu isso, foi a visão. Nos anos 1960 eles tiveram a visão de que, para competir no mundo, a Costa Rica tinha que ser um país que agregasse valor. Você chega lá e o cara te mostra uma florestazinha e um riachinho — o que eles chamam de rio grande, nós chamamos de igarapé — e ele vende aquilo como a coisa mais bonita do planeta.

Nós somos o coração do mundo tropical. Então, foram envolvidos universidade de ponta, formação em todos os níveis, agregação de valor e espírito empreendedor. Não é esperar o Estado fazer, é botar a mão na massa. Vamos ter que fazer uma revolução pela capacidade empreendedora na Amazônia e olhar a Amazônia com ângulos completamente diferentes. Sabem com quantas pessoas nós monitoramos 5 milhões de quilômetros quadrados? Duas pessoas monitoram o desmatamento da Amazônia, numa sala de 10 metros quadrados, com a tecnologia que desenvolvemos aqui. Nós podemos monitorar 1 bilhão de hectares de florestas tropicais no mundo com cinco pessoas. Há 20 anos, para monitorar isso, eu precisaria dos cinco andares da SUDAM e ainda pegaria emprestados uns quatro andares do BASA; precisaria de mais de mil funcionários e seria um custo milionário. Mudou completamente. As imagens de satélite são gratuitas, os *softwares* estão sendo desenvolvidos. O que parecia ser impossível tornou-se realidade. E, para cada desafio que colocarmos na frente, a única chance é aproveitar os saltos tecnológicos que virão.

O mundo, daqui a 10 anos, será radicalmente diferente do ponto de vista tecnológico. Essa é a chance de nós embarcarmos. Embarcar numa Amazônia 3.0 é



embarcar numa Amazônia que tem essas características que eu citei. Eu acho que nós temos que projetar o que queremos. Essas eleições nacionais são uma oportunidade para a Amazônia projetar qual é a visão que ela quer que o resto do Brasil tenha. Nós somos 60% do território, 12% da população, 8% do PIB; somos mais de 30% do superávit da balança comercial, mais de 40% dos suprimentos energéticos. Então tem algo estranho nesses números. Nós contribuímos muito mais para o desenvolvimento nacional e recebemos muito pouca coisa. Estamos engessados. Na Amazônia há as diferenças partidárias, as cotoveladas políticas, mas temos que ter um projeto de região que coloque isso na agenda nacional e global. É isso. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Edir Santana Pereira de Queiroz Filho) - Agradecemos ao companheiro pela abordagem. Eu acho que é disto que precisamos realmente: passar para essa Amazônia 3.0. Mas dos desmatamentos que estamos olhando aqui, daqueles 260 milhões de hectares que nós tínhamos na floresta, estamos colocando só os percentuais aqui. Estamos longe disso.

O terceiro companheiro a fazer uso da palavra será o Prof. Thomas, da Universidade Federal do Pará, que poderá nos apresentar toda a sua contribuição.

**O SR. THOMAS MITSCHER** - Boa tarde. Em primeiro lugar, muito obrigado pelo convite para participar desta Mesa importante e ilustre.

Eu estou numa situação muito esquisita. Normalmente eu não faço *Power Point*, porque eu faço parte do século XIX, e não do século XXI. Mas os meus companheiros brasileiros aqui, que são todos tecnólogos, convenceram-me a fazer isso. Vamos ver se vai dar certo, porque eu não acredito muito na tecnologia. Mas essa é outra questão.

Bom, resumidamente, ouvindo bem os companheiros, estamos situados na maior floresta tropical do planeta, que se tornou, como disse a finada Bertha Becker, uma floresta urbanizada. Hoje, na Amazônia, 72% da população vivem em núcleos urbanos, em cidades. A região passou, nos últimos 50 anos, por um processo de urbanização selvagem inacreditável, fazendo hoje, do ponto de vista urbano, parte daquilo que o americano Mike Davis chama de Planeta Favela. Ou seja, nós temos núcleos urbanos e cidades que negam à maior parte da população, aos setores populares, aquilo que o Lefebvre, na França, já chamou, em 1967, de direito à



cidade. O que é o direito à cidade? O direito à cidade é a possibilidade de o cidadão participar da definição e na implementação de condições intelectuais e materiais no planejamento e na execução de uma vida urbana condigna.

Então, nós fazemos, na maior floresta tropical do planeta, hoje, parte do Planeta Favela. É uma tendência que castiga a maior parte da Amazônia. O que fazer para sair desse buraco? Queremos, obviamente, outro futuro. Mas para podermos definir outro futuro... Futuro que pode ser, parcialmente, sob diversos aspectos, aquilo que o Beto falou sobre Costa Rica ou outras experiências. Mas nós não estamos caminhando nessa direção. Parece que o nosso futuro nunca está chegando, no bom sentido da palavra. Se isso for minimamente verdadeiro, quem vive na periferia ou vai a Belém e sabe que isso é verdade vai ter que fazer uma pergunta muito simples. Se eu quero mudar o meu presente para ter um futuro melhor, eu tenho de entender o meu passado. Eu tenho que ter uma noção clara sobre por que eu me encontro nesta situação hoje em dia. E se nós fizermos esse exercício minimamente, vamos ter que frequentar o nosso passado recente. Por exemplo, os anos 1970. Nos anos 1970 os governos militares estavam determinados a transformar o Brasil definitivamente num país altamente industrializado. E, diferentemente dos outros regimes de exceção na América Latina, apostaram nessa proposta. Eles queriam completar a matriz tecnológica do Brasil para que ele se transformasse num país definitivamente sofisticado em termos tecnológicos. E eles entenderam, em seu II Plano de Desenvolvimento Nacional, que a Amazônia poderia ser um elemento central nesse esforço de desenvolvimento retardatário. E aí eles desenvolveram um modelo amazônico de desenvolvimento que chamaram de modelo de desenvolvimento desequilibrado e corrigido.

O desenvolvimento é desequilibrado por razões óbvias. Na medida em que se vão focalizar os investimentos em setores econômicos como a mineração, a extração madeireira, a pecuária, a pesca, a atividade empresarial em diversas lavouras e concentrar isso em setores econômicos que se acha que têm vantagens comparativas no mercado mundial para gerar divisas para apoiar a sofisticação da tecnologia brasileira dentro do desenvolvimento retardatário, neste caso se vai desequilibrar a estrutura socioeconômica e espacial dessa região em que se vai atuar. Eles tinham uma noção muito clara disso. Quem ler as 100 páginas do Plano



de Ação para a Amazônia dos governos militares pode ver isso lá com toda a clareza.

Além disso, chamaram isso de corrigido — com intervenções de mão única, queriam corrigir os desequilíbrios que fatalmente iriam se manifestar.

Sobre o objetivo principal, eles também não deixaram dúvidas: contribuir para a manutenção de altas taxas de crescimento do PIB através de ampla contribuição em relação ao setor de comércio exterior, ou seja, a Amazônia como produtora de divisas para o processo de industrialização do Brasil.

Essa foi a concepção, essa foi a lógica econômica que levou o País ao ciclo do desmatamento, já levantado aqui, e a toda uma lógica que continua atrapalhando a vida dos amazônidas. No fundo, a Amazônia está carregando a herança desse modelo de crescimento desequilibrado nas costas até hoje.

Mas onde esse projeto, do ponto de vista dos seus resultados, deu bastante certo foi justamente no Estado do Pará. O Sr. Beto já fez referência a isso. Em 2010 o Pará contribuiu para o PIB Nacional com magros 2,1%. Mas foi um time que jogou na primeira divisão do comércio exterior. O Pará é um dos mais importantes exportadores do Brasil.

Na pauta dos bens dessa exportação temos, fundamentalmente, três elementos: mineração, madeira e pecuária. Esses são, no fundo, três setores que hoje poderíamos chamar de “locomotivas da economia paraense”. E essas “locomotivas” geram, obviamente, efeitos para todo o Estado.

De um lado bem conhecido — eu não vou citar dados a respeito disso —, que tem uma agregação de valores muito reduzida, gerando tênues efeitos de ocupação, emprego e renda. Quem vai para o centro-sul do Pará sabe disso muito bem. Além disso, estão potencializando a polarização social e econômica entre os territórios e dentro dos territórios. Isso se manifesta sobretudo por dois aspectos: uma crescente concentração da produção das riquezas paraenses e o número decrescente das unidades municipais.

E essa tendência está acompanhada do crescimento enorme da população dos núcleos urbanos em todo o Pará.

Vamos ver isso aqui de forma muito mais clara no *ranking* dos dez maiores PIBs por Município.



O que vamos ver aqui é bastante assustador. Quase 70% do PIB do Pará estavam sendo produzidos em apenas 10 Municípios. E o Pará tem 144 Municípios. Aqui se destacam, por exemplo, Parauapebas, Marabá, Barcarena, Tucuruí, Canaã dos Carajás, Paragominas, que abrigam apenas 9% da população residente no Estado, mas responde por 37% de toda a sua riqueza contabilizada.

Então, há uma polarização socioeconômica e espacial enorme.

O outro exemplo vai deixar isso mais claro ainda. Um municípiozinho chamado Canaã dos Carajás, com 27 mil habitantes, criado em 1899, se não me engano, tem um PIB anual, devido à indústria mineral, maior do que o PIB anual dos 17 Municípios da mesorregião do Marajó, que têm 450 mil habitantes. Se isso não é uma polarização flagrante e impressionante dentro de um Estado, não sei o que é. Essa é uma tendência que se está aprofundando. E como ela está se aprofundando.

Antes de dizer como ela está se aprofundando, gostaria de chamar atenção para o fato de que temos, portanto, uma economia paraense que se apresenta como um arquipélago. Temos ilhas de crescimento e terras literalmente afundadas, em termos econômicos: Canaã, Parauapebas e Marajó. São exemplos muito claros.

Mas essa tendência está se aprofundando em razão do vigente fluxo de investimentos no Estado do Pará. Entre 2012 e 2016 vamos ter a previsão de um fluxo de 130 bilhões de reais para 23 Municípios em três regiões: Grande Belém, região de Carajás e região de Tapajós. Mas a maior parte vai para a região de Carajás.

Portanto, temos uma tendência que se manifesta claramente.

Aqui temos uma noção disto: a relação de empregos e de investimentos em Parauapebas e Carajás. Desses 23 Municípios, cinco estão recebendo investimentos que vão ter acesso a 61% da geração de emprego.

Então temos uma constante de desenvolvimento que está carregando esse modelo desequilibrado. Esse é o grande problema do Pará e da Amazônia, em última instância, por todas as tendências de desmatamento, que têm dinâmicas específicas, obviamente, em cada lugar. Mas a tendência geral está diretamente ligada a isso. A grande questão é a seguinte: qual é a equação de sustentabilidade para o Tapajós? Posso indagar também: qual é a equação de sustentabilidade para



o Pará, para a Amazônia? A equação de sustentabilidade é modificar radicalmente o modelo de desenvolvimento.

A Amazônia tornou-se, nos anos 1970, especificamente o Estado do Pará, uma colônia mineral energética das regiões economicamente mais competitivas do Brasil. Esse é um modelo extremamente nocivo para a Amazônia e para as outras regiões, onde nós estamos reproduzindo todas as formas de exclusão social que caracterizam a América Latina historicamente. Esse é o grande desafio.

Como eu tenho, provavelmente, só mais 2 minutos, vou fazer uma proposta aos senhores: na medida em que vamos falar em alternativas, o que temos de ter em mente? Temos que pensar no que podemos mudar concretamente, por meio de reformas, em Ananindeua, no Município de Marajó, no centro-sul do Pará, seja onde for. Nós precisamos ter respostas concretas para o dia a dia. Mas nós temos de discutir em profundidade os problemas reais que estamos enfrentando. Esses problemas reais estão ligados à política nacional e às modalidades de integração do Brasil e da América Latina a um sistema global absolutamente insustentável, em que a política continua a reboque da economia — os mercados financeiros internacionais mostram isso com clareza. Mesmo no Brasil, que não foi contaminado pelos papéis que contaminaram os Estados Unidos.

Eu gostaria de chamar atenção para o seguinte: nós precisamos, portanto, de respostas concretas para problemas concretos, mas nós temos de traçar um modelo civilizatório novo. Nisso o Brasil e a América Latina têm uma enorme vantagem. Eles podem ser os vanguardistas de uma civilização tropical da biomassa, de uma moderna civilização da biomassa. É a expressão de um cientista francês, Ignacy Sachs, o velho mestre Sachs. É uma expressão muito importante. Trata-se de uma perspectiva pela qual podemos reequilibrar a relação entre homem e natureza, entre desenvolvimento cultural e técnico.

É uma chance para o Brasil, é uma chance para a América Latina. Duvidar desse modelo vigente e implementar um modelo novo, a partir da Amazônia, que hoje tem 840 mil quilômetros quadrados, aproximadamente, de áreas alteradas. Isso é duas vezes e meia a Alemanha reunificada. Isso é uma tremenda massa territorial, que pode se transformar em uma área experimental dessa nova civilização, inclusive com tecnologias novas, modernas, avançadas. Essa é uma perspectiva, mas nós



não poderemos implementá-la sem a mudança da política nacional. Em um país em que se gasta anualmente, de acordo com o Orçamento Geral da União, , apenas 8,1% com educação, saúde, saneamento, gestão ambiental e ciência e tecnologia — eu repito, 8,1% —, mas se responde com 40% para amortização da dívida pública mobiliária. Num país que tem determinações orçamentárias desse jeito, não se vai para lugar nenhum. Isso vale para a Amazônia, para São Paulo, para o Brasil inteiro.

Nós temos que associar as nossas propostas de reforma na Amazônia com uma discussão sobre o modelo civilizatório altamente nocivo para os brasileiros, para os latino-americanos e, em última instância, para a humanidade. Nós temos que nos orgulhar de uma coisa: nós não estamos vivendo no fim do mundo, estamos vivendo no maior centro tropical deste planeta, que poderia ser o ponto de partida de uma mudança civilizatória, que é mais do que necessária no âmbito global.

O Brasil tem enorme chance de fazer isso, mas todos nós — os políticos também, mas todos nós — temos que nos conscientizar de que existe alternativa a partir da vantagem que o grande Pai nos deu: condição tropical para criar uma civilização original dos trópicos. Disso, eu acredito, precisamos nos conscientizar. Tenho certeza de que precisamos avançar nisso.

Eu sei que ultrapassei completamente o horário. Não gosto de fazer isso, afinal sou um prussiano, bem disciplinado historicamente, mas, no fundo, eu posso dizer que o culpado foi o Airton, que me impôs que fizesse essa apresentação.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Edir Santana Pereira de Queiroz Filho) - Nós lhe agradecemos, professor. Quanto ao tempo, trata-se apenas de iniciar essa discussão sobre a Amazônia.

Estamos agora abrindo espaço, rapidamente também, às pessoas que querem fazer alguma pergunta. Subam aqui ou escrevam algo e tragam aqui. Uma pergunta já foi feita. O ideal é que possamos juntar três perguntas. Silvana, que é engenheira florestal, já nos enviou uma pergunta.

**O SR. ROBERTO SMERALDI** - A pergunta de Silvana Barbosa é para mim. Não sei quem é Silvana. (*Pausa.*) Obrigado. Eu gostei muito da pergunta.

Pessoal, vamos colaborar um pouco, para que todos possam ouvir. Vamos concluir rapidinho, porque tanto eu quanto o Beto temos que correr para pegar o



avião, temos outros compromissos. Então, vamos tentar ser rápidos. Se fizermos silêncio, isso ajuda.

Silvana apresenta para mim um assunto-chave. Ela pergunta: “*Como deveria ser o link entre os órgãos do Governo para que o desenvolvimento regional pudesse acontecer de maneira conjunta?*” Por que eu entendo que esta é uma pergunta-chave? O Beto mencionou a dificuldade da governança, como ela está hoje, para se adaptar a uma série de desafios como aqueles que nós temos. A grande limitação para uma política de desenvolvimento regional acontecer está na setorialização da administração pública. Trabalhar por secretarias, por meio de políticas setoriais de agricultura, meio ambiente, e por aí vai, é a melhor maneira de inviabilizar uma política de desenvolvimento regional.

Então, uma política de desenvolvimento regional precisa, como alguns dizem, ser transversal. Mas eu necessito dizer uma coisa: ela precisa de uma forte liderança estratégica no centro do Governo. No âmbito estadual, é o Governador. Não pode ser o Secretário de Desenvolvimento Regional. Ou é o Governador, ou não é. Ele chama para si o desafio de uma política de desenvolvimento regional. Na escala de Prefeitura, é o Prefeito. Na escala do País, é o Presidente da República. O desafio é tão crucial que demanda visão e alcance estratégicos.

Às vezes, nem isso é suficiente, por uma questão de tempo. Nossos governantes atuam por um período que pode não ser suficiente para se ter uma estratégia como a que o desenvolvimento regional requer. Qual é a grande limitação? Nossos governantes pensam inicialmente em prazo de 4 anos. Na realidade, o tempo deveria ser maior, porque o raciocínio do desenvolvimento regional envolve escolhas e investimentos cujo resultado não dá para se ver, às vezes, em 4 anos. Então, o político já é desestimulado a fazer isso.

O desafio-chave, para mim, é romper a setorialização. Ela tem, às vezes, praticidades administrativas para resultados de curto prazo, mas ela conflita com uma exigência estratégica de longo prazo. (*Palmas.*)

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA SANTOS LUZ** - Boa tarde. Meu nome é Maria de Fátima. Sou advogada e estou atuando na área ambiental.



O Secretário de Meio Ambiente — pensei que fosse o Subsecretário que viria, acho que foi substituído — se referiu à agropecuária, disse que o gado, aqui, é mais de leite e que isso tem provocado desmatamento.

Eu queria perguntar o seguinte: não há a área de corte seletivo? Esse desmatamento, no caso do chamado corte seletivo, não acontece nessas áreas a que ele se referiu?

Eu não sei se foi aquele rapaz ali que falou um pouco sobre desmatamento. *(Pausa.)* Isso, você. Poderia responder isso? Foi o Alberto que falou. Você é o Subsecretário dele ou não? Eu acho que vi no papel que seria o Subsecretário.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Edir Santana Pereira de Queiroz Filho) - Há mais alguém que queira se manifestar? *(Pausa.)*

Com a palavra o nosso Presidente, o Deputado Jordy.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Eu queria, primeiro, parabenizar os três, Roberto, Beto e Thomas, pelas brilhantes intervenções. Sempre aprendemos muito. Isso provoca um conjunto de reflexões que, com certeza, não vão se esgotar neste seminário.

Diante de tudo o que foi apresentado, nós temos aqui o desafio de um conjunto de protagonismos que são exigidos para superar esse modelo agromineral exportador primário que há muito tempo persegue o modelo de desenvolvimento econômico da Amazônia e do Estado do Pará. Nós somos ainda um exportador de matéria-prima para o desenvolvimento alheio. São 25 milhões de habitantes, e na região há os maiores ativos ambientais — biodiversidade, floresta, água, uma riqueza que, talvez, em nenhum outro momento da civilização humana, tenha sido tão valorizada e tão estratégica para o desenvolvimento civilizatório. No entanto, a nossa participação é ridícula diante da geração da riqueza nacional e da riqueza mundial.

Ninguém tenha a santa ingenuidade de acreditar que isso vai se resolver pacificamente. Existem interesses poderosos por trás dessa questão que foi aqui, repito, brilhantemente ilustrada por nossos palestrantes. Existem interesses globais, interesses econômicos poderosos. Esse não é apenas o reconhecimento conceitual do problema. Por uma questão de bom senso e lógica, todo o mundo sairia daqui



esperançoso de que isso vai mudar. Não vai. É preciso se empreender uma guerra — estou usando uma expressão metafórica, claro —, uma guerra política, uma guerra ideológica, uma guerra econômica nesse sentido.

Eu comentava há pouco com o Prof. André Nunes que o Município de São Félix do Xingu, que tem 2 milhões de cabeças de gado e é o maior produtor do Estado — enquanto unidade, do mundo —, tem um PIB *per capita* que é um dos piores do Estado do Pará e do Brasil. É a mesma coisa do exemplo dado pelo Thomas. Canaã, que tem 27 mil, por conta do S11, tem mais do que todos os 17 Municípios do Arquipélago do Marajó. O Estado do Pará, para reverter sua pífia participação na renda *per capita* nacional, que é uma das piores do Brasil, precisaria, durante 30 anos consecutivos, crescer a uma média superior ou igual a 2,7%, a média nacional de crescimento, com distribuição, para poder se comparar à média do Brasil, que já não é tão satisfatória assim. Nós somos um dos países mais desiguais do planeta, apesar de sermos a sexta economia do mundo.

Então, é preciso que perguntemos como é que nós operamos esse processo e quem financia a superação desse modelo. Foi, mais ou menos, a conclusão óbvia dos nossos brilhantes expositores: este modelo está esgotado. Nós precisamos, segundo o Beto, aproveitar as oportunidades que o cenário global está nos dando, pelo investimento tecnológico, pelos aportes tecnológicos, pela virada civilizatória que isso está trazendo, pela economia verde. Como é que nos inserimos nisso? E essa oportunidade não vai passar dez vezes nos próximos anos. Está passando agora. Ou entramos, ou não entramos. Como é que fazemos isso? Quem financia esse jogo, num país que tem um pacto federativo com o grau de deformação que tem o nosso?

É uma região, repito, que tem 25 milhões de habitantes, 60% do território e os principais ativos que oferecem grande potencial ao nosso País no jogo da economia globalizada, principalmente na virada do modelo desenvolvimentista-industrial para o da economia verde. Essa região tem, no entanto, participação de menos de 8% no PIB nacional, mas contribui com mais de 50% do superávit primário da balança comercial brasileira.

Como é que nós fazemos isso? Quem financia esse jogo? Trata-se de uma decisão política que envolve interesses econômicos profundos. É preciso que



entendamos que, se não guerreamos, se não produzirmos um movimento político traumático de superação, isso não vai acontecer por obra do divino Espírito Santo.

É apenas uma contribuição e uma pergunta que deixo a todos aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. THOMAS MITSCHHEIN** - Eu gostaria de fazer um comentário sobre a questão da pecuária. Eu tinha reservado um exemplo de como se pode transformar a pecuária de leite dos pequenos e médios criadores num negócio sustentável por meio da introdução de sistemas agrossilvipastoris. Existem técnicas hoje, não só no Brasil, mas em quase todo o trópico úmido, já testadas, que permitem reintroduzir a biodiversidade ou elementos da biodiversidade na propriedade do pecuarista com uma perspectiva sustentável em termos econômicos.

Por que isso não está sendo feito? Eu conheço exemplos que poderiam tornar-se um referencial para todos os Municípios no Sudeste Paraense, que hoje é uma mesorregião que vive encurralada, literalmente, entre a mineração e a pecuária extensiva. Então, isso é possível. E por que isso não acontece? As universidades têm conhecimento acumulado. Isso não acontece por causa de uma implicação que o nosso querido Deputado Federal mencionou agora. Isso não acontece porque a guerra ou a luta pela mudança do modelo vigente não está se concretizando, pelas mais diversas razões. A mudança, obviamente, tem que ser política! Tem que ser política, através de outras determinações orçamentárias que superem uma situação na qual o Estado federal brasileiro é refém de uma dúzia de bancos. Isso tem que ser superado! (*Palmas.*) Se isso não for superado, não vão sair do lugar a Amazônia, o Brasil e a América Latina.

Agradeço mais uma vez a generosidade do convite. (*Palmas.*)

**O SR. ADALBERTO VERÍSSIMO** - Eu vou sintetizar rapidamente aquilo que aprendi um pouco nesta conversa. Há esse tema da enorme contribuição da Amazônia para o superávit primário, para as exportações, etc., e a pouca compensação que ela recebe, seja qual for o entendimento de compensação, seja o sentido estrito da palavra previsto na lei, seja o sentido de redistribuição tributária.

Eu vou dar dois exemplos de uma profunda contradição. Há muitas coisas sobre as quais podemos falar, mas talvez possamos focar uma agenda de curto prazo. Refiro-me, no caso, às eleições de 2014.



O nosso País é um grande produtor de energia. Menciono Tucuruí, Belo Monte, outras hidrelétricas na Amazônia, não só no Pará. Como é cobrado o ICMS? Na fonte ou no consumo? O ICMS da energia que produzimos é capturado em São Paulo. A agenda é de correção de distorções quanto à tributação sobre a energia, que é um produto fundamental. Nós viramos produtores de energia, mas ficamos só com as mazelas. Com a correção, já se criaria um caixa importante para bancar algumas coisas de que estávamos falando hoje.

Eu acho que existe uma agenda de curto prazo extremamente objetiva. Concordo com o Thomas em relação à grande agenda. Estou na mesma sintonia. Temos que ter uma agenda macro. A Amazônia, com sua importância nacional e também planetária, não pode ser responsável por apenas 8% do PIB. Ela tem que sair desse patamar de subdesenvolvimento, sob pena de não conseguirmos resolver a equação do desmatamento da forma como queremos. Nós queremos zerar o desmatamento, mas com as exclusões. É possível. Na nossa frente, há várias coisas.

Eu vou dar o segundo exemplo. Paragominas foi o maior polo madeireiro do planeta. Nos anos 90, tinha 240 serrarias. Hoje, Paragominas conseguiu dar um salto. Não é mais o principal polo madeireiro do planeta, mas é o principal produtor de biomassa florestal da Amazônia. É um lugar onde agora se produz MDF, com que fazemos móveis, numa fábrica que consegue produzir o dobro da renda das 240 madeiras, usando 20 mil hectares, uma área relativamente pequena, gerando a quantidade de empregos que geravam as serrarias, só que agora são todos empregos legalizados.

Foram conseguidas algumas transições, ainda que sem nenhuma dessas revoluções que estamos apregoando. Temos que aprender com essas coisas que estão ocorrendo.

Essa história da biomassa é uma das nossas apostas. Precisa entrar na agenda da mineração, para que a mineração tenha o seu papel no pagamento dessa transição da economia regional.

Terceiro, o tema hidrelétricas e geração de energia. É apenas um tema em relação ao qual vou fazer uma provocação, porque não é o nosso objeto. Eu acho, Jordy, que é um assunto que merece uma pauta da Comissão de Meio Ambiente.



Deixo essa sugestão. Estamos no limiar de ter Tapajós, e há grande chance de se repetirem os erros de Belo Monte. Ou seja, estamos impactando socialmente a região, criando impactos ambientais, e tendo pouquíssima capacidade de fazer alguma transformação socioeconômica nesse sentido. As obras estão se tornando caríssimas, e o contribuinte brasileiro vai ter que pagar essa conta no final.

Pauta da Comissão, aproveitando que está na agenda, pode incluir o tema da mineração. Na sequência desse assunto do desmatamento, o Cadastro Ambiental Rural, sobre o qual conversamos hoje.

Eu parabeno os responsáveis por esta iniciativa. É muito bom termos um Deputado que está à frente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Passemos a fazer outros debates como este, aqui, na Amazônia.

Agradeço a todos. (*Palmas.*)

**O SR. ROBERTO SMERALDI** - Infelizmente tenho que me retirar. Então, não posso responder com propriedade a sua pergunta, Presidente.

O assunto dos bancos já foi abordado pelo professor. Ele falou: "*Uma dúzia de bancos*". Isso traz certa complexidade. No caso da Amazônia, 96% dos investimentos dessa dúzia vêm de um banco só, do qual somos acionistas: o BNDES. Talvez a coisa possa ser um pouquinho mais simples de mudar do que em outros recantos do planeta.

O segundo ponto. O Beto já o mencionou. Alterar determinados mecanismos orçamentários da União é muito difícil, como o senhor falou, mas é possível agir em aspectos de tributos, em aspectos de *royalties*, em variados aspectos de retorno de investimentos, a partir dos investimentos que já existem, reorientando-os.

Em terceiro lugar, permito-me mencionar os próprios investimentos das empresas nas cadeias, para geração de parques tecnológicos. Os investimentos vão além do aspecto extrativo, seja de que natureza for. É a maneira de hoje se remunerar o território, o entorno. Visa-se não só o produto extraído, mas, sobretudo, o empreendedorismo, o conjunto. A tendência no mundo hoje é se exigir contrapartida da empresa que quer fazer o investimento. Por exemplo, a empresa frigorífica pode ser chamada, por meio de incentivo tributário, a se integrar com o produtor e gerar uma série de benefícios no território.



Eu acho que temos pelo menos três áreas exploráveis sem necessariamente termos que esperar o tão desejado equilíbrio orçamentário, que, de fato, é extremamente desafiador.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Edir Santana Pereira de Queiroz Filho) - Nós queremos agradecer a todos os palestrantes, especialmente aos professores que nos transmitiram ensinamentos. Consideramos o que aqui foi apresentado pela universidade. É assim que nós vamos fazer a Amazônia melhorar. Os três professores falaram sobre desmatamento. A sociedade começa a criar as suas ideias.

Agradeço à Câmara Federal, por meio da Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Deputado Arnaldo Jordy, esta oportunidade, em que a Amazônia está recebendo informações da sociedade de modo geral, dos trabalhadores, dos empresários, dos pesquisadores, para que possamos sair daqui e levar para casa, dentro dos nossos corações, o desenvolvimento sustentável, para melhoria da qualidade de vida dos amazônidas.

Agradecemos a todos. (*Palmas.*)

(*Pausa prolongada.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - Boa tarde a todos.

Neste painel extremamente importante, vamos fazer um debate atual, que temos acompanhado no Brasil, mas particularmente na região do Pará. Refiro-me ao trabalho e às discussões sobre a questão do Lixão do Aurá.

Eu queria agradecer muito aos catadores do Aurá, especialmente.

Obrigado por terem ficado aqui até agora. Sabemos como é difícil sair de lá, passar o dia aqui. Sabemos que um dia de trabalho de vocês representa muito. Então, eu lhes agradeço, em nome dos integrantes deste seminário, a gentileza de terem ficado conosco até agora, dada a importância deste painel e o debate sobre o tema proposto.

Vamos falar sobre a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o panorama observado pelo Governo Federal, o panorama local, o debate com os próprios catadores do Aurá, que vão ser diretamente atingidos pelo fechamento do lixão, a partir de agosto.



Chamo para compor a Mesa a Sra. Sabrina Gimenes de Andrade, Gerente de Projetos de Resíduos Perigosos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente. *(Palmas.)*

Gostaria de chamar também a Profa. Ludetana para integrar a Mesa. Nem vou chamá-la de Maria Ludetana, porque a professora doutora da Universidade Federal do Pará está sempre nessa luta, junto conosco, e é conhecida de todos. *(Palmas.)*

Chamo ainda para compor a Mesa Ana Lúcia Moraes, que é Presidente da Associação dos Catadores do Aurá. *(Palmas.)*

Acho que este é um dos painéis mais importantes de hoje, porque envolve uma série de demandas que vão ser encaminhadas à Comissão de Meio Ambiente.

É um privilégio para nós do Estado do Pará termos hoje um paraense como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, a quem podemos fazer cobranças.

Jordy disse que temos de enfrentar quase uma guerra e pensar de forma diferenciada a solução dos problemas no Estado do Pará. Então, eu gostaria de convidar também o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Arnaldo Jordy, para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Para que nos apresente um pouco do panorama federal, convido Sabrina Gimenes de Andrade a fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Ela me disse que vai falar aí de baixo. Assim deixará um pouco mais intimista o nosso debate.

**A SRA. SABRINA GIMENES DE ANDRADE** - Boa tarde, gente, para quem não me conhece, eu sou a Sabrina. Sou Gerente de Projetos de Resíduos Perigosos do Ministério do Meio Ambiente e também sou responsável pela área de logística reversa.

Hoje vou conversar com vocês sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sobre como está ocorrendo a sua implementação. Vou compartilhar um pouquinho com vocês o que estamos fazendo por lá.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

A Política Nacional foi resultado de intensa discussão. Acho que todo o mundo sabe disso. Foram 20 anos de discussão no Congresso Nacional. Mas, em 2010, conseguimos promulgá-la.



Ela está dividida em quatro capítulos: as disposições gerais, a própria política, as diretrizes e as disposições finais. Ela integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente — SISNAMA e tem como principais objetivos a não geração, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final. É a sequência de utilização.

O pano de fundo, o porquê de ter surgido a política. A geração de resíduos foi crescendo com o aumento da população, com o aumento do consumo, com o consumo desenfreado, sem sabermos o que fazer com o resíduo, com o lixo. E se chegou à situação que temos hoje. O mundo é um só. Não temos outro lugar para jogar o lixo. Alguma coisa nós tínhamos que fazer.

Os principais atores, parceiros nessa política: os Ministérios que integram o Comitê Interministerial (previsto no decreto que a regulamentou), como o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Trabalho e Emprego; os Estados; os órgãos estaduais de meio ambiente; os Municípios; os catadores, que estão aqui hoje em massa nos prestigiando; os fabricantes de equipamentos; indústrias, instituições financeiras, universidades, fundações.

As principais frentes de implementação dessa política: os planos, tanto o plano nacional como os planos estaduais e os intermunicipais; a coleta seletiva; a reciclagem; a logística reversa; o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente, que vai captar todas as informações sobre gerenciamento de resíduos, dos planos.

Alguns exemplos, só para termos ideia do que seria uma coleta seletiva ideal, uma triagem. Dei o exemplo de uma associação de catadores, um ponto de entrega voluntária, o exemplo de uma compostagem, só para ilustrar.

Esta é uma foto de um lixão e de um modelo de aterro.

Estes são números do próprio Plano Nacional de Resíduos Sólidos, para termos uma ideia hoje do que é recuperado e de quanto é gerado de resíduos. Não vou fazer a leitura. Deixarei esse material disponível para consulta. Hoje não temos muito tempo.

Tentei mostrar todos os que têm ligação com o encerramento do lixão: o Ministério do Meio Ambiente, por estar participando da elaboração da lei,



capacitando os técnicos municipais, elaborando cartilha; o Ministério da Indústria; o Ministério das Cidades; a Fundação Nacional de Saúde — FUNASA, na parte de financiamento relacionado a infraestrutura para construção tanto de aterros como de galpões de triagem; as universidades, dando oportunidade a novas tecnologias, desenvolvendo pesquisas; os órgãos estaduais de meio ambiente, na parte de fiscalização, junto com o Ministério Público.

Isto é só para ilustrar os diversos tipos de plano, a hierarquia que a lei trouxe para nós. Há o plano nacional; logo abaixo, o plano estadual; depois, os planos intermunicipais ou de gestão integrada e os planos microrregionais.

Vou deixar, também para consulta, o que haveria, de forma resumida, no plano nacional: diagnóstico; cenário com as perspectivas futuras; as metas de redução e de reciclagem; diretrizes para cada tipo de resíduo; medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada de resíduos; normas e diretrizes para a disposição final; normas de controle e fiscalização; orientações para compostagem e recuperação energética.

Estas são algumas ações do Ministério do Meio Ambiente. Eu trouxe este mapa. São os convênios que fizemos com os Estados para realizarmos o estudo de regionalização. Isso veio antes do plano estadual. A propósito, o do Pará já foi finalizado. Fizemos o convênio e já temos esse plano de regionalização, que é a etapa anterior ao plano de resíduos.

Bom, aqui é o panorama do que a gente tem de mais atual. A gente tem 19 planos estaduais em elaboração; apenas três planos concluídos, Maranhão, Rio de Janeiro e Pernambuco, e o valor total empenhado está aí na tela — eu não me lembro, de cabeça —, 26 milhões, não é?

Sobre Planos Municipais de Gestão Integrada, o conteúdo mínimo vai estar nos próximos slides, mas ele está listado no art. 19 da Lei nº 12.305. Ele é o principal instrumento de planejamento de ações. Ele é um instrumento obrigatório para a obtenção de recursos do Governo Federal. Ainda existe a possibilidade de um plano simplificado para Municípios abaixo de 20 mil habitantes. Aí tem a parte do conteúdo mínimo: tem que ter o diagnóstico e o prognóstico, objetivos, programas, ações, indicadores e metas, responsabilidades, especificações técnicas e o custo.



Vou pular esses eslaides, não detalhar, porque isso é mais para os gestores municipais que vão elaborar o plano. De qualquer forma, eu mantive para servir de consulta, caso alguém tenha interesse, e na lei está mais detalhado.

Durante essa etapa em que a gente lançou o edital, para apoiar os Estados e Municípios na elaboração dos planos, a gente percebeu que, entre as dificuldades dos Estados para obter o recurso da União, estava a parte de capacitação técnica. A gente viu que havia muita dificuldade, e aí resolvemos fazer um curso a distância — nós, do próprio Ministério. Então, a gente fez uma cartilha, elaboramos o curso e estamos capacitando. São os próprios analistas ambientais.

Já está no segundo módulo, e nós estamos capacitando os gestores municipais em como elaborar os planos de gerenciamento de resíduos. Então, no primeiro módulo foram capacitados mil técnicos municipais; agora, está aberto o segundo módulo. Eu não lembro quantas vagas estão disponíveis, mas está em andamento.

Dezenove por cento dos Municípios declararam ter o plano concluído ou em elaboração. Isso equivale a 35% da população. Aí o valor total, de 36 milhões.

Agora vou à logística reversa, que é mais especificamente a área de que cuido.

O objetivo dela principal era reduzir a quantidade de resíduos destinados a aterro. Com a lei, a ideia é a de que apenas os rejeitos sejam destinados a aterro, ou seja, que tudo que tenha alguma utilidade ou possa ser reaproveitado volte para o ciclo produtivo.

A logística reversa seria ser a forma como isso pode acontecer, ou seja, o fabricante, o importador ou o comerciante vai recolher o produto que colocou no mercado. Para isso, o principal instrumento é a educação ambiental, é o consumidor. Se ele já não fizer a sua parte, já quebra o ciclo no início.

A gente tem observado que a responsabilidade é compartilhada pela logística, todo mundo tem o seu papel. Se um quebra o papel, o ônus cai automaticamente no passo seguinte da cadeia, não é? Então, como o consumidor é a primeira etapa, é muito importante a parte de mudança de paradigma, o consumo consciente.

A gente espera que quando isso estiver efetivamente funcionando, haja novas oportunidades de emprego, redução da quantidade de resíduos, diminuição de



matéria prima, redução de contaminação, menos resíduos. Só que tudo isso não é tão simples. Durante as negociações a gente foi percebendo vários problemas, vários nozinhos — a gente tira um, aparece outro. Alguns deles eu vou mostrar a vocês *on-line*, sobre o que estamos vivenciando.

Os principais atores são os fabricantes, os importadores, os comerciantes, os consumidores, os titulares de limpeza pública.

O principal objetivo é aquele sobre o qual falei, ou seja, diminuir a quantidade de resíduo no aterro.

Sobre esta parte já falei: o consumidor vai descartar no local adequado; o fabricante, o importador ou o comerciante vai recolher e devolver para o seu próprio ciclo, onde ele foi produzido, e, se não for possível, num outro ciclo, em que possa ser reaproveitado.

A lei e o decreto trouxeram algumas cadeias prioritárias, que estão ali em cima: pilhas e baterias, pneus, agrotóxicos, óleos lubrificantes, lâmpadas, eletroeletrônicos. Só que, para implementar a logística reversa, o Decreto nº 7.404 criou um comitê orientador para logística.

Esse comitê é composto por cinco Ministros: do Meio Ambiente, da Agricultura, da Saúde, Indústria e Comércio e Fazenda. Na primeira reunião desse comitê, foi decidido que existiam duas cadeias que já tinham regulamentação — três, na verdade —, que seriam pilhas e baterias, pneus e agrotóxicos. Então, eles decidiram que, por já ter algum tipo de regulamentação, não seriam tratadas nesse primeiro momento e seriam priorizadas duas cadeias que não estavam no decreto, mas que tinham um grande impacto na saúde e no meio ambiente, que são embalagens em geral e medicamentos. Foram substituídas.

Portanto, hoje estamos tratando, neste primeiro momento, de lâmpadas, embalagens plásticas de óleos lubrificantes, embalagens em geral, medicamentos e eletroeletrônicos.

Essa estrutura do comitê orientador é composta por Ministros, e o próprio Decreto criou, abaixo dele, um grupo técnico para assessorar. Então, cada Ministro indicou um técnico para poder agilizar o processo, para discutir a parte técnica e tomar algumas decisões e o comitê já chegar com uma decisão um pouco mais mastigada.



Esse grupo técnico criou um subgrupo para cada cadeia da logística. Então, teve um grupo técnico para lâmpadas, um para embalagens, um para eletroeletrônicos, e para cada um desses grupos técnicos foram chamados todos os atores envolvidos. Então, por exemplo, no de lâmpadas, havia fabricantes de lâmpadas, os importadores, recicladores, ONGs, Ministérios, INMETRO, todo mundo que tinha alguma relação. O principal objetivo desse grupo técnico era aprovar um estudo de viabilidade técnica e econômica, para ver se a logística poderia funcionar, e um edital de chamamento.

Aqui são as etapas que a própria lei trouxe e que a gente tem que seguir para implementar a logística, que seriam: a instalação desse grupo técnico, esse GTT, um para cada cadeia, que eu comentei com vocês; aprovar um estudo de viabilidade técnica e econômica, que é para estudar o mercado e ver se a logística é viável, e publicar um edital de chamamento.

Esse edital vai trazer as regras do jogo, as metas, quantos pontos de coleta, de quem vai ser a responsabilidade, como vai ser operacionalizado. Então, vai ter o conteúdo mínimo que os fabricantes e comerciantes têm que apresentar na proposta de acordo setorial. Então, nesse edital não vai estar escrito como se vai operacionalizar, mas vai estar escrito que, na proposta, vai ter que vir detalhada a operacionalização, quem vai ser responsável, qual vai ser a meta. Então, lá está detalhado todo o conteúdo que tem de vir nesse acordo setorial.

O acordo setorial foi o instrumento que o Governo Federal escolheu para implementar a logística reversa. Por quê? Porque ele achou que é o mais democrático. Ele podia ter optado pelo decreto, a lei deu opção de ser um decreto, mas a gente optou por negociar para poder ouvir o outro lado, tentar fazer uma coisa mais efetiva, e também conquistar o comprometimento de todo mundo, garantir a participação de todo mundo.

Só um resuminho, porque meu tempo está acabando, de como a gente está aqui na logística: embalagem plástica de óleo lubrificante, o primeiro acordo setorial foi assinado em dezembro de 2012; lâmpada de vapor de sódio e mercúrio, a expectativa é a de que a gente assine até maio deste ano; embalagens em geral, a expectativa é também que no final deste mês ou maio a gente assine o primeiro acordo setorial; produtos eletroeletrônicos, a gente acha que até o final do ano,



porque a gama de eletroeletrônicos é muito grande, vai desde geladeira até celular, então, as negociações estão um pouco mais complexas; e medicamentos é a categoria mais complexa de todas, porque a gente não tem uma estimativa de quanto é descartado, e o medicamento descartado não pode voltar para o fabricante, porque medicamento vencido não pode voltar à matéria-prima original; essa cadeia é bem complexa e especial, então, ela vai demorar um pouquinho mais.

Só para dividir com vocês os principais problemas que a gente encontrou. O primeiro: os fabricantes propuseram que, na nota fiscal, viesse destacado o custo dessa logística reversa para que o consumidor soubesse quanto ele está pagando para que o produto volte ao fabricante. Só que, para isso, tem de envolver o Conselho Fazendário, o Ministério da Fazenda. Esse foi o primeiro enrosco que a gente teve na negociação.

Outro: e quem não assinou o acordo também está obrigado a cumprir? Como a gente vai obrigar quem nunca assinou o acordo a também cumprir essas metas, cumprir essas regras? O reconhecimento desse produto é perigoso? Não. Depois que descartei o celular, ele ficou perigoso? Ele vai ter que ter licenciamento no ponto de coleta na loja em que eu o coloquei? O transporte vai ter que ser perigoso?

Outro: meu celular tem dados, tem nome, tem telefones. Você o descartou e depois o quer de volta. Então, como fazer isso? O fabricante vai ter que devolver? Ou a partir do momento que nós, consumidores, descartamos o equipamento abrimos mão da propriedade, dos dados que havia no seu computador, então é preciso um documento formal dizendo que você abriu mão, não é? Como a gente vai fazer isso legalmente? Esse é outro entrave.

Importação: 90% das lâmpadas hoje são importadas. Como a gente vai garantir que o importador também está fazendo essa logística reversa?

Então, assim, a cada hora há um nozinho que a gente está tentando tirar.

Era isso mais ou menos que eu queria compartilhar com vocês. Estou à disposição. Aqui está o meu e-mail. Vou deixar alguns pontos disponibilizados, como metas. Quero deixar os meus contatos também. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - Obrigada Sabrina.

Vamos passar a palavra agora para a Profa. Ludetana.



**A SRA. MARIA LUDETANA ARAÚJO** - Boa tarde. Disseram-me que vocês estão bem fortalecidos, que almoçaram bem e estão felizes por isso.

Nós queremos agradecer ao Deputado Arnaldo Jordy pelo convite. Em seu nome a gente agradece à Câmara dos Deputados. Acho que é disso que precisamos: oportunidade para falar, para ver, não é? Diminuir um pouco as palavras e começar também a pensar em ações.

Então, eu vou falar um pouquinho da experiência, muito rapidamente, depois eu entro na temática especificamente, sobre a questão dos resíduos sólidos no âmbito da UFPA, ou seja, a nossa participação como educadora ambientalista na área de resíduos sólidos.

É tão complexa essa área da educação ambiental que tem hora que a gente não dá conta. Eu estava falando da complexidade que é falar de educação, considerando-se que educação é maior do que escola. Na escola não cabe a educação. A educação é tão grande, é tão dimensional e ao mesmo tempo tão complexa que extrapola o espaço escolar. Ela vai para além dessa escola.

Então, a discussão no Estado do Pará sobre resíduos sólidos foi consolidada em 2004, quando ainda era a SECTAM — aqui está o meu amigo Augusto — e o Secretário o Prof. Emanuel Matos. Reunimos um grande grupo, e havia um compromisso muito grande do PPG7 e da GTZ, grupos de pessoas que estavam cooperando com o desenvolvimento sustentável na Região Amazônica, e o PNUD nos contratou, através da ONG Água é Vida, de São Paulo. Eles contrataram pessoas aqui da região para articular a construção de um projeto de lei, que seria o Plano de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos do Pará e do Amapá.

Essa foi a nossa primeira experiência de discussão sobre isso, e o mais importante nessa discussão em 2004 é que não havia só intelectuais ou profissionais; havia todas as representações, todas as cooperativas estavam presentes, e nós fizemos um anteprojeto de lei sobre gestão dos resíduos sólidos nos Estados do Pará e Amapá.

Dez anos depois, essa lei ainda não foi aprovada, mas tudo bem; é assim mesmo, não é, Deputado Jordy? Aprovar uma lei demora muito. Desaprovar e construir uma nova, isso sim é problema. De modo que a lei ainda está se



arrastando pelo PGE, a Procuradoria Geral do Estado do Pará. Ela ainda está por lá, ainda não foi aprovada.

Então, dos Estados brasileiros, nove ainda não têm sua política de gestão integrada de resíduos sólidos. Dentre eles, todos os Estados da Amazônia brasileira mais o Ceará. Esses Estados não tem sua política de gestão dos resíduos sólidos aprovada.

Toda discussão dessa construção por meio do PNUD foi muito bem articulada e construída com a cara das pessoas que estavam participando dessa proposta de gestão integrada dos resíduos sólidos.

Essa foi uma experiência que fomos construindo desde 2004. Depois saímos da SEMA, da SECTAM — nome anterior —, voltamos para a Universidade e, dentro da Universidade, instalamos um grupo junto à prefeitura do *campus*, ou da cidade universitária, e criamos um grupo que trabalha a coleta seletiva solidária.

Depois, por força de lei de 2010 sobre gestão de coleta coletiva solidária, a Universidade Federal passou a seguir piamente as instruções de como se deve trabalhar junto aos catadores, aliás, às cooperativas: a cada 2 anos, uma delas é trocada e não pode ser repetida. Isso não é problema, porque nós temos muitas cooperativas de catadores dentro do Estado do Pará.

Outra experiência da Universidade, de 2008 para cá, foi a criação de um projeto de extensão para formar, para qualificar as mulheres catadoras. Hoje, as mulheres de quatro grandes cooperativas vão participar de módulos de formação científica, metodológica, epistemológica, de saúde e de educação. Esse foi o primeiro projeto aprovado no âmbito das universidades federais que vai trabalhar exclusivamente com as mulheres catadoras.

Nós queremos mulheres não só de ação, mas que também saibam parar e pensar, refletir sobre sua postura de mulher, sobre seu valor na sociedade, sobre suas contribuições para o desenvolvimento regional. Nós estamos resgatando o capítulo da Agenda 21 que fala sobre a mulher. Isso foi em 1992, e em 2012 foi aprovado o nosso projeto. Nós estamos trabalhando o fortalecimento da presença da mulher como catadora nesse grande Estado.

Outra grande ação por meio da qual vimos tentando trabalhar os resíduos sólidos... Vimos aprendendo mais sobre resíduos a cada dia, de modo que hoje



estou quase uma *expert* no assunto. Imaginem uma pedagoga falando sobre resíduos! Alguém pode até estranhar, mas eu estou aprendendo com as pessoas para falar sobre resíduos, e toda a sociedade precisa aprender sobre isso. Nada mais pode ficar nas mãos de especialistas; todos nós precisamos aprender para nos empoderar e nos incluir na discussão política da gestão de resíduos.

Outra grande ação, junto com o Ministério Público, é que vimos trabalhando com o Procurador Raimundo Moraes, que trabalha a construção de mapas de risco no Estado do Pará, a construção dos TACs — Raimundo Moraes é uma pessoa altamente qualificada e, na qualificação, tem a sua parte humana, de carinho e de cuidado, com as pessoas deste Estado. Fizemos a primeira discussão e implantação do TAC, que foi em Ananindeua, no ano passado, e doravante outros Municípios da Região Metropolitana irão participar desse momento de discussão e informação para a sociedade sobre a gestão dos resíduos sólidos.

Outra grande experiência foi a implantação, no Ministério Público do Estado do Pará, do MP Sustentável, a partir dali incluindo, no dia a dia, no cotidiano do Ministério Público do Estado do Pará, da A3P — que não é um tripé, mas um “quadripé”, se assim se pode chamar, um silogismo. Eles trabalham as quatro grandes dimensões da A3P.

O que é A3P? Há uma determinação ministerial de que as instituições públicas devem implantar a A3P, a gestão dos resíduos na instituição. Portanto, a A3P é administração ou a gestão dos resíduos na instituição, e as quatro dimensões são: eficiência energética, como estamos gastando os recursos energéticos; os resíduos sólidos; os recursos hídricos, consumo e desperdício.

Quero dizer a vocês, amigos aqui presentes, que não é muito fácil, porque vencermos algo que já está há muitos anos dentro de nós, mudar as nossas atitudes, mudar as nossas posturas com relação ao desperdício, com relação ao consumo, com relação ao conforto ambiental — que é eu chegar e deixar meu computador ligado, por mais que eu vá me ausentar por 2 horas e, ao retornar, não quero ligá-lo de novo, ele fica lá e pensamos que aquela tela de descanso está fazendo com que ele descanse, mas está gastando energia —, na Universidade Federal do Pará não está sendo fácil.



A partir do ano passado se começou a construir dentro da UFPA o Plano Interinstitucional Sustentável, e vai ser lançada, no dia 3 de junho, a A3P. Foi ministrado um curso recentemente, pelo Ministério do Meio Ambiente, de desenvolvimento institucional sustentável para que os seus funcionários, as principais lideranças possam ajudar a Universidade Federal do Pará a controlar, a minimizar, a reduzir os gastos.

Uma das primeiras coisas, das mais simples, é a adoção dos copos, o que temos muita rejeição por conta do refeitório, do restaurante, porque eles acham que lavar copo dá muito trabalho. Estamos fazendo tudo para que os nossos alunos, assim como eles andam com o trambolho do telefone — tem gente que anda com três, quatro —, andem com seu copo, por favor.

Eu estava estranhando, mas vou ter que dizer, porque o Jordy sabe que eu digo mesmo: não estou gostando de beber água neste copo. Não quis trazer o meu para não fazer vexame para os outros, mas eu tenho o meu copinho ali dentro da minha bolsa.

Será que vamos fazer isso? Falamos tanto de sustentabilidade, falamos tanto de mudança de postura, queremos tanto construir uma sociedade sustentável, mas começa com quem? Com os outros? Com quem precisa começar uma nova sociedade que respeite, que atrele a sua vida, que agregue — hoje ouvi demais a palavra “agregar” — valores, mas valores educacionais, valores ecológicos são simplesmente primários, essenciais para mudarmos uma sociedade.

Se a sociedade não começar a pensar — e acho a palavra “sociedade” muito grande; se as comunidades não começarem a pensar que é elas é que têm que começar a mudar esses valores... Não espere pelo Governo, não espere. Nós precisamos começar a construir esses valores ecológicos para que a sociedade seja sustentável. Nós, como educadores, vimos tentando fazer isso, como construir isso em todos os espaços.

No espaço em que vivo há 35 anos como professora, não é fácil. Tem horas que tenho vontade de desistir, porque todo mundo diz para mim: *“Professora, a senhora está é louca com essa história de lidar com copo!”* E eu fiz a Páscoa recentemente, levei suco, Nescau e proibi todo mundo de levar copo, o meu foi emprestado para Deus e o mundo, todos esqueceram. Ninguém quer!



Tudo tem base em quê? O processo educacional tem duas premissas básicas, mas elas são permanentes: o informar e o formar. Na medida em que estou informando, estou formando, e, na medida em que estou formando, estou informando.

Para a educação ambiental, esse processo tem que ser permanente e contínuo. Não adianta eu fazer o Dia do Meio Ambiente, o Dia da Água, o Dia do Sol, o Dia do Amor, o dia de tudo, nem assim... A educação não tem dia. Quando se pensa em educação referente a gestão de resíduo, a consumo, ela é cotidiana. Ela é cotidiana!

Uma vez eu fiz uma palestra na Igreja Universal e uma menina disse para mim que ela estava com vergonha de Deus. Achei estranho, não é Jordy? *“Às vezes eu tenho vergonha de Deus, professora.”*

Alguém já teve vergonha de Deus aqui? *(Pausa.)*

Perguntei para a mocinha e olhei para o bispo, que foi Deputado Federal — esqueci o nome dele agora; deixa para lá, não precisa repetir. Ele olhou para mim, e eu disse: *“Bispo, o senhor pode sair para eu ficar só com os jovens?”* Ele disse: *“Pois não.”* Ele saiu rapidamente. Ela me disse: *“Professora, eu vivo com tanta vergonha de Deus.”* Eu disse para ela: *“Você sabe por que Eva ficou com vergonha?”*

Alguém pode me dizer por que Eva ficou com vergonha? Quem pode me dizer, rapidinho, porque eu não tenho muito tempo? Ela pecou. Ela ficou com vergonha. Ela desobedeceu. O que mais?

Olha, todo mundo falou certo. Eu vou pegar o que vocês falaram e vou amontoar numa coisa só. Ela se viu! A Eva se viu, a Eva se olhou. Ninguém estava olhando para Eva. Ninguém estava olhando para Eva. Eva se viu.

Então, ter vergonha de desperdício, de sujar, de roubar, de atrapalhar, de impedir, é quando você se vê. E, às vezes, nós não estamos nos preparando para nos ver, mas só para ver o outro.

A partir disso, eu pensei em algumas reflexões para gestão dos resíduos sólidos no nosso Estado. Como nós podemos trabalhar? Rapidamente, por favor.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



Venha de onde vier, qualquer resíduo, ele pode vir de qualquer canto, ele é resíduo. Ele é resíduo, e, às vezes, nós traduzimos essa palavra por “lixo”. Só existe lixo quando a nossa capacidade, a nossa inteligência não se manifesta, porque, no momento em que ela se manifesta, ele deixa de ser lixo.

Então, não existe lixo, meus amores; não existe lixo. O que existe, às vezes, é falta de informação, como a Sabrina acabou de explicar, sobre como usar aquele resíduo. E é aí que entra o papel da educação: informar, possibilitar o acesso aos catadores, a todas as pessoas que se envolvem, porque vocês trabalham a economia de forma fantástica. Aquilo que eu não sei o que eu faço... E quando eu visito o centro de triagem lá no Canal São Joaquim, com a Maria José, eu vejo que ela sabe aproveitar o que eu não soube na minha casa. Então, isso é gestão. Vocês vão ver isso. Isso é uma práxis.

O que é práxis? É quando eu reflito sobre aquilo que eu faço; é quando eu revejo as atitudes que eu tomo. Então, não precisa chamar “prática”. Se alguém falar “prática”, está correto, mas se eu disser “práxis”, é tipo assim: eu vou, retorno e vou. É a logística do reverso. É você dar possibilidade de aquele produto retornar e voltar de outra forma.

Quando você vai ao supermercado — já vou terminar —, quando você vai ao supermercado, às vezes, o creme de leite tem o número 6 embaixo, o número 6 pequeno. Isso significa que aquele creme retornou não sei quantas vezes, seis vezes, para a empresa. Quando você vai comprar o leite líquido, às vezes ele tem o número 2 ou 3 na embalagem, porque o leite só pode retornar três vezes para ser misturado novamente e vir para o consumidor comprar.

Então, educação do consumidor. Sem educação, transmitindo isso como informação e formação, nós não podemos cuidar dos resíduos, que não é um problema só do Pará, mas é um problema da humanidade, é um problema geral.

Eu preparei tanta coisa, e infelizmente o nosso tempo é muito curto, mas vocês terão oportunidade de ver. Só vou pedir que você passe rápido para que eles vejam o final.

Aí. Só pra não dizer que eu não falei de flores para vocês. Só pra não dizer. E um apelo que eu faço: menos palavras e mais ações.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - Obrigada, Profa. Ludetana. Eu sei que o assunto dá vontade de continuar falando, mas a gente vai ter outros momentos.

Agora, a fala vai ser da Ana Lúcia, da Associação dos Catadores do Aurá. (*Palmas.*)

**A SRA. ANA LÚCIA PINTO MORAES** - Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde aos meus amigos catadores! Boa tarde à Mesa! Muito obrigado ao Sr. Jordy por ter nos convidado.

Vou fazer uma pequena apresentação de mais ou menos 25... Será uma pequena apresentação para vocês sobre a nossa situação, a nossa vida lá em cima do Aurá.

Eu me chamo Ana, sou Presidente da Associação dos Catadores do Aurá. Fui eleita pelos catadores, numa grande assembleia, como representante dos catadores, onde foram escolhidas 12 pessoas para fazer essa representação dos catadores nas reuniões para que a gente viesse a lutar pelos nossos direitos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Aqui é o nosso local de trabalho. Somos catadores. A história do Aurá tem 25 anos. São 25 anos de luta e abandono, porque os catadores do Aurá, infelizmente, estão abandonados pelo poder público.

Existe um censo que foi feito em cima do Aurá, onde foram identificados os catadores e onde nós contamos a nossa história: há quantos anos trabalha em cima do Lixão do Aurá; quem tem família; quantos filhos tem. E aqui está o resultado de quantos catadores são. Existe o triador; existem os catadores; todos os catadores de reciclagem; catadores de reuso, que é roupa, sapato. Chega-se ao número de 1.554 catadores. São 249 triadores, que são aquelas pessoas que compram, levam para o quintal deles e eles vão lá e fazem a triagem. Existe o catador que leva seu material para casa e vai triar no seu próprio quintal. A gente tem 58 carroceiros cadastrados, 11 merendeiros, no total de 1.872 catadores cadastrados lá em cima do Lixão do Aurá.

Como nós sobrevivemos? Essa é a nossa realidade, é a realidade do catador. Esta foto é durante o dia, mas isso acontece também durante a noite. O catador, à noite, usa uma lanterna para que ele possa ver esse material, porque não existe



iluminação lá em cima no Lixão do Aurá. Como o catador sobrevive? Ele recolhe esse material — para o catador a palavra é “catarse” —, ele cata o material e ele vende depois esse material para os próprios catadores, que também fazem a compra do material lá em cima do Lixão do Aurá e levam para a triagem. Os catadores vivem da venda do material, da venda do material que eles coletam. Ele coleta à noite e vende pela manhã, ou ele chega às 7 horas da manhã e sai de lá à tarde, quando ele já vende o material dele.

Quem somos? Lá em cima do Lixão do Aurá, a maioria é feminina. São as mulheres dominando. (*Palmas.*) Cinquenta por cento dos catadores são mulheres, 49% dos catadores são homens e 1% não quis dizer o que era. Ele não revelou para a gente. (*Risos.*)

Idade. No censo existia uma pergunta: que idade esse catador tinha? Trinta e um por cento desses catadores tinham de 30 a 41 anos; 18% tinham de 42 a 53 anos; de 54 a 65 anos, são 9% os catadores. Temos catadores com mais de 60 anos, que chegam a 1%. Não é um número muito alto, mas a gente tem muitos catadores idosos lá em cima. Quatro por cento entre 14 e 17 anos; não responderam, 2%, que não souberam dizer a idade; e 35% têm entre 18 e 29 anos.

Quando trabalhamos? Cinquenta e seis por cento dos catadores trabalham todos os dias da semana — de segunda a domingo, o catador está lá trabalhando; 23% trabalham de segunda a sexta; 14% desses catadores trabalham de vez em quando. Quando o catador quer pagar sua conta e não tem dinheiro, ele corre lá e, no outro dia, ele consegue pagá-la.

Eu já falei isso em várias reuniões, fui desmentida em uma, quando falei que fazia 150, 130 reais numa noite, e uma pessoa de uma cooperativa disse que era mentira. Os catadores estão aqui para dizer que a gente consegue se sustentar lá, sim. E nós estamos lutando para isso. (*Palmas.*)

Onde moramos? Um por cento desses catadores é do Município de Marituba; 40% dos catadores moram no Município de Ananindeua; 55% dos catadores são de Belém. Então, a demanda de catadores de Belém é maior, mas isso não quer dizer que as outras Prefeituras não têm também responsabilidade em cima dos catadores que são dos seus Municípios.



Qual é a nossa renda? O censo já vem dizer a todo mundo que, com o trabalho em cima do Lixão do Aurá, o catador consegue viver com dignidade, consegue ser uma pessoa normal, como qualquer um dos que estão aqui e são formados, dos que têm um bom emprego e uma boa renda.

O catador não reclama do seu trabalho, não reclama do trabalho que ele faz em cima do Lixão do Aurá. Ele reclama do que está acontecendo hoje, de estarem querendo tirar o catador em massa sem que nada seja feito. Então, o catador aqui já declara para todo mundo: o trabalho em cima do Lixão do Aurá é digno e dá para a pessoa sobreviver tirando mais de mil reais por mês. Não todos, mas muitos catadores conseguem tirar mais de mil reais por mês.

Nossa história. Até 2013, fazíamos manifestação impedindo a entrada dos caminhões no Lixão do Aurá. Antes, para a gente conseguir chegar a algum lugar, quando a gente não tinha trator para trabalhar, quando a situação estava muito crítica em cima do Lixão do Aurá, todos os catadores desciam em massa, fechavam a entrada da balança por onde os caminhões passam, para que a gente tivesse vez, tivesse voz, fosse escutado; para que pelo menos a gente conseguisse trabalhar lá em cima do Lixão; para que fosse colocado um trator e fosse colocado material para a gente trabalhar.

Desde março de 2013, iniciamos um processo de diálogo com a Prefeitura Municipal de Belém, através de reuniões semanais, para discutir as propostas dos catadores e da Prefeitura. Essa discussão vem sendo feita. Hoje em dia, não é feita mais toda semana, mas, vez ou outra, a gente consegue conversar com o pessoal da Prefeitura para levar para a Prefeitura o que os catadores estão pedindo, o que os catadores estão precisando hoje.

Então, o diálogo existe, mas a gente sabe que as coisas não são tão fáceis. A nossa situação, como catador em cima do Lixão do Aurá, a cada dia que passa vai ficando mais difícil. A gente corre para uma porta, corre para outra e não consegue ter uma clareza, ter uma solução do problema.

Em maio e junho, fizemos o censo dos trabalhadores do Aurá, junto com a SESAN e os demais apoios para o cadastramento dos catadores no CAD Único do Governo. Todos os catadores que fizeram esse cadastro que falei para vocês agora, todos eles passaram pelo CAD Único, foram até a FUNPAPA, foram até os CRAS e



fizeram o CAD Único. Muitos deles já recebem hoje uma Bolsa Família. Alguns ainda não conseguiram, mas uma boa parte dos catadores já conseguiu.

Em 13 de setembro de 2013, fizemos uma assembleia com 1.074 catadores, que aprovou uma pauta de reivindicações e sugestões para o encerramento da catação no Aurá. Já levamos essas reivindicações a vários lugares: levamos no Ministério Público, nas três Prefeituras, já entregamos para Daniela Mentello, do CIISC, representação da Presidente Dilma Rousseff, esse jornalzinho que entreguei para algumas pessoas que estão na plateia.

E viemos pedir embargo das licitações para o encerramento do Aurá por observar que as reivindicações e sugestões da assembleia não estão sendo levadas em conta, porque o que o catador diz hoje não está sendo ouvido. Eles não estão dando para a gente, como catador, a devida resposta que a gente gostaria de ouvir deles. A única coisa que a gente sabe é que o lixão vai fechar no dia 2 de agosto, e a gente precisa ser escutado. Porque se o lixão fechar dia 2 de agosto, vai ser um massacre para os catadores.

Uma vez fechamos a BR, colocamos uma faixa e fomos criticados. A gente colocou lá que o fechamento do lixão ia ser um massacre de Eldorado dos Carajás, porque para a gente é isso. Fechamos, fomos expulsos pelos policiais, com gás de pimenta, e catador saiu preso.

Então, a gente sabe que, dia 2 de agosto, se não for feito nada para reverter essa situação, isso vai acontecer de novo. Isso vai acontecer. E a gente veio pedir que seja feita alguma coisa, que seja feita alguma coisa pelos catadores, porque a gente vem gritando muito, a gente vem lutando muito. A associação vem lutando demais. Já tem 1 ano que a gente luta para ser escutado.

Conquistas. O Congresso Nacional fez sua parte, aprovou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dando mais força, visibilidade, alternativa para os catadores. Os catadores do Aurá fizeram seu dever de casa em tempo hábil e, mesmo assim, não temos nenhuma garantia de sermos atendidos dentro do prazo legal. O nosso trabalho foi feito — foi feito em parte, porque a gente vai continuar fazendo. Em todos os lugares a que a gente é chamado, a gente vai, a gente leva a pauta, a gente leva os catadores para escutar o que está sendo falado, mas, infelizmente, até agora a gente não tem resposta.



As Prefeituras Municipais de Belém e Ananindeua fizeram a inclusão dos catadores no Cadastro Único e trataram os catadores como mais um grupo de assistência social, como se o catador fosse sobreviver só de Bolsa Família. A maioria recebe 70 reais. Se o catador tira 1.000 reais, 1.200 reais por mês, e se esse lixão fechar dia 2 de agosto, o catador vai receber 70 reais de Bolsa Família. Então, só para vocês terem uma ideia o que vai ser a situação dos catadores a partir do dia 2 de agosto.

A Prefeitura Municipal de Ananindeua contratou 12 catadores para a limpeza urbana. Quando estivemos no CIISC, foi falado lá que a Prefeitura estava dando 12 empreguinhas. Para muitos é empreguinha, mas muitos catadores se inscreveram para trabalhar de gari. Doze foram chamados, estão trabalhando e outros estão esperando ser chamados. Para muitos são empreguinhas, mas para eles é dignidade, para esses catadores que estão trabalhando, porque vão receber seu salário. Gostariam de sair da catação e conseguiram o que eles queriam. Porque eu não quero trabalhar como gari, mas eles querem. E se eles estão trabalhando e estão felizes, podem sustentar suas famílias.

Onde trabalhamos?

Essa primeira foto mostra a situação do catador em 2012. A gente trabalhava nessa situação. O catador trabalhava o dia inteiro nessa fumaça. Hoje, está acontecendo o encerramento do Aurá, está sendo feito o trabalho, mas o catador não está impedindo, porque ele está trabalhando lá. A empresa está fazendo o trabalho dela, e os catadores não estão impedindo que seja feito. Então, o catador não impede que a prefeitura trabalhe. O catador não impede que a empresa trabalhe. Mesmo com as máquinas trabalhando e fazendo o encerramento do Aurá, o catador está lá no pedacinho dele, trabalhando melhor, sem essa fumaça.

Desafio. O nosso grande desafio é encerrar a catação com dignidade com reinserção socioeconômica dos catadores. A gente sabe que é um desafio muito grande.

Nossa decisão. Isso aqui se deu na primeira assembleia dos catadores do Aurá, no dia 13 de setembro. A decisão dos catadores é só sair do Aurá no dia 02 de agosto, com dignidade e atendimento às nossas reivindicações. A gente não está dizendo que não quer sair de lá; a gente só está dizendo que quer sair com



dignidade. A gente não quer sair de lá empurrado pela polícia, mas, sim, com dignidade, que deem dignidade para que os catadores continuem trabalhando e sustentando suas famílias.

Nossa solicitação. Nossa solicitação para a Comissão de Meio Ambiente é que ela defenda, junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal, nosso pedido para apresentar emendas ao Orçamento Federal para o pagamento da indenização aos catadores. *(Palmas.)*

Solicitamos, também, que se crie uma subcomissão na Comissão de Meio Ambiente para monitorar o atendimento aos direitos dos catadores dos lixões e a ampliação das verbas federais gastas para o fechamento dos lixões; que se criem mecanismos jurídicos, políticos, para impedir que os catadores sejam retirados à força dos lixões, em agosto, sem o atendimento às nossas reivindicações, dentre as quais o adiamento da data do encerramento dos lixões para 31 de dezembro de 2015.

O que eles nos falam até hoje, Deputado, é que não existe lei, não existe verba para pagar os catadores. Como não sou muito inteirada da política, mas já andei lendo que os Deputados votam o orçamento em outubro... *(Risos e palmas.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - É o Orçamento da União, Ana.

**A SRA. ANA LÚCIA PINTO MORAES** - O Orçamento do ano que vem. Então, se eles votam em outubro, se fechar em agosto, não tem votação, né. Então, vamos ver se dá para adiar até dezembro de 2015, para que dê tempo de os Deputados votarem e podermos receber a nossa indenização, que é justa e digna, pelo nosso trabalho. A gente não faz catação, aliás, nós não somos catadores de lixo, somos catadores de materiais recicláveis. A gente faz um trabalho em prol do meio ambiente. *(Palmas.)*

A área do Aurá é grande, mas, se não existissem os catadores, não existiria mais lugar para colocar o material da cidade.

Continuando com nossas solicitações, deve-se condicionar a saída dos catadores ao pagamento da indenização e às demais reivindicações.

Nossa solicitação a este Seminário é que seja aprovada uma moção de apoio aos catadores do Lixão do Aurá pelo adiamento da data de encerramento da



catação nos lixões da Região Norte até que sejam assegurados os direitos dos catadores nos seguintes termos...

A Regina vai continuar com a leitura da referida moção de apoio. *(Pausa.)*

**A SRA. REGINA SILVA** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Mesa Boa tarde, Sr. Deputado Arnaldo Jordy. Isto é para o senhor? *(Risos.)* Meu nome é Regina, sou catadora do Lixão do Aurá.

*"Moção de apoio aos catadores do Lixão do Aurá.*

*Tema: 'Apoio à luta de 1.872 catadores no Lixão do Aurá para impedir a execução sumária do encerramento das catações no lixão, no dia 2 de agosto de 2014, com a condenação de milhares de famílias à fome e à miséria'.*

*Somos parceiros na luta pelo fim dos lixões, mas queremos, com respeito aos catadores, a reinserção socioeconômica. Os catadores querem continuar sustentando suas famílias com seu trabalho.*

*Justificativa.(...)"*

Diga aí a justificativa, Nildes.

**A SRA. NILDES** - Deixe-me falar.

*"Os catadores são responsáveis pela produção de matéria-prima para a indústria da reciclagem no Brasil. Há 4 anos, todos os catadores do Brasil celebraram a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que, junto com a divulgação do resultado da pesquisa do IPEA, criou as condições técnicas e jurídicas para o reconhecimento dos catadores e a possibilidade de pagamento pelos serviços ambientais prestados na coleta e destinação correta dos resíduos sólidos urbanos em todo o País".*

**A SRA. REGINA SILVA** - Deixe-me terminar de onde você parou.

*"Desde então, os catadores passaram a sonhar com a melhoria das condições de trabalho e remuneração, principalmente com o Decreto 7.404, de*



*dezembro de 2010, que estabelece, no seu art. 43, que a União será a responsável por melhores condições de trabalho nos lixões, criando as oportunidades de inclusão social e econômica de catadores de materiais recicláveis e reutilizados.*

*Os programas foram criados, recursos foram liberados, seminários e encontros foram realizados, mas os catadores do Aurá ainda não viram nenhum centavo dos programas da União. Inclusive, para espanto de todos, fomos informados de que a Secretaria de Assistência Social do Estado do Pará devolveu 8 milhões de reais aos cofres da União, que seriam para apoiar projetos de encerramento dos lixões. No entanto, o dinheiro teria voltado sem criar nenhum benefício direto para a inclusão social e econômica dos catadores do Aurá.*

*Nos últimos 18 meses, em todas as reuniões com a Prefeitura de Belém, somos informados de que ela não tem dinheiro para a indenização dos catadores do lixão e, ainda, que não existe lei que a obrigue a pagar tal indenização. Segundo a SESAN, ela só teria dinheiro para construção de galpões, capacitação e aquisição de máquinas e equipamentos. E, pelo que temos visto em todas as reuniões, inclusive com o Governo do Estado do Pará, o dinheiro para apoio aos catadores só poderá ser gasto para pagar trabalho de universidades, ou ONGs de capacitação, ou, ainda, na contratação direta de empresas construtoras e na compra de máquinas e equipamentos. Existe dinheiro, mas ele não vai para o apoio direto aos catadores, ele fica no meio do caminho."*

Obrigada, gente. (Palmas.)

**A SRA. ERICA MARQUETE** - Continuo:



*"Por fim, é importante registrar que todas as ações da Prefeitura de Belém vão na direção de reconhecer o catador apenas na sua vulnerabilidade social, mas nunca como agente de desenvolvimento profissional. Na reciclagem somos mantidos na condição de famílias em situação de miséria, descumprindo-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que reconheceu os catadores como importantes para a gestão dos resíduos sólidos no Município."*

**A SRA. ANA LÚCIA PINTO MORAES** - Vou entregar agora, em mãos, ao Sr. Deputado Arnaldo Jordy, um pedido para que ele venha nos ajudar nessa caminhada, porque sabemos que sozinhos não chegamos aonde queremos. E sabemos que, como Presidente da Comissão do Meio Ambiente, o Deputado pode nos ajudar nessa grande caminhada, pois não vamos desistir, mesmo as prefeituras e o Comitê Interministerial de Inclusão de Catadores — CISC — e pode ser que o Sr. Deputado Arnaldo Jordy diga também que não temos direito à indenização — dizendo o contrário. Mas o catador é forte, só sai de lá com os direitos dele.

Não temos hoje nenhum centavo ainda para indenização, mas sabemos que podemos conseguir, porque nós somos fortes, somos catadores do Lixão do Aurá. (*Palmas.*) Este é o primeiro seminário, e nós vamos estar em todos.

Vou deixar de lado o medo do avião e vou chegar até Brasília, junto com uma comissão de catadores, para lutarmos pelos nossos direitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - Alguém se inscreveu para fazer perguntas? Acho que há uma inscrição. O senhor quer subir para fazer a pergunta também?

Foram quatro inscrições. Vamos fechar nos quatro.

Passem o microfone para ele não ter que subir.

**O SR. ANDRÉ COSTA NUNES** - Eu não quero fazer perguntas, eu quero fazer denúncia.



Meu nome é André Costa Nunes, sou escritor, mas só quem vive disso é o Paulo Coelho. Por isso, tenho um restaurante que vende galinha caipira e filhote no tucupi lá no Uriboca. Convido todos à Terra do Meio. *(Risos.)*

Deixem-me respirar fundo. Eu caí porque há um batente que é da mesma cor do tapete, feito para cairmos mesmo. Isso é coisa de arquiteto vagabundo. *(Risos.)*

Hoje, para mim, é uma realização, por dois motivos. O primeiro é que há muito tempo eu não via uma categoria tão guerreira e tão disposta a conseguir e a lutar pelos seus direitos, como é a dos catadores. *(Palmas.)*

Vocês não conhecem a minha história, mas podem crer, com vocês, estou em casa. A história de vocês eu já conheço um pouco.

Eu moro no Uriboca há 25 anos. Frequento lá, porque tenho a minha casa lá há 41 anos. O Uriboca fica em Marituba, que é uma bacia. Há uns riosinhos que formam o Uriboca: o Uriboquinha, o Igarapé-Apara, o Aracanga e outros. Mas era uma pequena bacia, e eu já estava me enxerindo para fazer esse negócio de que estavam falando: Comitês de Bacia. E o orgulho nosso era que o Uriboca era o único rio de todas as áreas metropolitanas do Brasil ainda não poluído.

De repente, gente — eu moro na nascente do Rio Uriboquinha —, para tudo, para tudo, e o assunto passa a ser o lixo.

Para a gente entender essa coisa, aqui a gente faz posicionamentos bem pontuais, como na questão dos catadores, que vão ser indenizados. E eles têm que ser indenizados mesmo, de qualquer maneira, porque trabalharam. *(Palmas.)* A CLT não pode ser vesga, os legisladores não podem ser cegos, enfim, todos deve ver uma situação dessas.

Então, o lixo é o maior negócio do mundo no século XXI. O lixo está para o século XXI como o petróleo estava para o início do século XIX. Não tem jeito, gente! É um negócio espetacular, um negócio da China!

Eu escrevi um artigo intitulado *A Máfia do Lixo*, que aborda o problema na Itália. Para vocês terem ideia, quem saiu na frente nessa coisa de coleta do lixo, assim, industrial, bonitinho, foi a máfia italiana, a Camorra. E ela, com empresas certinhas, todas bonitinhas, seguindo todas as regras da Europa, foi ganhando as licitações na Itália.



Gente, o troço é tão violento que, quando eles — isso foi coisa de pouco tempo atrás, na década de 90 — terminavam, após 15 anos, 10 anos, faziam o aterro todo bonitinho. Nós não temos aqui... Eu queria que estivesse aqui o Secretário do Meio Ambiente para eu perguntar para ele se ele tem a fiscalização suficiente, como a Europa tem. E a Europa dançou; dançou, gente!

E há um livro chamado *Gomorra* — Saviano é o autor, italiano. Ele está escondido, protegido pela polícia, como o Salman Rushdie, porque a máfia quer acabar com ele, porque ele denunciou que, perto de Nápoles, o que aconteceu? Acabado o lixo e tal, os búfalos e as búfalas entraram, comeram capim. A Itália nessa região tinha uma região chamada "*terroir*", que era exclusiva para a produção de mozzarella. A entrada da mozzarella da Itália foi proibida na maioria da Europa e no Japão, porque estava contaminada com cádmio e chumbo desses lixões.

Então, a coisa é muito, muito séria. Isso não acontecia antes — sabe, gente — da existência de celular, de pilha, dessa coisa toda. Não acontecia! Lá em Altamira existia o boi da carroça, que levava o lixo lá para algum lugar. Em pouco tempo, o urubu dava o jeito... E o que sobrava a gente enterrava. Mas, agora, o buraco é mais embaixo. Agora, é radioativo, agora é perigoso — não é doutora? Não dá mais para se tratar o lixo como no tempo do boi da carroça e no tempo de Belém, gente.

Gente, para vocês terem ideia, Belém é uma baixada. O pessoal de grana ocupou as partes altas e jogou o povo para a parte alagada. E as outras partes altas foram ocupadas pela União, com SNAPP, com Exército, com Marinha, com Aeronáutica, com Ministério da Agricultura, essa coisa toda. Então, o povo teve que ir para a baixada. E, nessa baixada, foi aterrada a rua com lixo. Vereador se elegeu conseguindo que jogassem o lixo nas ruas do Guamá, do Jurunas, da Estrada Nova... Os mais antigos sabem disso — e eu sei. (*Risos.*) Eu sei, porque eu tenho 75 anos. E o diabo não é sabido porque é diabo, é porque é velho.

De repente, uma empresa multinacional chamada Revita, do Grupo Solví, batalhou e conseguiu junto à SEMA uma autorização para fazer um lixão exatamente em cima da Bacia do Rio Uruboca, daquele um que eu falei ainda agora, que era o único rio ainda não poluído. Foi uma loucura! Nós batalhamos. Tenho tudo documentado. E eu acreditei no Ministério Público Estadual, acreditei. Tem alguém



do Ministério Público estadual aqui? Eu estava com ira para falar de manhã, por quê?

**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - É o tempo.

**O SR. ANDRÉ COSTA NUNES** - Porque fizeram cinco audiências públicas: Marituba, não sei mais o que e tal, eu fui a todas, e os catadores também foram. Foi rejeitado por unanimidade. Vocês se lembram disso, não é? A lei dizia que o resumo da ata tinha que ser entregue no dia e que, 3 dias depois, a ata completa. Demorou 6 meses para ser entregue, com muito expediente. Tenho 1 minuto? Obrigado.

Então, gente, quarta-feira passada a Secretaria de Meio Ambiente deu autorização de funcionamento para a multinacional Revita pegar o lixo de Belém.

Ora, gente: não sei se está escrito — provavelmente não —, ninguém faz um empreendimento desses para lixo de Belém! Esse empreendimento é para importação de lixo, como já é feito no Sul do País; importação da Holanda, da Alemanha, como fizeram na Itália. É importação de lixo.

Então, eu queria fazer um apelo. Primeiro, essa lei de 2012 está cheia de incongruências. Gostaria que fosse revista essa lei, para que constasse, expressamente, a proibição de se importar lixo de qualquer espécie, de qualquer parte do mundo.

**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - Obrigado, Sr. André.

Vamos ouvir agora o Potiguar.

**A SRA. SABRINA GIMENES DE ANDRADE**- Já é proibido, de acordo com a Lei 12.305.

**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - Potiguar, você tem 1 minuto para perguntar.

**O SR. FRANCISCO POTIGUAR** - Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, eu queria agradecer a oportunidade de participar deste evento, que para mim tem sido uma surpresa, pela qualidade dos debates que se deram até agora — isso me surpreendeu muito. Eu fiquei muito feliz de poder ter tido esta oportunidade, principalmente por este debate que está se dando agora.

Eu acho — e aí vou repetir o meu amigo André Nunes — que vocês, os catadores, estão dando um *show* de capacidade de mobilização, de determinação, para vocês conseguirem a vitória. (*Palmas.*)



Só reforçando a ideia que foi posta aqui pela associação de vocês, apresentada pela Ana: eu acho absolutamente justa a reivindicação para que vocês recebam uma indenização. Eu acompanhei, no ano passado, o processo de retirada dos catadores lá do aterro sanitário, do Lixão de Gramacho, no Rio de Janeiro, que, se não me engano, era o maior da América Latina.

Evidentemente, nós temos que ter a modernização, o compromisso social do tratamento de pessoas em determinadas áreas. Da forma como são tratados hoje os resíduos sólidos, isso acaba sendo um risco. Portanto, nada mais do que justo que vocês recebam essa indenização.

Eu quero dar um exemplo de vida aqui. Eu tenho 27 anos de profissão como indigenista, trabalhando na causa indígena. Trabalhei em vários locais do Brasil e acompanhei de perto processos indenizatórios de famílias muito numerosas, que recebiam sempre indenização por ocuparem terras indígenas. Era gente que entrava na terra indígena, destruía, desmatava, até matava índio, e só saía de lá depois de muito bem indenizada.

Eu participei de várias comissões que percorreram terras indígenas em diversos Estados brasileiros, inclusive em Roraima, na área da Raposa Serra do Sol. Saiu de lá o Paulo Cesar Quartieiro, um sujeito que era Deputado Federal até um dia desses; que incentivou, destruiu a área do lavrado roraimense, ganhou muito dinheiro e saiu de lá com indenizações miliardárias para vir destruir aqui o Marajó.

Então, se pode para esse povo, tem que poder também para os catadores. *(Palmas.)* O Brasil só vai ser bom, o Brasil só vai ser melhor, se for de todos. Não pode ser bom para uns e ruim para outros. *(Palmas.)* Ou é de todos ou não é.

**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - Obrigada, Potiguar.

O próximo é o Joaquim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos, Joaquim.

**O SR. JOAQUIM TAVARES** - Boa tarde a todos e a todas! O meu nome é Joaquim Tavares, eu sou aqui de Belém. Meus cumprimentos à Mesa e à Câmara dos Deputados pela iniciativa do evento, por intermédio do Deputado Arnaldo Jordy.

Eu gostaria de fazer aqui um pronunciamento e um questionamento, mas também deixar algumas sugestões em relação ao que eu vou dizer aqui a vocês sobre o meio ambiente.



Um bom serviço de energia elétrica, de água e de esgoto reflete positivamente na qualidade de vida dos moradores de uma cidade. No entanto, por incrível que pareça, esses dois importantes serviços de utilidade pública não recebem a devida atenção de nossos administradores, e o resultado disso nós vemos no nosso dia a dia, com constantes picos de energia e escuridão, falta do precioso líquido nas torneiras, desperdício na rede de distribuição de esgotos, com canos entupidos que causam grandes engarrafamentos.

A engenharia sanitária nos oferece dois sistemas de esgotamento de água. O primeiro, chamado de esgotamento sanitário, recolhe as águas dos domicílios produzidos pelas pias de cozinha, pelos banheiros, pelos tanques de roupas e pela descarga dos vasos sanitários. Em seguida, uma rede de tubulação leva toda essa água servida a uma estação de tratamento, que dará uma adequada destinação final a ela.

No segundo sistema, o esgotamento pluvial, as sarjetas recolhem as águas das chuvas, das lavagens dos carros, dos pátios das residências, das calçadas, também através de uma rede de tubulação, águas que são levadas e coletadas inicialmente nas chamadas galerias, que, por sua vez, lançam essas águas nos cursos dos igarapés, dos rios e baías. Esse sistema recebe indevidamente ligações irregulares, clandestinas, de águas servidas das residências.

Como a maioria das nossas cidades, sejam elas ricas ou pobres, não dispõe de um bom sistema de esgotamento pluvial, um volume maior ou menor de água da chuva irá fatalmente provocar alagamentos, que são ainda maiores e mais demorados quando encontram a sua rede de esgotamento entupida por sacolas plásticas, copos descartáveis, garrafas PETs ou outro tipo de material não degradável, que funcionam como verdadeiros tampões, dificultando o normal esgotamento dessa água.

Dessa feita, a única maneira de acabar com esses alagamentos que tanto atormentam a vida do cotidiano do cidadão é proibir o uso ou a industrialização desses materiais não degradáveis, que, mal utilizados, entopem os nossos bueiros e e coletores subterrâneos.

Esse é o meu questionamento e as minhas sugestões, Deputado. (Palmas.)



**O SR. MAURO FERREIRA** - Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde à Mesa. Minhas congratulações ao nobre Deputado Arnaldo Jordy.

Eu sou funcionário da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER do Pará, pedagogo e extensionista rural. O meu questionamento vai para a Sra. Sabrina, representante do Ministério do Meio Ambiente. Dentro da extensão rural, nós observamos muitos impactos ambientais, principalmente em relação à questão da produção de resíduos sólidos. A Dra. Sabrina estava falando sobre a política de logística reversa, e o meu questionamento é tanto para o Ministério do Meio Ambiente — MMA como para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente — SEMA. São produzidas milhões de toneladas, por ano, apenas de embalagens de produtos agrotóxicos na agricultura familiar do Estado do Pará. Essas toneladas de embalagens plásticas não recebem o devido tratamento, dentro da perspectiva da tríplice lavagem, tampouco existem estações ou unidades coletoras e receptoras dessas embalagens.

Então, não adianta apenas criar políticas que obriguem os agricultores a fazerem a coleta e a darem destino adequado se, na verdade, o próprio poder público não cria uma infraestrutura para poder receber e dar o destino necessário a essas embalagens. Inclusive, os catadores aqui do Aurá, com certeza, já devem ter algum dia visto ou recebido, durante o seu trabalho, algumas embalagens de produtos agrotóxicos extremamente prejudiciais à saúde, altamente nocivos.

O meu questionamento é: como esse agricultor pode ser punido pela legislação, pode ser obrigado, se, na verdade, o próprio poder público não cria ferramentas e estruturas para que ele possa dar o destino adequado a essas embalagens de resíduos sólidos?

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. SABRINA GIMENES DE ANDRADE** - Deixa eu responder primeiro a pergunta do Joaquim Tavares com relação às sacolas plásticas, aos produtos biodegradáveis. Existe uma outra Secretaria no Ministério do Meio Ambiente que se chama Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, que trabalha especificamente esse tema e que publicou, não muito recentemente, um plano de produção e consumo sustentável. A Secretaria está discutindo o tema, tem um grupo só para discutir o problema das sacolas plásticas junto com os fabricantes, para ver



se vai ser biodegradável, se vai ser paga, se não vai ser paga, se vai ser destacada em nota fiscal. Então, tem um grupo estudando isso. É preocupação do Ministério, sim. Há um plano para tentar estimular o consumo e a produção sustentáveis. Esse plano está disponível também no *site* do MMA. Então, respondo que sim, é uma preocupação, porque a prevenção também é importante. Não basta só cuidar da destinação, é preciso cuidar desde a fonte, utilizando tecnologia mais limpa, produção mais limpa.

Agora, com relação aos agrotóxicos, existe especificamente uma instituição chamada Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias — INPEV, que é uma organização formada pelos próprios fabricantes de agrotóxicos, e eles são responsáveis por receber essa embalagem. O poder público não tem como receber ou ter um local para receber esse tipo de produto. Então, são os próprios fabricantes que têm que dar destinação às embalagens. Então, nesse caso, tem essa organização formada pelos próprios fabricantes que recolhem esse tipo de produto.

Quanto à pergunta se o agricultor pode ser penalizado, digo que, a princípio, não. A obrigatoriedade de recolher é do fabricante. A responsabilidade maior é do fabricante. Ele tem que devolver para o fabricante. Não é ele que vai ser penalizado. Não sei se está claro...

**(Não identificado)** - Na verdade, os fabricantes se recusam a receber as embalagens.

**A SRA. SABRINA GIMENES DE ANDRADE** - Mesmo a INPEV?

**(Não identificado)** - Se você andar pelo Pará, você pode andar pelo interior e ver centenas de milhares de embalagens espalhadas...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. SABRINA GIMENES DE ANDRADE** - Então, aí é um problema da fiscalização. Tem que haver uma denúncia mesmo. Não é um problema tanto de política, mas da fiscalização. É preciso uma denúncia.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Deixem-me só responder duas questões. Se eu não falar aqui, a Ana não nos deixará desfazer a Mesa.

Estou contemplado. Quero parabenizar o pessoal dos catadores, a associação.



Quanto a esse problema, eu, particularmente, não creio que essa lei vá ser cumprida em 2014, porque não é só um problema de Belém; é um problema do Brasil.

Acho que houve uma frustração na execução dessa política, porque não basta decretar a extinção dos lixões. São 25 anos dessa atividade. O ser humano se organiza, planeja, a sua vida passa a girar em torno de uma atividade econômica. Não se pode decretar a extinção daquele modo de vida, daquela renda, daquela receita. Famílias estão sendo supridas por uma atividade que se banalizou na paisagem — para usar uma expressão que hoje o Gustavo usou de manhã. Essa paisagem foi banalizada durante 1/4 de século, e, de repente, alguém decreta que isso tem que desaparecer do dia para a noite. Isso não é assim. A vida não é assim.

Eu creio que já se está discutindo há algum tempo na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, desde o ano passado, em vários debates, inclusive com os Ministérios da área — Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente —, Fundação Nacional de Saúde — FUNASA e outros órgãos que são afetos ao assunto, no sentido de que isso vai ter que ser adiado.

E é uma medida provisória. Eu conversava aqui com a Sabrina, e acho que ela comunga desse cenário de expectativa. Deve ser enviada uma medida provisória ao Congresso, estendendo esse prazo acerca dos lixões, por uma razão única: a ineficiência da política. Esta é a verdade: pela ineficiência da política. (*Palmas.*)

Vejam bem: essa é uma expectativa que eu tenho convicção por causa dos dados, ainda mais neste ano. Daqui a pouco vêm a Copa, as eleições, e acabou o ano. Esta é a verdade.

Segundo: com relação à indenização, acho mais do que óbvio e justo que essa indenização ocorra. (*Palmas.*) Se essa atividade econômica vai ser eliminada, há indenização. Mas, mais importante do que a indenização, gente, é como essas pessoas se inserem nessa cadeia produtiva de que o André falava agora, que é poderosíssima e economicamente virtuosíssima, como é que a associação dos catadores se reinsere nessa política.

E aí, de novo, a briga, porque, em geral — não estou falando desse caso; não estou falando de Belém, de Ananindeua, de Porto Alegre, de São Luís; estou falando em geral —, são interesses poderosos de empresas que são negociados para que



elas tenham a exclusividade da utilização dessa cadeia produtiva, em detrimento dos pequenos.

Então, isso vai ter que ter uma articulação política, social, no sentido de resistir a essas sugestões que, mais uma vez, se impõem de cima para baixo e à revelia das vidas humanas que estão ali a depender daquela atividade econômica.

Mais do que a indenização, seja lá quanto ela for — pode até não ser aquilo que os senhores acham que seja o justo —, na minha opinião, tão importante ou mais importante do que a indenização, cujo recurso é finito, um dia acaba, é como os senhores vão ser reinseridos na atividade da cadeia produtiva do lixo ou dos resíduos sólidos, para que haja uma perspectiva de integração. *(Palmas.)*

Vocês não podem ser tratados com caridade, com esmola, como a maioria das pessoas, a quem se dá uma bolsa e manda se virar. virar. Isso não pode ser tratado assim. Isso é indigno para a atividade humana. O que vocês querem é ter uma inserção digna, produtiva, nessa atividade, nessa cadeia produtiva do lixo. *(Palmas.)* Então, nesse sentido, contem integralmente com o meu mandato, não só na condição de Presidente, hoje, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, mas na condição de Deputado Federal do Estado do Pará.

E, por fim, eu queria só falar sobre a questão do agrotóxico, um problema sério que o companheiro levanta. O Brasil é o maior consumidor mundial de agrotóxicos. É 1 milhão de toneladas/ano de consumo. Essas indústrias que, muitas vezes, não conseguem fazer o seu pé-de-meia no seu país de origem, essas multinacionais encontram no Brasil uma porteira aberta para recepcionar, e nós precisamos... Essa cadeia da produtividade de grãos brasileira, com a utilização de defensivos agrícolas é absolutamente desequilibrada. Inclusive, eu estou constituindo, a partir de uma audiência pública havida na semana passada, na Comissão de Meio Ambiente, com vários especialistas no assunto... E podem acessar o *site* da Comissão de Meio Ambiente, que vai estar lá todo o material crítico do debate produzido, nós ouvimos muita gente. Eu estou designando, na terça-feira que vem, a constituição de uma Subcomissão na Comissão de Meio Ambiente, para discutir só legislações, alterações legislativas em relação à política de agrotóxicos no Brasil, que está completamente desequilibrada, inclusive atingindo



a saúde humana. Existem dados, e aqui já foram referenciados alguns casos, porque nós não podemos ser o quarto ou quinto maior produtor de grãos e termos o maior consumo de agrotóxico, inclusive com produtos proibidos na China, na Europa e nos Estados Unidos, que no Brasil estão à venda sem nenhuma restrição, sem nenhuma limitação. Isso, evidentemente, traduz um abuso, uma distorção.

Então, eram essas as duas considerações que eu queria fazer em relação ao que foi colocado aqui.

Obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - Obrigada, Deputado Jordy.

A gente está encerrando o painel da Política Nacional de Resíduos Sólidos. É um tema que rende muito, mas aqui já fica o compromisso e o pedido ao Deputado para a gente ter outros momentos de discussão em relação a essa questão. Os catadores vão estar aí, vigiando e cobrando, Deputado Jordy. Então, agradeço muito à Sabrina, à Professora Ludetana, parceira de sempre, e à Ana. E o agradecimento mais do que especial vai para todos os catadores lá do Aurá por esse debate extremamente importante. *(Palmas.)* Todos nós estamos na luta, junto com vocês, e vamos em frente. E hoje vocês mostraram uma organização tremenda.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. COORDENADORA** (Patrícia Gonçalves) - Mas bem rápido.

Então, gente, muito obrigada. A gente vai ter um outro painel agora extremamente importante também, mas a Regina quer falar rapidamente. Fala Regina.

**A SRA. REGINA SILVA** - Primeiramente, eu queria lhe agradecer. E eu vou ficar com muita esperança no meu coração de que você vai levar as nossas reivindicações a todos os Deputados. Pode ter certeza de que eu vou ficar aqui orando para Nossa Senhora de Nazaré olhar por todos nós. Tá bom? Muito obrigada, tá? Vai desculpando qualquer coisa, que eu sou assim mesmo, eu falo muito, tá? Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigada, Regina.

Gente, essa questão da indenização não dá para resolver por emenda parlamentar. Eu não estou aqui para enganar ninguém e também não vou iludir vocês. Isso não pode se resolvido por emenda parlamentar, porque emendas



parlamentares individuais têm uma limitação muito pequena. E o problema das indenizações dos catadores de lixões não é só um problema de Belém, mas de todo o Brasil. Isso tem que ter uma política pública no Orçamento, alguém falou aqui. Tem que estar incluído no Orçamento de 2015, e, lamentavelmente, ainda está uma briga, que não se sabe se o Orçamento vem pela rubrica do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Cidades, da FUNASA... Qual o outro Ministério, Sabrina? *(Pausa.)* São os três. Então, fica esse jogo de empurra. Nós, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados — e esse é o compromisso que eu quero assumir com vocês —, temos que entrar em contato com a Casa Civil, ou com a Relações Institucionais, ou através do Ministério das Cidades, ou com todos eles, para que se defina por onde é que essa rubrica... Porque tem que constar no Orçamento da União a política de indenização daqueles lixões, principalmente se isso for adiado, como provavelmente deverá ser, através de uma medida provisória, talvez para 2015, ou não sei para que data. Mas isso tem que constar no Orçamento da República. Isso é uma política pública que precisa, portanto, ter previsão orçamentária. *(Palmas.)*

Eu queria, mais uma vez, agradecer a todos... Vários dos que estão aqui, dos catadores da associação, estão aí de virada, porque trabalharam, inclusive, à noite. Eu queria agradecer-lhes a paciência e a determinação, e parabenizar a Ana e a Regina pela organização de vocês.

Nós estamos aqui chegando para a última Mesa do nosso Seminário. É um assunto extremamente importante, a questão da defesa, da proteção e da promoção da qualidade de vida animal. Nós não temos, nem em Belém, nem em Ananindeua, nem no Estado, uma política pública que possa proteger e promover a vida animal no Estado do Pará. Isso é um problema nacional também, e eu gostaria que aqueles que pudessem ainda terminar... Nós não vamos demorar muito, porque nós estamos com o horário também já atrasado, desde o início, mas eu queria pedir a atenção de todos para que a gente possa concluir o nosso seminário com esse último painel.

Eu queria já, sem maiores delongas, agradecer à Ana, à Regina, à Patrícia, à Sabrina e à Ludetana pelo brilhantismo desse debate. E também quero dizer a todos que, no final, nós vamos constituir uma Comissão, que vai ficar aberta, porque a ideia deste seminário é tirar um grupo de trabalho que possa, depois, monitorar



iniciativas em relação a cada um desses pontos. Isso não pode morrer aqui, porque às vezes a gente faz seminário, o debate é bacana, todo mundo sai satisfeito, as ideias são maravilhosas, e não sai nenhuma consequência em seguida. Então, a ideia é que a gente possa tirar um grupo de trabalho, que é voluntário, e quem quiser depois é só dizer “*Olha, eu quero participar*” e tal. E vai ficar o *site*, depois, para quem quiser pensar hoje, neste final de semana e na segunda-feira, para dizer “*Não, eu quero participar*”. A gente vai tirar um grupo de trabalho que possa monitorar iniciativas que foram frutos do debate deste seminário.

E os eslaides e as palestras que foram apresentadas aqui em *power point* vão ficar no *site* da Comissão de Meio Ambiente... É isso? Eu falei aqui meio...

**(Não identificada)** - Pode colocar?

**(Não identificado)** - Vai publicar na Internet?

**O SR. PRESIDENTE** ( Deputado Arnaldo Jordy) - Vai ser publicado também na Internet todo o conteúdo do nosso trabalho.

Bom, feitos os agradecimentos e as formalidades, o quarto painel é sobre a discussão a respeito dos Instrumentos Legais de Proteção e Promoção da Vida Animal. Queria convidar aqui a nossa amiga...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Um dos sucessos desta Mesa é porque só tinha mulher. Eu estava aqui de enxerido, porque não estava previsto participar da Mesa.

Eu queria convidar aqui a nossa amiga Olinda Cardias, Presidente da Associação para Combate aos Maus Tratos de Animais — ASSCOMA; o Capitão Marcelo Robis Nassaro, Chefe de Operações Especiais da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo, que já esteve conosco lá na Comissão também, fazendo o debate; o Professor Doutor Djaci Ribeiro, Coordenador do Projeto Carroceiro da Universidade Federal Rural da Amazônia, que também participa do Fórum Estadual de Proteção e Promoção da Vida Animal, e tem uma militância dedicada também a essa causa animal.

Pediram-me para dar um aviso aqui. Eu quero avisar a todos que, hoje, nós estaremos recebendo a visita aqui, no Estado do Pará, do ex-Governador Eduardo Campos, que é um dos pré-candidatos à Presidência da República. A partir das



18h30min, lá no Hangar, ele estará fazendo uma palestra aberta ao público. Portanto, todas as pessoas que quiserem participar desse debate estão convidadas a comparecer a esse evento.

Eu queria também convidar o Sr. Roberto Cabral, Analista Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente — IBAMA, que também vai abrilhantar aqui a nossa Mesa, com a sua experiência e as suas observações sobre esse tema.  
(Pausa.)

Então, nós vamos ouvir inicialmente a Presidenta da Associação para Combate aos Maus Tratos de Animais — ASSCOMA, nossa amiga Olinda Portal Cardias, militante da causa animal e também uma das coordenadoras, eu posso dizer assim, do Fórum Paraense de Defesa Animal, de combate aos maus tratos de animais e de promoção da vida animal.

É uma chatice que me cabe aqui — coordenador é sempre assim — pedir o máximo de objetividade nas manifestações, para que a gente possa ter a oportunidade de pequena interação, como nos outros painéis, com o público presente.

**A SRA. OLINDA PORTAL CARDIAS** - Boa tarde a todos. Eu quero parabenizar e agradecer a inclusão desse tema tão importante em um seminário nacional.

A proteção animal ainda vê o animal como coitadinho. Sempre pensamos que eles precisam de proteção, mas de uma forma emocional. O que nós ativistas da causa queremos é respeito e cumprimento das leis.

Em Belém do Pará, falta tudo para todos os segmentos. A causa animal também é desassistida. Não existe um censo animal para saber quantos cães, gatos e cavalos nós temos. Vemos problemas imensos.

Por exemplo, no painel anterior, falou-se que 58 pessoas detêm cavalos no lixão do Aurá. Com o fechamento desse lixão, para onde irão esses animais, se não existem políticas públicas em Belém do Pará? Eles irão para o local onde a gente vê animal todo dia: as ruas. Vejam, há uma informação, mais atualizada ainda, do Prof. Djacy Ribeiro, de que existem 300 cavalos no lixão do Aurá.



Eu trouxe até um dado para passar para vocês. Presume-se que exista uma população de 176 mil cães e 44 mil gatos em Belém, sem falar em região metropolitana.

Por que acontece tudo isso? Pela falta de aplicação das leis, pela não fiscalização das fábricas de filhotes e pela compra indiscriminada de animais que depois serão abandonados.

Gente, aqui eu quero colocar que essa questão é de saúde pública! Esses animais que vivem nas ruas estão doentes. Depois, o Prof. Djacy vai expor, mas eu vou adiantar um pouco, a questão dos cavalos.

Existem muitos cavalos doentes trabalhando no dia a dia. Então, é uma questão muito difícil de trabalhar. Mas nós estamos aqui para buscar respostas.

Outro dado interessante é que, para cada criança que nasce, nascem 15 cães e 45 gatos — para cada criança que nasce. Para onde irão esses animais? Para as ruas, é claro.

O que falta em Belém, nas regiões metropolitanas e, acredito, até em boa parte do Brasil? Políticas públicas. O que nós queremos com políticas públicas? Nós queremos que existam campanhas de vacinação em massa — hoje em dia não são em massa —, que também existam campanhas de castração em massa — para isso, nós precisaríamos ter hospital veterinário —, a criação de uma secretaria de promoção e de defesa dos animais. Isso seria fundamental, porque, hoje, no HOVET — Hospital Veterinário da UFRA — Universidade Federal Rural da Amazônia, faz-se, sim, castração, mas não da forma que gostaríamos que fosse; a mesma coisa no Centro de Controle de Zoonoses, que não tem essa função. O Centro de Zoonoses é para saúde pública, ele não é para ser hospital veterinário.

Campanhas educativas. Isso é muito importante, porque a educação é tudo. É preciso educar as nossas gerações futuras, porque esta, na minha opinião, já está perdida. Não adianta ficar batendo na mesma tecla para os adultos, eles não vão entender e ainda vão achar que essa questão é de menos importância. Por que queremos educar as próximas gerações? Para que elas, sim, absorvam essa necessidade de mudanças dos paradigmas que hoje estão vigendo.

Eu sou partidária da Educação Humanitária, que é uma educação que traz o respeito a todas as formas de vida. Se implantada dentro das políticas públicas



pelas Secretarias Municipais, mudaria radicalmente o conceito que se tem hoje de animal.

Aplicação da lei. Não existe a aplicação da lei. Os nossos órgãos estão ineficientes. A única delegacia que pretensamente poderia fazer uma vistoria em relação à questão dos maus-tratos aos animais é totalmente inoperante, com pessoal, de certo ponto de vista, até despreparado para estar lá. Quando alguém da proteção chega a essa delegacia, é maltratado por essas pessoas, que o menosprezam, dizendo: *“Ah, animal? Não interessa!”*

Falta de estrutura dos órgãos, como eu já coloquei. E o problema muito grave que existe em Belém do Pará, além de toda a superpopulação dos animais, é a tração animal. Existe uma lei, já regulamentada e não implantada até hoje pela Prefeitura Municipal de Belém.

Então, são vários problemas, que eu estou aqui colocando, que são reais, que estão aí. As políticas públicas são importantíssimas para que a gente possa mudar essa situação.

Eu fiquei observando a força das pessoas do Aurá. Eu gostaria, realmente, que esse auditório estivesse superlotado de protetores ou de defensores dos animais, porque eles não podem falar. Se eles pudessem, estariam aqui, lotando este auditório, como fizeram as pessoas do Aurá. Perfeito! É assim que se conquista, e não achando que o animal é o pobre coitado, nem lotando minha casa de animais, para fazer o trabalho que a Prefeitura deveria fazer.

Dito isso em várias pinceladas, porque a gente não tem muito tempo, eu fiz um pequeno resumo do que acabei de falar. Acredito que seja impossível desassociar essa questão da do meio ambiente. Ela é urgente! Ela é uma questão de saúde pública, que nós temos, sim, que discutir, porque, senão, não vamos ter controle sobre isso.

O resumo que eu quero fazer é o seguinte. Para que essas situações possam mudar, teremos que controlar a população de animais, através de um método eficiente de esterilização; promover uma alta cobertura vacinal, inclusive contra a raiva — que, graças a Deus, em Belém não existe —; incentivar uma educação ambiental voltada para a guarda responsável; viabilizar a elaboração e a efetiva implementação de legislação específica; efetivar o controle do comércio de animais.



Hoje, isso não existe, todo mundo pode ter seu criadouro no fundo do quintal, vender quantos animais quiser, e, no final, eles vão para as ruas, também abandonados. Não se abandona só vira-lata, abandonam-se também animais de raça; implantar um eficaz sistema de identificação e registro — isso é importante demais —, para sabermos quantos animais existem na nossa cidade; promover a socialização e o melhor entendimento de comunicação, para diminuir as agressões. Muitos animais vão para o CCZ exatamente porque demonstram, em algum momento, alguma agressividade. Como o próprio Município não tem como fazer isso, aquele animal, provavelmente, será eutanasiado.

Eu também quero colocar aqui que a Educação Humanitária, como já falei, reconhece que os animais têm necessidades e são seres sencientes. Isso se chama empatia. Tem que haver a interdependência, que é reconhecer que os humanos compartilham o meio ambiente com outros seres; compreender as ações humanas que possam afetar os animais e outros seres vivos — esses são os conhecimentos —; e desenvolver e mostrar atitude de compaixão, respeito e responsabilidade —, esses são os valores.

Eu concluo dizendo o seguinte: por fim, deve o poder público implantar políticas públicas que promovam a dignidade e o bem-estar dos animais através da vacinação, da esterilização em massa, assim como da educação para a guarda responsável, visando o alcance de uma real aplicação das normas ético-ambientais relativas à fauna, sendo que esse registrar e atuar do poder público deverá priorizar os seguintes aspectos: ser eficiente, no sentido de modificar condutas e prevenir o abandono futuro de animais; ser humanitário e justo, pois os animais são vítimas da falta de responsabilidade das pessoas; ser de responsabilidade de todos: autoridades, profissionais de saúde, educadores, especialistas em bem-estar animal, organizações não governamentais e cidadãos em geral.

Eu poderia ficar aqui falando por muito tempo, mas o nosso tempo é curtinho. Então, eu fiz apenas um resumo, porque ainda temos outras pessoas que vão falar.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Sra. Olinda, pelas suas considerações.



Passo a palavra ao Dr. Roberto Cabral, do IBAMA, para as suas considerações.

**O SR. ROBERTO CABRAL BORGES** - Boa noite à Mesa e a todos os presentes.

Eu quero fazer algumas considerações em relação ao tráfico de animais e, conforme foi solicitado, à Resolução CONAMA nº 457, que é uma resolução relacionada ao termo de guarda de animais silvestres e ao termo de depósito de animais silvestres.

Só para confirmar, o meu tempo é de 15 minutos no máximo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - No máximo.

**O SR. ROBERTO CABRAL BORGES** - Eu vou acelerar.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Essa é uma das realidades do tráfico, que a maior parte das pessoas acaba não vendo. A maior parte delas, quando vê o animal na casa do vizinho, na casa do tio, na casa de alguém, fala que ele é muito bem tratado, mas não vê o histórico que há por trás disso.

Esse é um resultado, também comum: o animal não resistir ao transporte e morrer. Mas quem recebe esse animal no cativeiro doméstico ilegal, que as pessoas muitas vezes menosprezam... Na verdade, só existe esse tipo de transporte, só existe esse tipo de morte, porque existe cativeiro doméstico ilegal, que, no caso, a gente ameniza, falando "cativeiro doméstico ilegal", mas se trata de receptação do animal silvestre.

Então, cada um que recebe o animal silvestre, na verdade, está contribuindo com o crime, está contribuindo com o traficante. Se não fosse ele, não haveria o traficante. Então, existe, sim, uma culpa em quem recebe os animais.

Isso aqui foi uma apreensão de seiscentos e poucos pássaros que estavam sendo transportados. Eles estavam debaixo de pneus, debaixo de um monte de coisa, e desses seiscentos e poucos, quatrocentos e trinta e poucos morreram. A gente observou essa situação.

Isso aqui é uma bancada.

Esse é o tráfico que as pessoas não veem. Esse é o resultado, é o que acontece por alguém ter um passarinho na gaiola, na maior parte das vezes.



Em termos de tráfico no Brasil, o tráfico se concentra principalmente nos grupos de aves, depois de répteis, e depois de mamíferos. Esse é o padrão do tráfico nacional. Eventualmente, é lógico quando se tem a apreensão de uma grande quantidade de tartaruga ou de outro animal, altera-se isso, mas, no padrão, a gente tem a preferência nacional pelas aves, no tráfico.

Bem, dentro do grupo das aves, os passarinhos os mais traficados. Então, em termo quantitativo, a gente tem essa questão. Principalmente, ali é colocado o nome científico, mas seriam: coleiros, coleirinhos, trinca-ferros, canários da terra. Aqui no Pará, a gente tem também muito curió traficado e mantido em cativeiro.

Esse aqui é um exemplo do que acontece na cidade de São Paulo, na verdade, no Estado de São Paulo. A apreensão é feita pela Polícia Militar de São Paulo e também coaduna com os números nacionais que a gente tem das espécies que são mais traficadas. Então, existe uma preferência. A verdade nua e crua é a seguinte: se o coitado do passarinho for bonito e cantar, vai acabar sendo perseguido. Então, o ideal para ele seria ser mudo e feio, e aí ele conseguiria se manter livre.

Não só pássaros são apreendidos, também a gente tem mamíferos capturados. Quando as mães são mortas, os filhotes são muitas vezes mantidos cativos e, depois, quando o poder público apreende é uma situação de como destinar o animal, que, por ser predador, tem que aprender a caçar, tem que passar por todo um processo para sua reintegração na natureza.

Aqui, uma situação num determinado cento de triagem: papagaios apreendidos. Existe um pensamento comum que é errôneo: o papagaio nunca mais conseguir voltar à natureza. Ao contrário. É lógico que nos primeiros dias ele fica ressentido, mesmo, parece isso, fica meio triste, mas depois você vê que ele começa a interagir com os outros papagaios que estão no local e, ao longo do tempo, consegue voltar à natureza. Então, dá para soltar esse animal. Ele continua mantendo uma característica de amansamento, não perde o medo do ser humano. A gente tem vários trabalhos que eles voltam a reproduzir, têm filhotes. Os filhotes voltam, inclusive, à vocalização ancestral da espécie, param de cantar o *llariê* da Xuxa e coisas desse tipo; os filhotes, votam a “falar”, vamos dizer assim, voltam a vocalizar como é típico da espécie.



O centro de triagem não funciona só para a questão de animal apreendido. Muitas vezes, serve para animal resgatado — esse aí é um tamanduá bandeira, cuja mãe foi atropelada. Então, nós temos três tipos de entrada de animal no centro de triagem: uma é vinda de apreensão; outra é resgatada em ambiente urbano ou coisa desse tipo — na hora em que entra, porque alguém ligou ou alguma outra coisa; e, terceiro, e a terceira é a entrega voluntária, espontânea. A pessoa chama, porque o animal apareceu na casa ou em algum local, e se encontra nessa situação.

Temos aqui as araras, também, no centro de triagem. Elas estavam numa antessala, vamos dizer, num viveiro, antes de irem para um viveiro de voo. As araras também voltam a voar. Araras com 15 anos de cativeiro, a gente já conseguiu reintroduzir à natureza. Demoraram, no máximo, 3 meses para voltar a voar, voltar a se adaptar. Soltar uma arara é diferente de soltar um passarinho. Se solto o passarinho, ele vai começar a se alimentar muito mais rapidamente, com mais facilidade, já a arara tem que voltar a se alimentar de forma natural. Não adianta eu pegar uma arara que está comendo banana, vamos supor, ou, como aqui no centro de triagem, comendo alimentação macia, e colocá-la na natureza para comer coquinho, porque ela vai chegar lá e não vai ter a musculatura suficiente para se alimentar. Mas existe condição de readaptação.

Aqui é a soltura. O art. 25 da Lei 9.605, que é a Lei de Crimes Ambientais, determina a soltura, é o primeiro procedimento: não havendo possibilidade de reintegração do animal na natureza, aí, sim, poderá ser destinado a zoológicos ou a entidades assemelhadas que o mantenha.

Neste eslaide nós temos a caracterização da Lei, a tipificação. Então, é proibido no País matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar a espécie na fauna. E, depois, incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, exporta, adquire, guarda, tem cativeiro, transporta, etc.

Então, temos os tipos penais principais: matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar; e, depois, vender, expor à venda, exportar, adquirir, guardar, ter em cativeiro. Esses são os tipos penais, são as caracterizações penais, e quem incorre nessa tipificação vai responder por um crime, com o quê? Seis meses a 1 ano de detenção e multa.



Só que existem diferentes tipos de cativeiros. Existe cativeiro legalizado, vamos considerar, porque ali essa arara tem uma anilha, foi comprada num criadouro, tem nota fiscal, tudo certinho, registrado. Existe o cativeiro ilegal, que é a do papagaio ainda mantido com corrente. A pessoa fala que adora o animal, mas o tem mantido com corrente. Muitas vezes ele destronca o pé — esse aqui estava doente —, e a pessoa não percebe isso; dá café com leite para o papagaio, sendo que papagaio não é mamífero, não toma leite. E também café não é, nunca, alimentação de papagaio na natureza; e dá girassol, que engorda pra caramba, deixa o animal obeso e com problema de fígado. É como se cada um de nós se alimentasse de coxinha ou simplesmente batata frita o tempo todo.

Outro tipo de cativeiro, exposto a uma situação de... cativeiro ilegal, exposto na rua.

Cativeiro doméstico. Quando alguém tem um passarinho na gaiola, mesmo falando que o trata bem, etc., é ilegal, significa que ele foi oriundo daquela situação de tráfico.

Captura — junto, também. A gente, em geral, tem muita captura. Pode-se perguntar: onde há mais capturas no Brasil? Em todo local vai-se ter captura. Em todo local que há contato com ambiente natural existem determinadas pessoas que, por não terem tido uma educação ambiental, acabam cometendo captura de animais.

Existe uma diferença bem clara, para quem trabalha com o combate ao tráfico, entre cativeiro em que se mantém o animal para si e o cativeiro para venda. Na hora em que se chega ao local, consegue-se perceber, nessa captura, que esse tipo de cativeiro é para venda e não um cativeiro em que aquela pessoa está mantendo aquele animal para si. Há uma visão distorcida da realidade, distorcida do que o animal gostaria. A pessoa, a princípio, não quer vender o animal. Este aqui, já se vê, é um cativeiro para venda.

Aqui, igualmente, é o que se vê, ao fundo de uma casa, escondido no meio do mato. Lá no Nordeste, também, os animais que iam sendo capturados eram mantidos aí até passar o caminhão para levá-los.

Aqui é um tipo de transporte típico de tráfico, por traficante de animal. É um corrupção, no caso. Aqui, uma rede de neblina, que é usada para capturas.



E onde começa a cumplicidade? Cada um que compra um animal irregular, cada um que aceita isso, cada um que não denuncia, cada um que vai a uma casa e considera aquilo como se fosse uma questão normal, é um cúmplice desse tipo de crime.

Então, o IBAMA, em determinado momento, fez a campanha *Isso Acontece Porque Você Compra*. Não adianta você fazer campanha para o traficante parar de traficar, porque ele não vai parar de traficar, essa é a vida dele. Então, quem a gente precisa sensibilizar são as pessoas, para elas conseguirem perceber que uma parte do comportamento delas pode influenciar e salvar a vida desses animais.

Quando há um papagaio preso em cativeiro, há um criminoso, que é a pessoa que lá o detém. Às vezes, as pessoas acham muito severo chamá-la de criminosa. Mas se isso está previsto em lei, então ela é uma criminosa. Pode ser que essa senhora, aqui, de 65 anos, essa vovó que está com o papagaio, não seja um perigo para a sociedade, e realmente não é, mas ela cometeu o crime de manter o animal em cativeiro. Se isso não for solucionado, o denunciante vai considerar que a lei não funciona, que os órgãos não funcionam, e para os amigos dessa senhora, para os vizinhos, todo o mundo, toda a corrente que está em volta, para a sociedade, a mensagem que se passa é a de que aquele crime é de menor importância, que não tem problema nenhum, principalmente se aquela pessoa mantém o animal.

Uma das coisas que acaba acontecendo é a seguinte: nem sempre, quando se vai a uma ação de fiscalização, há condição de retirada imediata de determinado animal, às vezes porque o animal é uma onça, e não tem como transportá-la; às vezes porque o animal é uma arara, e só há gaiolas no carro. Então, eventualmente, desde antes da Resolução nº 384, de 2006, ou a atual Resolução nº 457, de 2013, tinha que se deixar num tempo provisório aquela pessoa como depositária daquele animal, até que se concluísse o processo ou até que se conseguisse uma maneira de retirar aquele animal. E principalmente, se o que a gente vê é uma arara ou um passarinho, muitas vezes, eu posso pegar, apreender e soltar imediatamente, se ele estiver voando, estiver em condições e for da área; se é uma arara, se é um papagaio, eu tenho ainda que fazer esse animal se readaptar para poder voar. Então, não adianta eu pegar e retirar simplesmente do local, tem que ter um local para onde destinar esse animal.



Quanto a essa questão do local, eu já tenho uma notícia boa: a Superintendência do IBAMA do Pará está em fase de conclusão de recebimento do centro de triagem. Então, a gente vai ter mais um centro de triagem aqui em Belém.

Antes, a gente a tinha o TDDP — Termo de Depósito Doméstico Provisório, que tinha o seguinte filtro: impossibilidade de retirada. Eu só manteria o animal com aquela pessoa na impossibilidade de retirada, se ele não tivesse potencial evasão, e não tivesse ilícito oficial, e podia haver a autodenúncia. No que a Resolução nº 457, do CONAMA, inovou? Ela criou outra figura, que é o Termo de Guarda, que seria o seguinte: já chegou às mãos do IBAMA — às minhas mãos, inclusive— uma maritaca sem as patas, por ter sido capturada com o visgo. Não sei se todo mundo aqui conhece, mas visgo é uma cola de jaca, que o pessoal faz para colocar no pau e prender a ave. Como a ave perdeu as patas no momento de sua retirada do pau, é preciso cuidado específico e individualizado, o que nem sempre no zoológico se consegue.

Qual é a ideia do Termo de Guarda de Animais Silvestres? Seriam pessoas que não respondem por nenhum crime ambiental, por nenhum dano ambiental, que não têm animal silvestre, mas querem ajudar o poder público. Pessoas que gostam de animal se cadastrariam e perguntariam: *“Eu posso cuidar desses animais e tudo mais?”* O órgão poderá entregar-lhe, temporariamente, e a qualquer momento isso também pode lhe ser retirado.

O TDAS seria o caso daquele infrator que está naquela situação que o poder público ainda não tem condições imediatas de retirar o animal. Então, o infrator vai responder administrativamente, criminalmente, mas vai manter aquele animal com ele, com uma série de responsabilidades, enquanto o poder público cria condições para a retirada do animal. Então, ele seria autuado, e o prazo máximo é na conclusão do processo administrativo, segundo o art. 105 do decreto. E os filtros: impossibilidade de retirada imediata; estar na Lista PET, que é uma lista que vai ser editada, mostrará quais são os animais silvestres que poderiam ser mantidos em cativeiro, como animal de estimação; esse animal não ter potencial de evasão; não estar listado em listas oficiais; não estar ocorrendo a distribuição na área; não estar sujeito a maus-tratos e, finalmente, no fim do processo, isso se encerra e aquele animal tem que ser retirado de qualquer forma.



Então, vamos supor que eu tivesse essa gama de animais sujeitos a uma fiscalização do IBAMA, na verdade, uma gama de pessoas que tivesse com animais sujeitos à fiscalização. A primeira coisa é que o art. 25 manda a soltura, a menos que tenha justificado a impossibilidade de eu pegar, retirar e fazer a soltura. Então, alguns animais já seriam soltos, não ficariam mais com o infrator.

Quanto à Lista PET, os animais que lá não estejam listados também sairiam. Vamos supor, se a serpente não estiver na Lista PET, então, ela já sairia.

Eu também teria a figura do Termo de Guarda, que não é o infrator, ou seja, alguém que se cadastrou para passar o animal para essa pessoa infratora. Então, os animais que eu passasse para ele também não poderiam ficar.

Quanto ao potencial de evasão, os animais que tivessem potencial de evasão também não ficariam. Os animais em lista oficial também não ficariam.

Depois, se o tamanho e o comportamento do animal são incompatíveis para ser mantido em cativeiro, suponhamos um jacaré, que em princípio tem o tamanho e o comportamento incompatíveis para ser mantido em cativeiro, então, sairia também.

Quanto à distribuição geográfica no local, já saem mais alguns.

Se estiver sujeito a maus-tratos, então, esse passarinho aqui que está machucado também sairia.

O que acontece, então? Esses são os filtros que a resolução do CONAMA prevê. A gente tem vários filtros para, só no final disso, se o poder público temporariamente não tem condição de retirar aquele animal, só nesse caso, de forma provisória, poderia ainda ficar com o infrator; mas concluído o processo, o animal tem que ser retirado, e a qualquer momento o animal será retirado.

Por que estou tocando nesse ponto? Para deixar bem claro que a ideia da resolução não é regularizar animais na mão de ninguém. Então, a pessoa não teria a partir disso a detenção da posse desse animal, mas seria uma coisa provisória num determinado momento.

Fazendo uma linha do tempo, primeiro, a fauna era considerada *res nullius*. Essa aqui é a linha do tempo do que acontece com a fauna. Várias pessoas têm a ideia de que constitui crime punível com pena e é inafiançável devido a essa questão, só que com a Lei nº 9.605 deixou de ser inafiançável. Então, por exemplo,



alguém que tenha aqui sido pego com todos esses animais terá lavrado um Termo Circunstanciado de Ocorrência.

Esse sujeito foi pego no aeroporto de Brasília com todos esses animais. Hoje, uma pessoa que é pega traficando todos esses canários é tratada pela Justiça da mesma forma que uma senhora que tem um papagaio; ou seja, são tratados da mesma forma.

Essa aqui é outra apreensão também, só que transportando canários, 600 e poucos, atrás de um carro.

Esse sujeito estava com vários canários, vários animais, 582 pássaros. O nome dele é Valdivino — eu cortei o nome completo — e ele assinou esse documento se comprometendo a comparecer em Juízo; ou seja, houve um TCO para ele assinar. Esses aqui são os autos de infração que ele já tem, e todos eles são por tráfico de animais.

O que acontece hoje? Na discussão do novo Código Penal se considera muitas vezes que o passarinho é mais importante que o homem, que fica em segundo plano. O exemplo citado foi o crime de manutenção de animais silvestres, cuja pena é de 2 anos a 4 anos, punição semelhante prevista por abandono.

O que acontece é o seguinte: durante determinado tempo, a gente teve o crime inafiançável para a fauna, que era muito severo, e, com a Lei 9.605, caiu a pena para 6 meses a 1 ano.

Só que hoje o traficante está se beneficiando da pena branda, que é de 6 meses a 1 ano. Etnão, tem que ter no Brasil uma diferenciação, de quê? Da necessidade da tipificação do tráfico de animais silvestres. Fala-se de tráfico de animais silvestres, hoje, no Brasil — e aí, diretamente, creio que o Sr. Deputado consiga isso na Comissão, e que a Comissão lute em relação a isso —, e temos visto os traficantes se beneficiarem da Lei 9.099, que é o Juizado Especial. É que vender animal e transportá-lo comina pena de 6 meses a 1 ano. Para quem receptou esse animal do tráfico é uma pena adequada. Até chega a ser adequada, porque a pessoa tem um papagaio, tem uma coisa, e ela vai se envolver com a Justiça, vai ter que responder criminalmente, vai responder administrativamente, e a pessoa não vai mexer mais com isso. Mas para aquela pessoa que vive disso, como por exemplo esse traficante aí, que foi pego com 582 animais, saiu da delegacia com um Termo



Circunstaciado e compromete-se a comparecer em Juízo. Mas na hora em que a gente levanta o histórico dele, isso aqui são todos os autos de infração que ele tem por tráfico de animais silvestres.

Esse sujeito, especificamente, mora na Paraíba, mas já foi pego com animais aqui da região amazônica. Na última vez em que eu fui à casa dele, havia animal da região amazônica. Então, ele faz tráfico da região amazônica para o Nordeste. Na última vez, ele foi pego, foi no Paraná. Lá, após capotar o carro, ele estava matando os animais, quando a polícia chegou. É um grande traficante e está sempre respondendo por Termo Circunstaciado de Ocorrência. Então, tem valido a pena praticar o crime.

O que a gente precisa fazer para combater o tráfico de animais silvestres é a tipificação do tráfico e a cominação de penas maiores de forma que infrator não possa se beneficiar da Lei nº 9.099. A sociedade, às vezes, questiona o IBAMA, e eu entendo o clamor da sociedade: *“Estão vendendo animal ali na feira, por que o IBAMA não faz nada? Por que a polícia não faz nada?”* Em algumas feiras, em Brasília, só faltava, de novo, a gente cumprimentar traficante: *“Ah, você aqui de novo? Estou pegando você de novo! Você já sabe o procedimento, vamos comigo para a Delegacia.”* Só que ele chega à Delegacia e vai embora, porque é sempre Termo Circunstaciado de Ocorrência, e sempre ele se beneficia dessa questão.

**(Não identificado)** - Ele vai embora antes, não é?

**O SR. ROBERTO CABRAL BORGES** - Normalmente, ele vai embora antes ou do IBAMA ou da Polícia Militar, de quem o levou à Delegacia, porque a gente ainda tem que preencher toda a documentação, toda a papelada, e ele só assina se comprometendo a voltar em juízo.

Então, uma das coisas para a gente mudar a situação do tráfico de animais silvestres é fazer essa diferenciação. Seis meses a um ano é perfeito para quem não está envolvido diretamente com o tráfico, mas a gente realmente precisa de uma pena maior para quem está envolvido com o tráfico, para conseguir tirar esses traficantes das ruas e dessa atividade.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Sr. Roberto, pelas considerações.



Vou passar a palavra ao Dr. Djaci Barbosa Ribeiro, da UFRA — Universidade Federal Rural da Amazônia, para fazer suas considerações. Peço sempre síntese e objetividade, porque já avançamos da hora.

**O SR. DJACI BARBOSA RIBEIRO** - Boa noite. Primeiramente, cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Federal Arnaldo Jordy; cumprimento todos os presentes, em nome da D. Olinda Cardias, militante da causa. Agradeço pela oportunidade deste evento.

Nós estamos no milênio do meio ambiente e, quando se fala em meio ambiente, se fala muito pouco na proteção dos animais. Eu acho que esse é um ponto importante a ser discutido. Nós vamos falar basicamente próximo a isso.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Neste painel de instrumentos legais de proteção e promoção à saúde do animal, a gente vai falar da situação de maus-tratos aos animais de tração, que é a parte que me compete. Eu sou médico-veterinário, sou professor da Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA e sou especialista em clínica e reprodução de equinos. Tudo começou com uma aula prática na universidade, do Projeto Carroceiro que a gente tem lá, e hoje eu vou mostrar a vocês o que a gente tem feito e vamos discutir, de forma rápida, a problemática.

Rapidamente, a gente vai falar sobre os problemas que temos hoje com relação a Belém, e esses problemas não são diferentes do resto do Brasil. Quanto ao retrato atual das pesquisas que a gente tem feito — fala-se muito em cadastramento, em conhecimento da situação, o retrato atual da situação —, o Projeto Carroceiro da UFRA tem um retrato atual da situação de dentro de Belém, tanto em questões socioeconômicas quanto em questões sanitárias. Vamos falar do projeto e da conclusão, que eu acredito que já é óbvia, antes até de a gente começar.

O problema acho que todos já conhecem. Estamos ao final da tarde, todos já almoçaram, daqui a pouco, vão jantar... Temos mais de 30 mil fotos no banco do projeto, e a gente demorou muito a escolhê-las, até porque eu escolhi as menos chocantes para vocês.

Então, isto aí é um retrato da situação, é um animal debilitado, muito magro, caquético, é um animal que não é adaptado a uma situação de tração, com um



veículo muito grande, pesado, artesanal, com excesso de carga, com a corrente quase partindo o pobre do animal ao meio, ou seja, a tralha é malcolocada e malajustada.

Aí, animais muito pequenos, não adaptados. Esses animais que hoje rodam, circulam dentro de Belém, são animais comprados de produtores rurais que têm poucas condições. Não são animais direcionados, adaptados a um sistema de tração; não são animais de tração, por genética, são cavalos, burros, mulas e jumentos pequenos, que normalmente são de propriedade, considerados refugos ou doentes, e o produtor joga dentro de Belém. Existem os atravessadores, que trazem esses animais para comércio dentro de Belém.

Então, é uma carroça muito pesada, artesanal, com excesso de carga, com 4 dúzias de tábuas, e o indigente lá em cima ainda com mais excesso de peso nesse pobre burrinho.

Animais abandonados. Depois de uma vida toda de trabalho, de abuso, e depois quando não se tem o que fazer, esses animais são abandonados nas ruas — a senhora se lembra dele? É de lá do seu bairro.

A parorexia, a fome pervertida; estes animais têm uma desnutrição muito severa. Então, eles comem qualquer coisa.

Este é um dos grandes problemas que eu tenho hoje na clínica com estes cavalos. São corpos estranhos. Este cavalo estava numa instância, segundo denúncia da DEMA — Divisão Especializada em Meio Ambiente, e chegamos lá e o proprietário tomava um bom açaí, com camarão — típico do paraense —, depois, ele pegou as cabeças de camarão e as cascas, jogou dentro de um saco e jogou no chão. O cavalo, quando perde muito peso, muito suor e muito microelementos e macroelementos, tem uma debilidade de minerais. E o sal do camarão é um atrativo para ele. Então, ele come isso com saco e tudo.

Bom, quando esse saco sai, é uma maravilha, não é? Mas, na maioria das vezes, em quase 80% dos animais, os sacos ou as sacolas não saem, porque muitas vezes elas se enchem com o conteúdo do próprio intestino. E aí não tem saída se não for feita a retirada por cirurgia. E quanto custa a cirurgia em um animal destes? Que estrutura nós temos para abrir um animal destes e retirar uma sacola



como esta? Então, é um custo-benefício, um peso, um valor que a sociedade tem que arcar.

Os acidentes, as lesões por selote, as lesões de doenças como esta, que é uma lesão de tumor de cernelha — que é uma zoonose, brucelose —, transmitida ao homem por ser zoonose, lesões por excesso de peso, são fatos comuns em quase todos os animais que a gente vê em Belém.

Animais debilitados, com fadiga muscular, que estão extremamente cansados, não tem mais como retornar ao trabalho, em sofrimento.

Debilitados, animais caídos na rua, que não têm nem como levantar o próprio peso.

A laminite, inflamação das lâminas dos cascos por desequilíbrio de microelementos e macroelementos e nutricional.

Chicote. Este animal ficava nesta posição e o proprietário veio me chamar e perguntar por que ele ficava nesta posição e aí nós fomos avaliar ele tinha uma mania — segundo ele, não tinha sido ele, mas uma segunda pessoa que andava no cavalo — de chicotear o cavalo por baixo para não levantar o chicote de modo que alguém pudesse ver. Então, ele chicoteava o prepúcio do animal.

O calçamento. Segundo todas as legislações federais, os cavalos que circulam nas ruas têm que ter calçamento, que a gente chama de ferrageamento, um ferro próprio para os cascos. Em Belém, somente 30% deles têm casqueamento e, desses, 100% são artesanais, não é o ferro industrial. Então, desses artesanais, ou a gente tem a borracha de pneu de carro — só que este cara aí aloprou, travou a borracha com o prego da construção civil — ou eles fazem um vergalhão, que é um calçamento que não é equilibrado, o que machuca muito o aparelho locomotor do cavalo.

Depois de um bom dia de trabalho, muito esforço, este é o momento de descanso deste pobre animal.

Abandonado às ruas, mais da metade dos cavalos, mais de 60% dos cavalos, que rolam dentro de Belém, não têm abrigo. Então, após o dia de trabalho, que pode chegar a 14 horas de trabalho, eles são simplesmente abandonados às ruas.

E aí eles estão fadados a doenças, acidentes e, obviamente, nas ruas, à fadiga muscular, como no caso deste animal.



Este animal foi fraturado, caiu num bueiro.

Este morreu de exaustão em frente à UFRA. Não sei se vocês conhecem a UFRA, mas aqui é o portão da universidade. Este animal morreu de fadiga em frente à universidade. Eu estava em sala de aula quando me chamaram.

Abuso sexual. Este animal sofreu um abuso sexual, com perna manca, foi eutanasiado. A maioria destes animais que vocês estão vendo e que chegaram até a gente foram eutanasiados.

Acidente na rua. Um ônibus disputou o mesmo espaço com esta égua, e ela estava prenhe. Este animal a gente conseguiu salvar com muito cuidado. Ela passou por 4 a 5 cirurgias.

Aplicação de medicamento. Por falta de assistência técnica, falta de orientação técnica ou, muitas vezes, o carroceiro, até por engano, por erro, por não conhecer a farmacologia, ele aplica medicamentos de forma errada e incontrolada. E esses resultados são constantes.

As fraturas, os acidentes nas ruas, isso aí eu passaria 2 dias mostrando a vocês. Vamos passar mais rápido?

Qual é o retrato atual, segundo as questões sociais, econômicas e de sanidade animal?

A situação é comum nas capitais brasileiras. Todo lugar tem isso. As pessoas me chamam e dizem: “*Prof. Djaci, vamos acabar com o cavalo de carroça em Belém?*” Eu digo que não dá para acabar. Não dá porque nem a Capital Federal conseguiu acabar. Nenhum Estado conseguiu acabar. Então, nós não vamos acabar, nós temos que fiscalizar, nós temos que monitorar.

Descaso do poder público. Em todas as capitais brasileiras, a situação não é tão pior como a de Belém. Acho que Belém, talvez, seja a pior de todas. Mas a situação é ruim também em relação ao *feedback* do poder público.

É uma questão social e econômica. Nós vamos ver mais adiante o porquê de ser uma questão social e econômica.

Existe uma marginalização e uma exclusão social muito forte com relação ao carroceiro. Na maioria das vezes, quando se fala em carroceiro, as pessoas já têm o carroceiro como marginal, e esse é o perfil dele, hoje, que a gente vê, pelas situações que a gente encontra, no programa na rua. Eles trabalham na



clandestinidade, porque existem leis, como em Belém onde existe uma lei que não o reconhece, portanto, ele é um clandestino. E aí entram o meio ambiente e os maus-tratos, porque os dois estão juntos, que é o objetivo da reunião de hoje.

Vou passar para vocês 3 eslaides com dados científicos coletados pelo meu grupo de trabalho: 45,9% dos carroceiros de Belém têm 1º Grau incompleto; 62,3% têm no mínimo 3 filhos em casa — ele, a mulher e 3 filhos, então, são 5 pessoas. E eu vou pular aqui rapidinho: 86% têm o cavalo e a carroça como a única fonte de renda, e eles ganham menos de um salário mínimo. Então, é matemática pura, não se pode acabar com a carroça. Não se pode acabar com a carroça em virtude de nós termos quase 3 mil animais dentro de Belém com essa estatística toda. Não tem como dizer que se vai acabar com a carroça, porque não tem como acabar. Esse carroceiro vai para a rua roubar, porque tem 3 filhos para sustentar. E isso a gente não pode permitir também.

Quarenta e nove por cento têm mais de 10 anos de atividade, ou seja, são pessoas experientes; 73% ganham menos de um salário mínimo, como a gente comentou; 86% têm a carroça como a única fonte de renda; 42% trabalham de 8 horas a 10 horas; 10% a 12% dos cavalos trabalham até 14 horas. É comum em Belém, nos bairros mais periféricos, um cavalo ter 3 donos. Então, um dono trabalha de 4 até 8, 9 horas; o outro pega de 9 horas até meio-dia, 1 hora; e o outro pega da tarde até à noite, até meia-noite. Aí, depois da meia-noite, eles soltam o cavalo, que fica de meia-noite às 4 horas para comer, solto, na rua.

Cem por cento das carroças são inapropriadas, são artesanais; 100% sem qualificação profissional, o carroceiro não sabe fazer outra coisa, até porque ele não tem o 1º Grau; 100% não têm assistência veterinária, a partir, no caso, da Prefeitura e 100% usam chicote. Só por usarem chicote, a gente já de certa forma diagnostica os maus-tratos. As pessoas acham que maus-tratos significam violentar o animal, matar o animal em via pública, mas não. O conceito de maus-tratos vai desde agressões psicológicas até negar ao animal o direito de liberdade, de o animal externar as suas características sociais e biológicas, de uma boa alimentação, de uma boa hidratação, de boa água e as sessões psicológicas. Não é só fazer o que acabei de mostrar para vocês nas fotos anteriores.



Com relação aos animais, a gente acha, não existe dado correto, não existe levantamento correto. O Projeto Carroceiro fica dentro de Belém, no Bairro da Terra Firme, e a gente trabalha mais comumente, no dia a dia, com os Bairros de Terra Firme, Guamá e Marco. Ultimamente, nós últimos 3 anos, nós estamos trabalhando com as ações itinerantes, quando estamos indo aos bairros mais distantes. Por coincidência, em setembro do ano passado, nós tivemos em Aurá, a pedido deles, do lixão do Aurá. Mas nós saímos do lixão do Aurá quase corridos, Deputado, porque nós chegamos lá 8 horas da manhã, levamos material para atender 100 animais e, quando deu meio-dia, 1 hora da tarde, nós tínhamos atendido 86 animais. Chegou um cara lá e disse: *“Olhem, à tarde, vai dar 3, 4 vezes isso aí, porque o pessoal trabalha mais de manhã”*. Olhei para a caixa e estava vazia. Eu disse: *“Vamos embora. Vamos embora, porque, quando essa turma chegar e não tiver medicamento, vai ficar feio o negócio”*. E, depois de uma pesquisa que eu fiz lá, a estatística é de que lá tenham realmente uns 300 animais, só no lixão do Aurá. Então, a estatística que a gente tem é por volta de 3 mil animais na Grande Belém; 51% desses animais são mantidos nas ruas quando não trabalham, promovendo acidentes de trânsito, desequilíbrio de meio ambiente, rasgando lixo, defecando nas ruas; 100% consomem alimentação desbalanceada; 46% apresentam anemia infecciosa equina, que eu considero como sendo, a longo prazo, um dos grandes problemas a se resolver. Se nós temos 3 mil animais e quase 50% deles têm uma doença de caráter crônico, altamente contagiosa, o que vamos fazer com esses animais?

A anemia infecciosa equina é uma doença controlada por uma legislação federal, que prevê a eutanásia como forma de controle em grandes rebanhos. E nós não podemos eutanasiar mais de mil animais. Nós não temos como substituir esses animais. E a coisa está a cada dia pior.

Em Cotijuba, no ano passado, tínhamos 70% de incidência de anemia. No início deste ano, nós estivemos em Cotijuba, e de 70% subimos para 88% de incidência de anemia. É uma doença debilitante que, de certa forma impede que o cavalo tenha melhores condições e que promova a sua atividade de tração. Ele não tem força para trabalhar. Noventa e quatro por cento, quase 100% trabalham com arreios inadequados; 100% têm problema de ferrajamento, o que a gente já



comentou, ou seja, 100% dos animais que trafegam na Grande Belém sofrem algum tipo de maus-tratos. E isso é muito sério.

Com relação à clínica, 80% dos animais que a gente atende se envolvem com problemas no aparelho locomotor — cascos, articulações, músculos, tendões; 10% nos outros sistemas; 30% das infecções necessitam de cirurgia — este é um dado importante, porque o projeto Carroceiro da Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA não tem um bloco cirúrgico. Então, cirurgias de alta complexidade nós não executamos e, assim sendo, eutanasiamos esses animais que chegam com problemas em que a evolução é cirúrgica e as cirurgias são de alta complexidade.

No final — e eu já vou adiantar para vocês —, a gente tomou umas decisões no projeto Carroceiro, da Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA, por consequência do que a gente está apresentando para vocês. Hoje, o projeto Carroceiro, da UFRA, se tornou um depósito dos animais apreendidos nas ruas — hoje não mais, ontem —, porque nós somos o único ponto de referência com relação a esse trabalho. Quando se fala em cavalo de tração e em maus-tratos aos cavalos de tração, tem-se a UFRA como único ponto de referência. E a Universidade não tem nenhuma obrigação de fazer o que faz. Ela faz por dedicação do meu grupo de trabalho e pelo apoio que eu tenho da reitoria e de alguns outros parceiros, digamos assim. Mas a responsabilidade não é nossa. E, por estar também sendo maltratado pelo excesso de carga e de tempo de serviço, a gente tomou algumas medidas que vou repassar mais tarde para vocês. Então, 100% têm baixa condição corporal e 100% sofre desequilíbrio eletrolítico.

Quais são as sugestões? Isso é uma receita de bolo. Praticamente, em todos os locais foi feito assim. Aqui não vai ser diferente e o que se necessita é que se carregue mesmo esse fardo, que cada um distribua as suas responsabilidades. Nós estamos fazendo a nossa, mas os outros setores não. Por isso a gente está nessa situação hoje.

A legislação, primeiramente, temos de pesquisar para conhecer. Acho que a gente precisa pesquisar mais, saber qual é o perfil do cavalo e do carroceiro. Eu tenho dados de três, quatro bairros somente. A legislação, que seria o mais difícil, já existe, não é, D. Olinda? A legislação está aí, o que ela precisa é ser realmente executada. Essa legislação trabalha com o animal, com o carroceiro e com o



módulo. Nós precisamos identificar de forma permanente esses animais, e a Universidade tem essa tecnologia, nós temos os aplicadores, nós temos os microchips. Então, não há necessidade de mais nada.

Fiscalização. Aí é a contrapartida de quem vai fazer a fiscalização, não é nossa.

Educação e capacitação. A gente já faz o serviço de capacitação. É óbvio que o serviço que a Universidade executa hoje de capacitação com os carroceiros é pequeno, porque a gente não tem tanto incentivo para isso.

O mais importante disso tudo é o que eu chamo da impolítica dos incapacitados. O que vamos fazer com esses animais moribundos, com esses animais abandonados, com esses animais enfermos que estão abandonados nas ruas? Esse é o grande problema de hoje. É um problema que coloco para a Mesa, porque a Universidade não vai mais albergar esses animais. Eu não proibi a entrada desses animais hoje abandonados nas ruas e capturados pelos órgãos competentes. Temos a DEMA, o Batalhão de Polícia Ambiental, o próprio CCZ.

E por que não vamos resolver esse problema? A UFRA hoje tem condições de albergar 10, 12 animais. Para vocês terem ideia, ontem o último animal que a gente tirou de dentro da Universidade estava lá há 1 ano e meio albergado, porque os órgãos que entregam não vão buscar, e a gente não vai resolver esse tipo de problema.

A Lei Municipal é a 8.168, da qual participamos. Essa lei foi feita com muito carinho, e é uma lei que ainda está atual. Como comentei, ela trabalha os três módulos, o transporte animal, o animal e o carroceiro. É uma lei que foi copiada de outros Estados que tiveram sucesso com a lei deles.

Acredito, D. Olinda, que para ajudar esse incentivo às políticas públicas, tanto na área do cavalo de tração, como na área do cão e do gato, acredito que o Estado deveria trabalhar em cima de uma rede. Outros Estados estão tendo sucesso nessas redes de proteção aos animais. Essa rede, até por montar uma legislação própria em cima da SEMA, da SESMA, da Secretaria de Administração, da Secretaria de Educação, de Assessorias Jurídicas, visto que vai haver a necessidade de convênios, principalmente convênios com organizações não-governamentais, com a iniciativa privada e com as instituições de ensino, acredito



que essa rede poderia nos ajudar muito. Seria uma rede estadual regulamentada com verba para isso, com decreto do Governo do Estado.

Existem vários Estados que estão trabalhando em cima dessa rede de proteção. Acredito que é hoje a saída para a gente, porque, a partir do momento em que essa rede estiver formada, a gente terá respaldo legal e jurídico para mapear as competências, e, mapeando as competências, acredito que fica mais fácil a gente trabalhar em cima disso.

Projeto Carroceiro. O projeto surgiu em 2003 como opção, somente como aula prática. Ele cresceu. Depois objetivamos o desenvolvimento de um sistema de tração justo e adaptado a uma sociedade mais humana, integrando o carroceiro nessa sociedade.

Temos dois subprojetos, o de atendimento clínico e o de capacitação. Todos são gratuitos, o carroceiro não paga nada para ser atendido, inclusive há cirurgias no projeto.

As atividades regulares são atendimentos diários na Universidade em cima de orientações técnicas individuais, curso de capacitação, ações multidisciplinares anuais, que hoje são itinerantes. Temos bairros prontos para o atendimento.

O Projeto Carroceiro está hoje e amanhã em Igarapé-Açu, tem convênio com a Prefeitura, atendendo os cavalos de Igarapé-Açu. Já tivemos vários trabalhos com as Prefeituras de Barcarena, Capanema, Ulianópolis. Estaremos em Igarapé-Açu e depois vamos para a Tailândia. Ou seja, a situação não é só de Belém. O meu grupo é pequeno. Não estou lá, estou aqui hoje.

Temos o Projeto Cavalos da Noite com a DEMA — fazíamos a apreensão desses animais. Não fazemos mais, até porque eles iam para a Universidade, hoje não vão mais —, o Fórum Municipal de Debate de Tração, Projeto Cotijuba, que está em andamento, o Projeto Algodal, que está em andamento.

Algumas ilustrações rápidas. Estão aqui ações com os meus alunos na UFRA: mão de obra eu tenho; algodal; aulas de ensino com eles. Isso foi lá no Júlio Sefer. Até depois de morto o cavalo serve. Cadastramento; identificação; microchipagem; capacitação; capacitação.

Temos algumas parcerias, e parcerias acho que devemos salutar. A parceria que temos com a DEMA e com o Juizado de Crimes Ambientais são muito boas. O



Juizado de Crimes Ambientais ajuda no que pode o Projeto Carroceiro com a doação de material de consumo, e a DEMA está em cima da apreensão e da reapreensão desses animais, mas quem realmente banca o Projeto Carroceiro é a UFRA.

Atendimento dos animais.

Essa é uma área que eu tenho e que hoje a gente está negando para pastejo livre.

Material, inclusive prestação de serviço pelo juizado.

Uma produção rápida do que a gente tem feito: 18 publicações, só no ano passado tivemos 50 exposições na mídia, 1 projeto cadastrado em pesquisa, 3 fóruns de debates, 12 trabalhos de conclusão, especialidade, bolsas, cartilhas, bolsas, bolsas, premiações, bolsa permanente, residentes — hoje, eu tenho 2 residentes no projeto, 80 treinandos por ano, 3 linhas de pesquisa, 1 projeto aprovado no CFDD de 297 mil e cerca de 20 mil procedimentos em cavalos de tração.

As parcerias de iniciativa privada.

Há empresas e laboratórios que trabalham com a gente: DEMA, JECRIM, do Pará, CFDD, SEMOB, Prefeituras Municipais, CCZ, Bombeiros, BPA, Polícias Civil e Militar, FAEPA/SENAR.

Os indicadores de sucesso.

Em agosto, agora, o Projeto Carroceiro fez 10 anos de trabalho. Depois de 10 anos, o nosso indicador de sucesso mais importante é de 10% da redução dos maus-tratos dos animais cadastrados no projeto, daqueles parceiros, carroceiros que constantemente vão ao projeto. E aí são só Guamá, Terra Firme e Marco. A universidade não tem como sair de lá, por isso que nós agora estamos indo até os bairros.

Reconhecimento público.

Referência no Estado. Em 2009, nós ganhamos o prêmio de projeto de responsabilidade social na área animal mais importante do Estado, isso é melhor do que dinheiro.

Depois do que nós falamos para vocês — é o meu penúltimo eslaide —, montamos uma nota de esclarecimento, ainda em 2014, depois desses resultados.



Nós colocamos: pela falta de incentivo financeiro, descaso do poder público, em virtude do problema social urbano, a UFRA não concorda em se tornar hoje como ela é, somente um depósito desses animais. Nós participamos para resolver o problema, mas, na execução de políticas públicas, ninguém participa, porque elas não existem.

Em virtude disso tudo, a universidade e o Projeto Carroceiro não mais albergarão ou internarão animais recolhidos, apreendidos ou doados, mantendo somente os atendimentos clínicos especializados, de orientação técnica das ações itinerantes nos bairros e Municípios.

Para vocês terem ideia, 80% dos animais recebidos na UFRA, no ano passado, foram eutanasiados. Não vou me colocar mais para eutanasiar cavalo, ou seja, ficar enterrando defunto, em virtude do problema que está aí, e nós não vamos resolver nunca o problema do jeito como está. A universidade não tem como resolver sozinha esse problema. Aí entra realmente o poder público.

A minha conclusão está na cabeça de vocês, mas eu gostaria de fechar com o que Edmund Burke disse: *“Para que o mal prevaleça, basta que os bons se calem”*

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Prof. Djaci Ribeiro, pelas suas considerações. Parabéns pelo projeto. Vamos tentar ver se há uma forma de superar isso.

Passo a palavra ao Capitão Robis, para fazer as suas considerações, lembrando que nós já estamos com o tempo estourado, estouradíssimo.

**O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO** - Eu vou ser bastante breve.

Boa noite a todos, antes de qualquer coisa, à Mesa, ao Deputado Arnaldo, Roberto Cabral, à minha colega do lado, D. Olinda, e ao Prof. Djaci. Parabéns para vocês.

Eu fiz a minha tese de mestrado em cima de maus-tratos aos animais. Se eu soubesse, eu a tinha trazido embaixo do braço para dar para vocês. Fantástico, só que lá eu relaciono os maus-tratos à segurança pública. Quem comete maus-tratos de forma dolosa tende a ser um criminoso, eu constatei isso em pesquisa. Logo, atender à ocorrência de maus-tratos é obrigação especialmente da polícia, porque



ela está evitando que aquela pessoa cometa um crime futuro contra as pessoas, contra outros animais. Eu relatei isso na minha pesquisa de mestrado com base nos dados paulistas

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O assunto agora, para mim, é outro. Eu vou cortar 80% do que eu queria falar, porque o Roberto Cabral, de forma muito brilhante, já o fez.

Acho que vocês não conseguem enxergar, não? É o outro eslaide. Esse é um deles, mas é o outro. É claro que eu não vou fazer os senhores acompanharem o macrofluxo, porque nesta hora da noite ninguém vai conseguir acompanhar. É só para dizer que o meu pedacinho é para reforçar o que o Cabral, nosso colega do IBAMA, nos falou.

A Resolução nº 457 foi, de certa forma, escrita por quem tem *expertise* no assunto. Ela não é uma resolução com algum cunho político, com alguma intenção escusa ou que não seja tão somente buscar dar um pouco de regra a alguma coisa que, no âmbito nacional, está acontecendo. Não é em todo lugar que a gente vê centros de triagem, Deputado. Não existem centros de triagem. E outra: por exemplo, em São Paulo, se aparece um centro de triagem como esse, em um dia eu o loto de animais apreendidos, porque São Paulo apreende 30 mil animais silvestres por ano. Falo daqueles que eu realmente preciso tirar, porque outros são depositados com o próprio autuado.

Então, é uma realidade nacional que precisa ser vista de forma muito técnica, porque simplesmente criar centros de triagem não é a solução para o problema do tráfico de animais. Temos uma demanda agora, que é premente e está em cima das costas dos órgãos de fiscalização. Ou seja, são aqueles que todo dia apreendem milhares de animais e não têm para onde levá-los. O que eu faço com esses bichos, D. Olinda? Eu os levo para o meu quartel? Não dá, até porque, se eu estou tirando-os, é para salvar a vida desses animais e cumprir a lei e não levá-los para o meu quartel ou dar para alguém para esse bicho morrer por falta de local adequado, falta de alimentação, falta de veterinário.

São dois eslaides. Essa é uma tela, mas é a outra tela. Na verdade, eu estou só mostrando esse macrofluxo para dizer que todas as fases da fiscalização de animais silvestres foram mapeadas por esses técnicos que escreveram essa



Resolução chamada de 457. O Roberto Cabral, de forma muito brilhante, já fez a exposição. Eu gostaria só de ressaltar alguns aspectos que não foram comentados, mas que eu considero extremamente importantes.

O primeiro é isso aqui, que é o que de regra acontece. O policial, o servidor público do IBAMA ou o Município vai lá, detecta o animal, adota providências, ou seja, ele autua, faz o auto de infração, apreende. Vamos deixar claro que apreender é diferente de depositar. De regra, o servidor público, seja policial ou não, seja do IBAMA, do Município ou não, ele apreende todos os animais. A diferença é para quem ele deposita. Uma coisa que não pode ser esquecida nunca é que o servidor faz a parte administrativa. Quem faz a parte penal é o delegado de polícia, a autoridade de polícia judiciária, que recebe essa ocorrência, porque contra essa pessoa será lavrado um procedimento, que visa instaurar uma persecução penal, ou seja, descobrir se aquela pessoa cometeu aquele crime e puni-la. Obviamente que o crime de tráfico de animais, em qualquer uma das suas fases, é anão, pequeno, com uma pena pequena. No fundo, é o que o Roberto falou: a pessoa vai sair de lá mais rápido do que a gente. Mas a regra é que a gente conduza essa ocorrência ao delegado de polícia. Não raras vezes, o próprio delegado de polícia, diante de uma negativa de existência de onde levar esses animais, deposita esse animal com o próprio infrator, inclusive traficante conhecido. Por quê? Porque não há para onde levar o animal. Não há órgãos, entidades, ONGs, etc., que tenham atendimento 24 horas próximo aos locais de apreensão.

Esse Estado aqui eu não conheço bem, mas ele é enorme. Um servidor pega um animal a 600 quilômetros, mas o centro de recepção de animais fica a 600 quilômetros. O que ele faz? É uma realidade que tem que ser vista sob o ponto de vista nacional. Obviamente que, se há um centro de destinação para o qual é possível levá-lo, claro que esse animal não vai ficar. Ele tem que ser retirado, o servidor tem que cumprir a lei. Então, esse é o momento onde depositar o animal apreendido. Aí surge o problema.

A Resolução nº 457 instaura um procedimento fantástico, em minha opinião, só para complementar o que o Roberto falou, que é a marcação do animal, Deputado.



Os órgãos de fiscalização, no momento da apreensão, precisam marcar os animais. Por quê? Se o delegado deposita o animal com o próprio autuado ou se, diante da própria aplicação da Resolução nº 457, é necessário depositar o animal com o próprio autuado, quem vai dizer, 1 dia depois, que aquele bicho é o mesmo que eu depusitei?

Talvez o senhor não saiba, mas, em São Paulo, há uns passarinhos que custam 60 mil reais. São passarinhos cantores, que têm um valor comercial especialmente para criadores, amadores de passeriformes. Há coisa muito mais cara do que isso. Você já pensou para a fiscalização, para esse cidadão apreender esse passarinho? Quem diz que esse é o mesmo passarinho que eu depusitei? Então, o primeiro passo é a marcação desse animal. Isso é fantástico! São Paulo já está fazendo isso. Nós compramos anilhas, junto com o pessoal da Secretaria de Meio Ambiente, e nós estamos marcando.

O que também é interessante? Alguns podem falar *“Ah, mas a marcação é fácil de ser adulterada”*. É, sim. Só que aí o cidadão incorre em outro crime: falsificação ou adulteração de selo público, que tem pena muito mais grave. Vários criadores de passeriformes estão sendo presos pelas polícias, de forma geral, especialmente as de São Paulo, por adulteração de anilha. Eles pegam o passarinho da natureza e o colocam no seu plantel, dizem que é filhote de um ou de outro, porque nós não temos testes genéticos. Então, nós estamos conseguindo enquadrá-los por falsificação ou adulteração de selo público. Tudo bem?

Então, eu só queria mostrar a parte da marcação, que é uma inovação da Resolução e que, até então, não havia previsão para isso, de forma muito clara, no momento da fiscalização.

Eu vou destacar os principais pontos muito rapidamente, na minha opinião, sobre a Resolução. Primeiro, essa Resolução aponta ao servidor público as regras objetivas para que o animal seja depositado com o infrator. São 14 decisões — 14 decisões — que o servidor público tem que olhar antes de imaginar um depósito precário, porque quem vai confirmar é o órgão ambiental, não é o servidor no momento; são 14 decisões que esse servidor tem que seguir. Esse bicho está maltratado? Se estiver, não pode ficar com a pessoa de forma nenhuma? Há indícios de tráfico naquele monte de bichos que foi mostrado? Esse bicho tem



potencial de invasão? É ameaçado de extinção? E por aí vai. Se essas situações acontecerem, nunca esse animal pode ficar com a própria pessoa. Então, isso é um aviso para o próprio servidor. Você tem que dar um jeito de destinar esse animal. Não havia isso até a edição dessa Resolução.

Percebam que, antes disso, qualquer servidor poderia falar: *“Olha, como não há local para levá-lo, deposite o animal com o próprio autuado”*. Isso é legal e está escrito no Decreto nº 6.514, no art. 102, na segunda parte, está lá. Se o servidor quisesse fazer isso, ele o faria. Mais do que isso, o delegado de polícia utiliza-se do Código de Processo Penal para depositar o objeto do crime com o próprio autuado. Já acontece isso. Essa Resolução está estabelecendo que não pode assim, não pode assim, não pode assim... Está avisando o servidor público, está dando regras claras, que inexistiam até então.

Segundo, Dona Olinda, essa Resolução, na minha opinião, salva a vida de animais, porque nem sempre a apreensão vai salvar a vida daquele animal. Estou falando no caso do papagaio, que está há 30 anos com a tiazinha, do papagaio cego, que vai ter de ficar numa gaiola de tamanho reduzido, porque não há espaço para destiná-lo. Enfim, na minha opinião, entre outras coisas, essa Resolução salva a vida de animais. Nós sabemos que não há estrutura pública nacional que comporte todos os animais, se eles forem apreendidos ao mesmo tempo.

A Resolução cria o instituto da guarda. Esse instituto, que foi comentado pelo Roberto Cabral, é mais uma possibilidade. É uma pessoa que quer fazer uma benemerência para o Estado, porque isso é obrigação do Estado, que não a faz. Então, pode haver pessoas que queiram receber animais da fiscalização, que não há local para depósito, e que queiram ficar com esses animais. É claro que com um contrato claro com o poder público, com uma série de responsabilidades.

Estou terminando. Cria um banco de dados. Não existe um banco de dados nacional hoje. Deputado, se V.Exa. perguntar qual é a rota do tráfico, todos os órgãos sabem em seus Estados, mais ou menos. Onde isso está escrito em âmbito nacional? Não há. Há ideias, porque o sistema brasileiro manda cada Estado cuidar do seu pedaço, e há um órgão federal, mas que nem sempre conversa com os Estados.



Esse banco que está determinado na Resolução, um banco de informações públicas, vai ser um cadastro nacional. As ocorrências serão colocadas lá. Nós teremos quais são as espécies, onde elas estão. Isso vai formar um banco nacional. Não existe isso hoje.

E a Resolução prevê que qualquer animal, dado ou em guarda ou em depósito, tem que ter um cadastro e que esse cadastro tem que ser nacional. Isso é fantástico, sob o ponto de vista de pesquisa. Quais são as espécies? Onde elas estão? Qual o perfil econômico de quem tem esse animal? Isso vai subsidiar pesquisas, para que efetivamente políticas públicas quanto ao tráfico de animais possam ser implantadas.

Ela melhora as condições dos animais em guarda ou depósito. O delegado, o policial ou o servidor do IBAMA deixa o animal em depósito com aquela pessoa. Que responsabilidade essa pessoa tem em relação ao tratamento veterinário? Se o animal morre, onde está escrito que a pessoa está levando ao veterinário pelo menos uma vez por ano? Não há nada disso na norma.

A Resolução nº 457 diz que, se esse animal ficar com a própria pessoa, depois de 15 critérios, ou com o guardião, essa pessoa é obrigada a dar pelo menos um laudo anual do veterinário, para falar: *“Esse bicho está em boas condições”*. O bicho morreu? Laudo de necropsia. Isso é controle. Nós não temos controle hoje dos animais que estão sendo dados em depósito, em qualquer uma das situações.

E o mais importante: a Resolução não salva ninguém de processo, ela não salva ninguém de Auto de Infração Ambiental. Todas essas pessoas serão autuadas e processadas, mesmo que com uma pena, na minha opinião, irrisória, mas cumprindo a lei.

Então, no fundo, no fundo, a minha participação aqui foi só para dizer o seguinte: essa Resolução, ao contrário dos comentários que nós ouvimos por aí, foi escrita por quem entende do riscado, trabalha com isso. No meu caso, há quase 25 anos coordeno ações no Estado de São Paulo que dizem respeito ao tráfico de animais. Além de mim, vários colegas trabalham com isso há muito tempo.

Eu acho que a Resolução cria regras que hoje inexistem. Ela dá responsabilidade ao servidor, e aí do servidor que não cumprir isto que está aqui, porque ele pode responder a processo-crime no Ministério Público.



Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jardim) - Obrigado, Capitão Robis, pelos seus esclarecimentos e suas opiniões. Este é um tema de que nós já estamos tratando na Comissão há algum tempo. É um tema polêmico. Não vamos aqui entrar na polêmica. O Deputado Ricardo Tripoli acabou não vindo aqui, pois houve um problema de saúde na família. Se ele tivesse vindo aqui, já teria garantido essa polêmica.

Mas, enfim, nós queríamos saber se tem alguma pessoa a fazer alguma consideração. Um, dois, três. Precisa ser aqui, ao microfone.

Nós vamos pedir que seja quase que laconicamente, porque nós estamos quase sendo expulsos daqui.

**O SR. MAURO FERREIRA** - Boa noite, pelo adiantado do horário!

O meu questionamento vai para a Dona Olinda, Presidente da ASSCOMA, e para o Prof. Djacy. São duas reflexões.

Na verdade, veio-me à memória que há muitos anos atrás você via um filhote de gato siamês sendo vendido por 1.500 reais. Hoje ele virou um gato vira-lata. Ninguém mais quer, nem de graça.

Há uns 3 anos, houve uma matéria de capa estampada num jornal de grande circulação no Estado sobre um delegado da Polícia Civil do nosso Estado saindo da sua residência. Ele foi fotografado tentando levantar um cavalo que estava praticamente agonizando na frente da sua casa, sofrendo maus-tratos pelo carroceiro. O delegado de polícia estava levantando-o juntamente com o apoio dos seus colegas policiais.

Isso realmente teve uma repercussão, porque, muitas vezes, pelo próprio ofício, o policial acaba se brutalizando um pouco. Mas a sensibilidade daquele delegado foi tão comovente que foi matéria de capa num jornal de grande circulação.

Aí eu pergunto na fala da Dona Olinda, ela disse que não existe uma campanha maciça de castração, tampouco de vacinação. Isso é responsabilidade do poder público. Esse é o primeiro questionamento.

Existe algum mecanismo legal que obrigue o poder público a cumprir o que determina a legislação? Esse é o questionamento.



Para o Prof. Djacy: na sua fala, ele afirma que os cavalos, os jumentos e similares, no caso, não são apropriados para esse tipo de tração, para trabalhar com carroceiros. Mas, se isso realmente foi comprovado — e na própria fala do Prof. Djacy ele afirma isso —, como é que não se pode acabar, então, com essa atividade que causa tanto sofrimento aos equinos que estão circulando, transitando na nossa capital e região metropolitana? Aí vai ficar apenas a questão socioeconômica como respaldo para continuar ainda essa degradação dos animais, sejam silvestres, sejam urbanos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito.

Quem mais? É bom identificar as pessoas lá, porque está sendo gravada a reunião.

**A SRA. MAIARA** - Boa noite. Meu nome é Maiara, sou formada em Gestão Ambiental, e a minha pergunta é a seguinte, para o Prof. Djacy: não sei se alguém aqui conhece a Ilha de Marajó. Lá os búfalos fazem o papel de coletores de lixo. Professor, existe alguma punição judicial à pessoa? No caso, é dever da própria Prefeitura ver isso, fazer a coleta seletiva, e não colocar o animal como meio de transporte desse lixo.

Só por curiosidade, eu trabalhei num assentamento rural. Fiz meu TCC dentro de um assentamento rural em Conceição do Araguaia, porque eu sou formada pelo Instituto Federal do Pará — IFPA, antigo CEFET. Quando a vaca engolia um saco, professor, as pessoas que moram lá há muito tempo davam coca-cola quente ao animal, e essa coca-cola destruía o saco dentro da barriga, para você ver o que a Coca-Cola não deve fazer ao nosso organismo.

Então, de repente, o senhor não pode fazer uma pesquisa científica, vendo, talvez... Às vezes, a gente despreza o conhecimento das pessoas que trabalham dentro de assentamentos rurais, das pessoas que trabalham há muito tempo com essas coisas, e isso possa desencadear uma pesquisa científica para o senhor, de repente.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Maiara.

O Sr. Clodoaldo está com a palavra.



**O SR. CLODOALDO FERREIRA** - Boa noite. Sou Clodoaldo Ferreira, funcionário da Assembleia Legislativa do Estado do Pará — ALEPA. Eu tenho uma pergunta ao Capitão Robis e ao professor sobre uma situação que aconteceu na minha área.

Vocês sabem, eu tenho uma área em Águas Lindas que fica contígua ao muro ecológico do Utinga — de ecológico já não tem mais nada, porque roubaram as telas todas —, e os cavalos adentram a minha área e ficam comendo a grama dos campos. Eu não tenho como expulsá-los, porque eu corro para um lado e eles vão para o outro. Fica difícil.

Noutro dia, de manhã, apareceu um morto. Eu recorri ao bombeiro, ele disse que era uma área particular e não poderia... E eu fiquei numa situação... Ainda bem que ele foi cavalheiro e não morreu dentro do campo de futebol, morreu ao lado. Eu tive que contratar umas pessoas para cavar o buraco e empurrar o cavalo para dentro.

A pergunta é a seguinte: a quem recorrer num caso deste?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.

Está todo mundo aguardando essa resposta.

Eu vou passar a palavra aos nossos convidados, já para as suas considerações finais e para as respostas. Quem achar que deve pode responder.

Com a palavra o Prof. Djacy.

**O SR. DJACY BARBOSA RIBEIRO** - A resposta é: eu acho que não me fiz entender direito. Quando eu disse que esses animais não tinham material genético, pelo menos aptidão para tração, falei sobre esses animais que hoje estão dentro de Belém. Geneticamente, os cavalos têm duas linhagens, com material genético completamente diferentes. São os animais que a gente chama de “sangue quente”, animais de esporte, de corrida, e são os animais de tração, animais de tiro.

Por que eles são diferentes? Porque o material genético, a musculatura é diferente. De um a musculatura é aeróbica, uma musculatura de respiração e de produção de ATP enquanto o animal está trabalhando. Ele armazena energia, é o cavalo rápido. E o cavalo de respiração anaeróbica trabalha e vai produzindo energia, é o cavalo de tração. São aqueles cavalos gigantes, o shire, o clydesdale, que são europeus. Esses são animais que realmente nasceram para puxar carga.



Esses animais que vivem hoje em Belém não têm esse material genético; eles têm material genético de sangue quente; eles armazenam energia para explosão, para trabalho rápido, e não para um trabalho constante.

Os burros têm mais material genético de tração, mas os burros produzidos nessa região dos Municípios que estão ao redor de Belém são burros para montaria, são burros pequenos.

Para vocês terem uma ideia por aquelas fotos que eu mostrei, hoje um cavalo de tração, um shire, chega a tracionar 700 ou 800 quilos. Um cavalinho como o que eu mostrei, cujo peso médio em Belém é de 500 quilos, deveria tracionar, no máximo, 270 ou 300 quilos, que é o peso da carroça. Se colocar o condutor em cima, a tara fica zerada, ele já não pode mais carregar; é só a carroça.

Por isso eu digo que desde o início está errado. Quanto menor o cavalo, mais barato. E, como a condição econômica do carroceiro é pouca, ele tende a comprar animais pequenos, e esses animais entram em exaustão muito cedo. Foi por isso que eu comentei. Só não me fiz entender certo.

Para responder à pergunta da menina com relação à coca-cola, esse é um conhecimento empírico, mas não tem fundamento científico. Não existe. Você pode pegar uma sacola plástica, botar colocar coca-cola dentro e ir para a rua, porque ela não vai dissolver a sacola plástica.

Os ruminantes são bem diferentes dos monogástricos. Os equinos são monogástricos. Então, a fisiologia digestiva é bem diferente. A coca-cola não vai fazer efeito para tirar essa sacola plástica, não nesse sentido.

Qual foi a outra pergunta que você fez? Foi a do búfalo. O búfalo pode ser considerado um animal de tração. O búfalo, os bubalinos têm aptidão mista, ou tripla: leite, carne e tração. Então, eles podem, sim, tracionar, mas é o mesmo problema dos cavalos: a tralha que é tracionada, o tipo de carroça, o material a ser transportado, o tempo de serviço e, principal e mais especificamente, o fato de o búfalo ser um animal negro, com um mínimo de glândulas sudoríparas... É por isso que o búfalo vive na lama, é por isso que ele vive atolado: ele tem pouquíssima glândula sudorípara. Ele tem uma dificuldade muito grande de trocar calor com o meio ambiente e faz isso na água.



Então, ele deveria ter menos tempo de serviço e mais tempo de repouso. A fisiologia, o mecanismo é diferente, mas ele pode, sim, tracionar. Aí entram as questões das políticas de você montar protocolos diferenciados entre búfalos, cavalos, muares, o.k.?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Com a palavra a Profa. Olinda.

**A SRA. OLINDA PORTAL CARDIAS** - Eu quero responder aqui ao questionamento sobre que mecanismos podemos utilizar com relação à falta de políticas públicas, as que até hoje não foram implementadas. Nós temos dois caminhos: ou fazemos um TCA — Termo Circunstanciado Administrativo, para que a Prefeitura seja instada sobre isso, ou uma ação civil pública.

Então, esses são os dois instrumentos legais que a gente pode, sim, utilizar para obrigar a Prefeitura a fazer o que ela não está fazendo. Fora isso, é a pressão da sociedade, é a União, é a busca por esses mecanismos, para que se possa fazer o poder público cumprir o que não está fazendo até hoje.

Obrigada.

**O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO** - Olhe, eu não conheço as estruturas de governo, as instâncias daqui do Estado do Pará. O que eu faria se isso acontecesse em São Paulo? Primeiro, eu entendo abandono de animais como maus-tratos. Lá, eu sigo essa regra. Primeira coisa: eu tentaria identificar o responsável por esses animais e o autuaria. Ao autuá-lo — isto é crime —, eu o conduziria para o distrito, porque, se você não tiver um procedimento, que é o procedimento legal, mas se não embarrigar o procedimento, se você adotar os procedimentos que têm que ser adotados, talvez essa pessoa pense na ação dela.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO** - Então? O adequado é assim: o animal está lá? É um flagrante. Quem é o responsável? Eu pego o cidadão e levo para o distrito. Onde estão esses animais? Estão na minha propriedade. Então, assim: se eu consigo identificá-lo... Se não o identifico, eu apreendo esses animais com o pessoal lá em São Paulo, do Centro de Controle de Zoonose — CCZ, e levo esses animais embora. O possuidor desses animais, com certeza, vai aparecer. Quando ele aparece, a gente é chamado. E aí é autuado, conduzido ao



distrito. E, numa próxima oportunidade... Porque esse animal já é apreendido, porque isso é crime. Quanto aos maus-tratos, é uma questão complexa, mas, nesse caso, ele poderia ser devolvido para o próprio possuidor. Numa segunda situação, ele já não seria mais devolvido, seria apreendido, e dada a destinação. A gente, em São Paulo, tem uma rede de... É pequena, formada por voluntários, mas existe rede de pessoas e de ONGs que recebem esses animais e ficam com eles, dando tratamento, até o óbito deles. A pessoa perde esse animal. É o que eu faria.

**O SR. DJACY BARBOSA RIBEIRO** - Com relação a essa situação de maus-tratos dos animais de tração no Município de Belém, a lei está aí, está regulamentada, e a nossa lei, a lei municipal, é muito boa, muito segura. O que tem que se fazer em Belém é executar a lei. Agora, o senhor não pode fazer nada, porque esse cavalo não tem identificação permanente. Você apreende 10, 15 cavalos dentro de Belém; nenhum condutor vai atrás desse cavalo. Ele comprou esse cavalo por 400, 500 reais; amanhã ele compra dois, três. Então, ele não vai, porque vai ser fichado se for atrás. Então, a partir do momento em que você o apreende, eles não vão, abandonam esse animal, que não tem identificação. E a maioria, muitos deles são roubados. Eles estão roubando cavalo do Aurá para usar em Belém, e estão roubando cavalo de Belém para levar para o Aurá. Isso é uma confusão imensa. É caso realmente de polícia.

O que eu acho que tem que ser feito mesmo é uma forma, como Dona Olinda colocou, de se exigir da Prefeitura a execução da lei. Se vocês tiverem oportunidade de ler a lei, vão ver que boa parte desses problemas serão resolvidos. Essas carroças vão ser padronizadas e identificadas, plaqueadas. O condutor vai receber um documento de autorização para condução da carroça após treinamento. E os cavalos vão ser trabalhados de forma independente, que vai ser numa universidade, no Centro de Controle de Zoonoses — CCZ, com identificação permanente com *microchip*, que a universidade já está fazendo. E esses cavalos vão ter o registro sempre provisório de trabalho, a cada 6 meses. Ou seja, a cada 6 meses, ele tem que receber um carimbo de autorização para trabalhar, que é o DIA — Documento de Identificação Animal. Se ele estiver trafegando na rua e o condutor, o módulo de transporte ou o cavalo estiverem com documentação alterada ou ausência, ambos são detidos. Existem os corredores de circulação. A gente vê cavalos... Hoje, eu fui



buscar o meu filho, tinha um carroceiro na Avenida Generalíssimo Deodoro, às 13 horas, num cruzamento com a Avenida Nazaré. Vocês sabem quanto tempo no engarrafamento eu passei hoje? Eu passei quase 2 horas no engarrafamento para pegar meu filho por causa de um carroceiro. Eu ri com a minha esposa Sílvia e lhe disse: *“Olha, estou sem a câmera; eu devia tirar uma foto, que eu iria mostrar hoje, ao vivo, um carroceiro na Avenida Generalíssimo Deodoro, dentro de Belém, num cruzamento com a Avenida Nazaré”*. Então, é o cúmulo você permitir que um cara use um corredor desses! O que você vai fazer? Os carroceiros vão ter os seus corredores dentro dos seus bairros. É proibido um carroceiro passar e disputar bairro de um para o outro. O cara que mora lá no Guamá, hoje, atravessa para a Pedreira, para coletar material na Pedreira, atravessando a Almirante Barroso. Isso aí não se pode aceitar dentro de Belém ou dentro de qualquer outra capital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Prof. Djacy.

Feitas as considerações, eu quero renovar os agradecimentos a todos os nossos convidados, ao Capitão Robis, que fez um malabarismo todo para poder chegar aqui, com problema de voo, e também ao Roberto Cabral, que tem nos ajudado — já temos debatido parte desses assuntos lá na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, à Olinda, ao Prof. Djacy.

Quero dizer que este seminário foi apenas parte de um esforço nosso. Eu tenho que dividir isso com várias pessoas que nos ajudaram — a Deise, a Profa. Olinda, o Chico Potiguar, a Patrícia, o Prof. Edir, a Ludetana e tantos mais.

Foi uma ideia produzida e construída de forma coletiva.

Eu queria dividir aqui o sucesso. E creio que todos os debates que tivemos aqui foram absolutamente exitosos. Acho que todos aprenderam e puderam socializar um conjunto de experiências importantes. Eu, pelo menos, saio muito enriquecido com o debate aqui.

Quero dizer que todo o conteúdo do debate está sendo gravado, será taquigrafado e estará à disposição a partir de segunda-feira para todas as pessoas que desejarem acessá-lo. Basta entrar no Google com as letras "C", "M", "A", "D", "S", que é Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no *link* "Seminários e Outros Eventos", que todos poderão encontrar tudo o que foi discutido aqui. Portanto, "C", "M", "A", "D", "S", "Seminários e Outros Eventos".



E quem quiser pode anotar o *site* da Câmara: [www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoespermanentes). É mais longo. É melhor buscar no Google.

Repito: "C", "M", "A", "D", "S", "*Seminários e Outros Eventos*". Nesse *link* pode-se encontrar todo este debate e tudo o que discutimos aqui.

Outra informação. Todas as pessoas que tenham contribuições legislativas — e já recolhemos aqui muito material —, além do que eu e a minha assessoria já recolhemos — e estamos aqui com a Ordem dos Advogados do Brasil e a Comissão de Meio Ambiente — podem nos encaminhá-las. Então, toda e qualquer contribuição, ainda que a pessoa possa pensar se não vale a pena, se pode ser ou não lei. E digo isso porque as pessoas sempre se sentem hipossuficientes para produzir alguma coisa. Plantem a ideia! Mandem para nós a sugestão sobre o que fazer. A legislação está apenando de forma simétrica receptores e traficantes — isso é uma distorção absurda, é como se estivéssemos dando o mesmo tratamento para traficante e usuário —, para fazermos um paralelo grosseiro. Quer dizer, não se pode fazer isso. Então, vamos tratar do assunto e constituir na Consultoria um grupo de trabalho para verificar toda a parte legislativa e sugerir o que podemos ou inovar ou corrigir no ordenamento jurídico existente.

Então, todos aqui podem ser um pouco legisladores também; é só mandar a ideia. "*Olha, eu acho que a lei aqui municipal que foi citada está imperfeita nesse aspecto e queria sugerir tal coisa*". Se não for possível, se for impróprio ou inconstitucional, a gente responde: "*Olha, a Consultoria avaliou que...*"

Mas é preferível que as pessoas apostem na sugestão ao silêncio.

Então, nós estamos abertos a esse tipo de contribuição também.

Amanhã, como algumas pessoas já sabem, por conta do debate no Fórum, haverá uma reunião, às 15 horas, com a Delegacia de Polícia Especializada, DEMA, na Delegacia-Geral, onde era a antiga CELPA.

Então, a Deise, a Olinda, a Débora e quem mais quiser podem ir, pois estaremos lá tratando daquele problema dos procedimentos da DEMA que foram levantados em uma reunião do Fórum pela Deise e por outras pessoas. Amanhã, às 15 horas, está marcada a reunião.



A próxima reunião do Fórum está marcada para o dia 23 de maio. Será realizada no Sindicato dos Médicos, local que passou a ser utilizado tradicionalmente para essas reuniões, onde se debatem essas questões.

A minha avaliação é que as coisas poderiam estar mais difíceis do que estão hoje, pois nós temos um instrumento legal. A nossa legislação municipal é boa — isso já foi dito aqui por todos —, é moderna e responde à maioria das situações colocadas aqui. Portanto, o problema é de cumprimento da lei.

A Olinda colocou aqui que poderia ser através de um TAC. Mas eu acho que esse TAC já foi feito e já é um instrumento, como se diz, "surrado". A minha opinião — e é pessoal, claro — é que devemos tentar estabelecer o diálogo, que já foi aberto com os órgãos públicos, pois já conversamos com a Secretaria Municipal, com o CCZ (Centro de Controle de Zoonoses) e outros.

Acho que, para não sermos impertinentes e decidirmos ir logo para a ação civil pública, ainda temos que percorrer essa tentativa de sensibilizar para o cumprimento da legislação, mas acho que o remédio para a ineficácia disso é a ação civil pública, que é o instrumento legal, próprio. Tem gente que se aborrece. O poder público não gosta de ser incomodado — e estou falando do poder público em geral; não estou falando dessa ou daquela Prefeitura, desse ou daquele governo. Mas o poder público se sente ofendido quando o direito de cidadania, muitas vezes minimamente esgarçado, é exercido. Mas é um instrumento legal que está aí. No ambiente democrático, ele é próprio para superar situações dessa natureza, e acho que a gente tem que amadurecer essa possibilidade.

E queria dizer que os certificados estão aí com a nossa comissão.

Por fim, quero fazer um breve esclarecimento, que acho importante, e não o faço só em meu nome. Eu tomei conhecimento, pelas redes sociais, há cerca de 15 dias, de uma postagem, através do blog de uma amiga, a Mel, de São Paulo, fazendo uma referência a Deputados que, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, a qual tenho a honra de presidir, teriam votado contra os interesses da defesa animal, ou mais ou menos isso. Desculpem, mas foi assim que entendi nas manifestações que as pessoas fizeram.

Eu não quero reputar essa atitude — e já disse isso à Mel, que é uma militante de invejável atuação nessa área da defesa animal, pessoa a quem respeito



muito, mas acho que ela foi induzida a erro — como algo de má-fé. E por isso cabe este esclarecimento. Estou fazendo agora o que já fiz publicamente, pois já coloquei essa informação nas redes, nas mídias. Mas eu pude ver manifestações, inclusive de pessoas amigas, no sentido de que uma determinada apreciação ainda preliminar na Comissão de Meio Ambiente sobre a questão da CPI teria sido refratária aos direitos ou aos interesses da proteção e da promoção animal.

Então, eu queria fazer este esclarecimento: não houve absolutamente nada disto e, inclusive, foi publicada uma nota oficial da Comissão de Meio Ambiente sobre esta questão. O que houve foi a discussão sobre um projeto de CPI, que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito. E há vários exemplos, no momento, como a CPI da PETROBRAS, sobre a qual o Supremo decidiu ontem que será específica diante das denúncias. E denúncias de quê? De irregularidades, de desvio. Não quero entrar nesse mérito, mas o objeto é este: uma empresa, em Pasadena, foi comprada por 42 milhões, mas, de repente, a PETROBRAS a comprou por 1 bilhão e 200 milhões, e tudo o mais que derivou a partir daí. Todos estão acompanhando pela mídia. Então, há um problema, uma suposta improbidade, uma irregularidade ou improbidade administrativa supostamente creditada a isso e que precisa ser investigada, e a CPI tem prerrogativas para fazer esse tipo de investigação.

O que nós analisamos? Quanto à CPI da PETROBRAS, teria que haver um acordo para que, a partir da decisão do Supremo, ela pudesse ser instalada, porque existem cinco CPIs tramitando hoje na Câmara dos Deputados, além de outras seis em lista de espera, inclusive uma de que sou autor, que é a CPI da Serra Pelada. Talvez, aqui no Pará alguns estejam acompanhando na imprensa o problema de Serra Pelada.

Eu e o Deputado Domingos Dutra somos autores do requerimento para a criação dessa CPI que está na fila de espera. Por isso, eu conheço esse problema.

Eu sou Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas — acho que alguns sabem disso — e sou autor de outra CPI que está na fila de espera. Então, estou presidindo uma que está em funcionamento e sou autor de outra que está em fila de espera. Mas veio essa proposta à Comissão. E nós avaliamos, independente do mérito, que o instrumento mais adequado para propor políticas públicas, inclusive legislação e cobrança de autoridades, diante da urgência, seria a Comissão Especial.



A Comissão Especial é um outro instrumento regimental que existe na Câmara que tem poderes imediatamente, e, digamos assim, não há limite quanto ao número de Comissões Especiais funcionando concomitantemente. Podem ser duas, três, dez, vinte ou trinta; quantas forem necessárias ou pertinentes.

Então, houve essa avaliação pela quase unanimidade da Comissão. Foram oito votos a favor dessa proposição e acho que apenas dois votos insistiram pela criação da CPI. Portanto, avaliamos que, se a gente fosse instalar uma CPI, haveria o risco de só vê-la instalada em 2017 — só para os senhores terem uma ideia. E nós avaliamos, então, que era mais adequada como ferramenta uma Comissão Especial, porque ela pode funcionar daqui a dez dias, já com poderes de investigar, propor e fazer caravanas no Brasil, podendo inclusive ir ao Rio Grande do Norte para verificar a carne de não sei o quê. Enfim, podemos ir para cima do assunto, que é urgente e não cabe mais espera, segundo entendemos.

Então, achamos que o instrumento da CPI não era o mais adequado. O pedido foi apreciado e isso foi decidido. Mas se pautou isso como se fosse uma discussão de mérito. Eu, o Deputado Penna, o Deputado Márcio Macêdo, que é inclusive Coordenador do Fórum de Proteção Animal lá em Sergipe, enfim, várias pessoas absolutamente identificadas com a causa, votamos nesse sentido. O Deputado Ricardo Tripoli também é favorável, mas não votou, pois estava presidindo outra Comissão e, na hora da votação, teve que se ausentar. Mas S.Exa. foi solidário.

Então, eu queria fazer este esclarecimento porque algumas pessoas me questionaram e a outros Deputados. E, realmente, eu não quero creditar isso à má-fé; quero creditar isso apenas à indução ou à desinformação. Já fiz esse esclarecimento, e as notas taquigráficas do debate e da reunião da Comissão estão à disposição de todos.

Dito isso, agradecemos mais uma vez a presença dos nossos palestrantes e das pessoas que abrilhantaram o encontro com suas presenças. Estaremos, a partir da outra semana, recebendo as sugestões de pessoas que queiram constituir grupos de trabalho sobre cada um desses temas.

Para o tema sobre proteção animal já existe o Fórum e todos já foram informados da reunião no dia 23, no Sindicato dos Médicos, às 15 horas, além



desses outros encaminhamentos. Mas, em relação aos temas do desmatamento, da questão dos recursos hídricos e dos resíduos sólidos, a gente estará constituindo grupos de trabalho de pessoas que voluntariamente queiram trabalhar, para dar consequência prática, concreta e objetiva, a partir da reflexão feita aqui durante o Seminário.

Muito obrigado.

Boa noite a todos. (*Palmas.*)